



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 53

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 5 de junho de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 7 minutos.

No âmbito do **PTAP (Período de Tratamento de Assuntos Políticos)**, foram apresentados os seguintes votos:

— **Voto de Congratulação pelos 50 anos da RTP Açores**, apresentado pelo Deputado João Mendonça (PPM). Intervieram os Deputados Berto Messias (PS), Joaquim Machado (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), António Lima (BE), Nuno Barata (IL), Olivéria Santos (CH), Pedro Neves (PAN) e o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Associação Agrícola de São Miguel**, apresentado pelo Deputado Jaime Vieira (PSD). Interveio a Deputada Patrícia Miranda (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus**, apresentado pelo Deputado Mário Tomé (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus**, apresentado pela Deputada Ana Jorge (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação ao Atleta Miguel Vicente**, apresentado pela Deputada Hélia Cardoso (CH).

Intervieram os Deputados José Leal (PSD) e Russell Sousa (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade

— Voto de Congratulação a Norberto Serpa, Velejador Açoriano, pela Conclusão de uma Volta ao Mundo à Vela, apresentado pelo Deputado Jorge Paiva (CDS-PP). Intervieram as Deputadas Inês Sá (PS) e Salomé Matos (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação aos Estabelecimentos de Ensino nos Açores inscritos na "Escola Electrão", apresentado pelo Deputado Pedro Neves (PAN). Intervieram as Deputadas: Délia Melo (PSD) e Joana Pombo Tavares (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelos 50 Anos do Terceira Automóvel Clube (TAC), apresentado pelo Deputado Paulo Gomes (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do TAC - Terceira Automóvel Clube, apresentado pelo Deputado Pedro Pinto (CDS-PP). Interveio o Deputado Berto Messias (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelos 50 Anos do Agrupamento 433 dos Arrifes do Corpo Nacional de Escutas, apresentado pela Deputada Sandra Costa Dias (PS). Interveio o Deputado Luís Raposo (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação aos Atletas Matilde Pacheco e Santiago Cabral e ao Clube Karaté Shotokan da Povoação, apresentado pelo Deputado Francisco Gaspar (PSD). Interveio o Deputado Flávio Pacheco (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação aos Atletas Matilde Pacheco, Maria Cruz e Santiago Cabral, apresentado pelo Deputado José Paulo Sousa (CH). Interveio a Deputada Salomé Matos (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Ordenação Sacerdotal do Rev.do Padre Agostinho de Jesus de Sousa Lima, apresentado pelo Deputado Flávio Soares (PSD). Interveio a Deputada Cristina Calisto (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pela conquista do Campeonato Nacional Feminino de Tênis de Mesa - Época 2024/2025, apresentado pelo Deputado Marco Martins (PS). Interveio o Deputado Paulo Gomes (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação aos atletas Helena Rodrigues e Celestino Pacheco, apresentado pela Deputada Olivéria Santos (CH).

O Voto foi aprovado por unanimidade

— Voto de Congratulação pelas Bodas Sacerdotais do Cónego João Maria Vieira Tavares de Brum,

apresentado pelo Deputado Joaquim Machado (PSD). Interveio a Deputada Cristina Calisto (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação à atleta Sandra Brum pelos dois recordes nacionais alcançados no Campeonato do Mundo de Apneia, apresentado pelo Deputado Pedro Pinto (CDS-PP). Intervieram os Deputados Lúcio Rodrigues (PS) e Jaime Vieira (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação ao White Exclusive Suites & Villas pela Obtenção da Chave Michelin, apresentado pelo Deputado Rubén Cabral (PSD). Interveio a Deputada Cristina Calisto (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação ao Juventude Desportiva Lajense Pela conquista do Campeonato de Futebol dos Açores - Época 2024/2025, apresentado pelo Deputado Marco Martins (PS). Intervieram os Deputados: Paulo Gomes (PSD), Francisco Lima (CH) e Pedro Pinto (CDS-PP).

O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelos 25 anos Festival Baleia de Marfim, apresentado pela Deputada Ana Jorge (PSD).

O Voto foi aprovado por unanimidade

— Voto de Congratulação pela 25.ª Edição do Festival Baleia do Marfim, apresentado pelo Deputado Mário Tomé (PS).

O Voto foi aprovado por unanimidade

— Voto de Protesto Contra a Violência Indiscriminada em Gaza e Pela Defesa do Direito Humanitário Internacional, apresentado pelo Deputado João Mendonça (PPM). Intervieram os Deputados Dora Valadão (PS), Pedro Neves (PAN), António Lima (BE) e Olivéria Santos (CH).

O Voto foi aprovado por unanimidade

Seguiu-se a discussão da Petição n.º 12/XIII – “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”, apresentada por Rui Jorge Parece Baptista na qualidade de primeiro subscritor, apresentada pela Deputada Ana Jorge (PSD). Intervieram os Deputados João Mendonça (PPM), José Paulo Sousa (CH), Nuno Barata (IL), Jorge Paiva (CDS-PP), António Lima (BE), Joana Pombo Tavares (PS), Carlos Rodrigues (PSD).

Posteriormente foi votado o Relatório sobre o pedido de autorização para que a Deputada Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 2386/24.2PBPDL.

Foi aprovado por unanimidade.

De seguida deu-se o debate e votação sobre o Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII – “Estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico da Região Autónoma dos Açores, adaptando o regime previsto no Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro”, apresentado pela Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral). Intervieram os Deputados José Paulo Sousa (CH), Pedro Neves (PAN) e Nuno Barata (IL).

Foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a apresentação, debate e votação do Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII - Procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2022/A de 25 de maio, que estabelece o sistema de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas fotovoltaicos, designado SOLENERGE, apresentado pela Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral). Intervieram os Deputados Pedro Neves (PAN), José Pacheco (CH), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Russell Sousa (PS), Carlos Freitas (PSD), João Mendonça (PPM) e Pedro Pinto (CDS-PP).

Foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi apresentado e votado o Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 39/XIII – “Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde”, apresentado pelo Deputado António Lima (BE).

Foi aprovado por unanimidade.

De seguida foi apresentado e votado o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 40/XIII – “Auditoria urgente pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos contratos e despesas relacionados com a conceção, construção, apetrechamento e funcionamento do Hospital Modular”, apresentado pela Deputada Olivéria Santos (CH). Interveio a Deputada Délia Melo (PSD).

Aprovado por maioria.

Seguiu-se o debate do Projeto de Resolução n.º 40/XIII – “Auditoria urgente pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos contratos e despesas relacionados com a conceção, construção, apetrechamento e funcionamento do Hospital Modular”, apresentado pela Deputada Olivéria Santos (CH). Intervieram os Deputados Pedro Neves (PAN), Nuno Barata (IL), Carlos Silva (PS), Délia Melo (PSD), José Pacheco (CH), António Lima (BE), João Bruto da Costa (PSD) e o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

Aprovado por unanimidade.

Procedeu-se ao debate do Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 11/XIII – “Altera o Regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”, apresentado pelo Deputado João Mendonça (PPM). No debate, interveio o Deputado Lubélio Mendonça (PS) e Olivéria Santos (CH).

Foi aprovado por maioria.

Por fim, sucedeu-se a apreciação do Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XIII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Deputada Inês Sá (PS). Interveio a Deputada Délia Melo (PSD) e Hélia Cardoso (CH).

Foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 3 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 7 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Henrique Miguel Couto **Melo**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido CHEGA (CH)

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**
José Paulo Machado de **Sousa**
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida **Sousa**

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, esta manhã está reservada ao Período de Tratamentos de Assuntos Políticos (PTAP). Vamos iniciar, como é habitual, com os votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro Voto de Congratulação pelos 50 anos da RTP – Açores é apresentado pelo PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 anos da RTP Açores

A Representação Parlamentar do PPM congratula calorosamente a RTP Açores pelos seus 50 anos de existência e pelos serviços inestimáveis que tem prestado ao povo Açoriano ao longo deste meio século de história.

A RTP Açores tem sido um autêntico farol de informação, cultura e identidade para todos os açorianos, tanto residentes nas nossas ilhas como espalhados pelo mundo.

Desde a sua fundação, tem desempenhado um papel crucial na divulgação e promoção da cultura açoriana, contribuindo para a preservação das tradições e do património imaterial que nos definem enquanto povo.

Além disso, é de realçar a importância da RTP Açores em momentos de aflição e catástrofe, como são infelizmente frequentes no nosso arquipélago, com sismos, temporais e outras adversidades. Nessas alturas, a RTP Açores tem sido um canal de informação fundamental, assegurando que as populações estejam bem informadas e seguras, com informações claras e precisas que muitas vezes são essenciais para salvar vidas.

Importa também destacar o papel fundamental da RTP Açores na ligação com os nossos emigrantes. Para a diáspora açoriana, a RTP Açores representa uma janela para as suas raízes, permitindo que mantenham o contacto com a sua terra, as suas tradições e a vida das suas comunidades.

Esta semana, o telejornal transmitido em direto da ilha do Corvo foi um exemplo notável desta missão de proximidade, mostrando ao mundo um pouco da realidade daquela ilha e reforçando o laço que une todos os açorianos, onde quer que estejam.

A Representação Parlamentar do PPM expressa o seu reconhecimento e gratidão à RTP Açores pelo seu trabalho notável e deseja que continue, por muitos mais anos, a cumprir esta missão essencial para os Açores e para os açorianos.

Assim, nos termos estatutários regimentais aplicáveis, propomos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos da RTP Açores, reconhecendo dessa forma, o profundo significado que esta representa para todo o arquipélago, do qual deve ser dado conhecimento formal à mesma.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Presidente, permita-me uma nota prévia relativamente a este voto e a outros votos em que isto já aconteceu, porque eu julgo que é importante fazer uma referência, em termos até da proteção institucional deste Parlamento. Obviamente, cada partido é livre de fazer o que muito bem entender na utilização das figuras regimentais, mas a verdade é que isso já aconteceu anteriormente — aliás, teremos alguns votos esta

manhã que já foram também apresentados noutros plenários antes da data da efeméride — e acontece agora novamente. O PPM apresenta o voto pelos 50 anos da RTP, 2 meses antes do aniversário dos 50 anos da RTP, que será em agosto deste ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não costumamos ter plenário em agosto.

O Orador: E, portanto, essa nota, parece-me importante que possamos até em termos de dignidade institucional, garantir que os votos possam ser registados após essa efeméride. É uma opinião e é uma nota que não posso deixar de referir.

Relativamente ao voto em concreto, naturalmente, o Partido Socialista associa-se a um Voto de Saudação pelos 50 anos da RTP, que serão assinalados no próximo mês de agosto. Por tudo aquilo que a RTP representa para nós enquanto Região — tendo em conta até a nossa especificidade arquipelágica —, a RTP tem sido, ao longo dos anos, um elemento que liga e que aprofunda as ligações culturais, sociais e económicas das nove ilhas dos Açores e até com o continente português e com a nossa diáspora.

E, numa altura em que, estando nós a 2 meses dos 50 anos da RTP, é importante também que possamos, enquanto partidos políticos e Órgão do Governo Próprio desta Região, continuar muito vigilantes sobre o futuro da RTP e o futuro do serviço público de rádio e de televisão no nosso País.

Eu recordo que tivemos — e temos hoje — um Governo da República que, no Governo anterior, antes das eleições, anunciou um plano de reestruturação para a comunicação social, que prevê o fim da publicidade na RTP, o que representa uma quebra de cerca de 20 milhões de euros em termos de receitas para a RTP e, conseqüentemente, para o serviço público de rádio e televisão no nosso país.

E isso pode ter, de facto, um impacto significativo para aquilo que representa o serviço público de rádio e televisão numa Região como a nossa. É, por isso, fundamental que os partidos políticos neste Parlamento — o PS naturalmente, e estou certo de que muitos dos partidos que estão aqui representados — se mantenham vigilantes, reconhecendo a importância que tem a RTP e este serviço público para a nossa Região e estando alerta para que esta intenção de reduzir o valor da publicidade, com um

impacto de cerca de 20 milhões de euros nas receitas da RTP, possa representar também uma delapidação daquilo que é este serviço público. Porque, não nos esqueçamos, está hoje no Governo da República aqueles que, em parte, são herdeiros do então Ministro Miguel Relvas, ...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Onde isto já vai!

O Orador: ... que queria transformar a transmissão da RTP numa mera janela de transmissão e, na altura, este Parlamento uniu-se, o Governo Regional da altura e este Parlamento uniram-se na defesa da RTP Açores e estou certo de que todos continuaremos a desenvolver esse esforço,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... reconhecendo à nossa RTP uma importância fundamental para o desenvolvimento da nossa Região.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa com muito gosto a este voto, sem deixar de registar, também naturalmente, que a efeméride só tem lugar no dia 10 de agosto. É comum dizer-se, mas nem por isso será menos significativa, aqui lembrar que, a par dos Órgãos do Governo Próprio da Região, a RTP Açores e bem assim a nossa Universidade, são os três pilares da Autonomia Democrática Açoriana. E, isso dirá quase tudo sobre a importância da RTP Açores.

Tenho uma ligação muito grande à RTP Açores, pelas circunstâncias que todos sabem. Aos 20 anos, comecei ali a trabalhar, e depois, também enquanto Subsecretário Regional da Comunicação Social, pude dar corpo a algumas medidas que contribuíram para o alargamento e a melhoria das condições de trabalho da RTP Açores. Umas

emissões começaram num domingo de agosto de 1975, do qual ainda tenho memória, com emissões a preto e branco, emissões que à segunda-feira eram interrompidas por ser o dia de folga dos trabalhadores e que só passaram a ser a cores, precisamente no dia em que a RTP Açores celebrou o seu quinto aniversário, no dia 10 de agosto de 1980.

Convém também lembrar que além do papel social e cultural e de ligação entre as ilhas e com o mundo, a RTP Açores teve também na década de 1970 um papel muito importante em termos educativos na nossa Região. Primeiro, pela difusão da telescola; mas também entre 1977 e 1980, com a difusão das emissões do ensino propedêutico que então vigoravam como forma de pré-acesso à universidade e que eram transmitidas nas manhãs da RTP Açores.

Nestes 50 anos muito há para dizer sobre aquilo que é a história da RTP Açores que se confunde com a história da nossa Autonomia Democrática...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e para abreviar esta intervenção necessariamente curta, julgo que será de toda a justiça invocar aqui, principalmente, dois Diretores do Centro Regional dos Açores: José Maria Lopes de Araújo, que deu um impulso enorme à produção de ficção na RTP Açores, que projetou este Centro Regional para o plano nacional, sobretudo com as realizações de José Medeiros — Zeca Medeiros para os amigos e dentro do meio televisivo, sempre foi o nosso Zeca — e bem assim, também de Osvaldo Cabral, que, com a sua sensibilidade, pôde articular muito bem entre o Centro Regional dos Açores da RTP Açores e televisões das nossas comunidades, fazendo chegar a nossa realidade mais próxima e de forma mais intensiva, junto daqueles que deixaram os Açores.

Na pessoa Dr. Rui Goulart, atual Presidente da RTP Açores, o Grupo Parlamentar do PSD congratula e felicita o trabalho de todos aqueles que trabalham e colaboram na RTP Açores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este Voto de Congratulação pelo meio século de existência deste importante órgão de comunicação social aqui na Região Autónoma dos Açores. É um órgão fundamental na união e na divulgação de tudo o que se faz pelos Açores, é um exemplo de partilha de vivências e de experiências e é um exemplo de comunicação social.

Não vemos isto a nível nacional, apesar de o grupo RTP também fazer um esforço por divulgar os acontecimentos, as efemérides e as notícias de âmbito regional, mas são sempre relegadas para horários menos nobres. E, aqui, na RTP Açores, temos precisamente o contrário: temos a proximidade, em horário nobre, de todas as ilhas, de todos os acontecimentos, de todas as efemérides. A RTP, também a nível nacional, ao divulgar e transmitir em direto, na íntegra, os trabalhos deste Parlamento, dá um exemplo de serviço público que merece ser reconhecido e louvado.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer que não sou supersticioso, mas há quem seja e diga que dá azar dar os parabéns antes do tempo. Espero que este não seja, de facto, um momento que dê qualquer azar à RTP...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Deputado, começou a comemorar o jubileu do 25 de Abril 2 ou 3 anos antes.

O Orador: ... porque isso seria bastante negativo.

Desde logo, para a RTP e para os Açores, desejando, naturalmente, longa vida e o melhor para a RTP Açores.

Ora, a história da autonomia é feita, em grande parte, também pelo aquilo que é o percurso da RTP Açores. A RTP retratou a autonomia ao longo de todos estes anos e, como é óbvio, neste momento, cabe não só valorizar este percurso, todos estes anos, todo este trabalho feito por tanta gente, por tantos profissionais, mas também, naturalmente, e mais importante ainda, esperar que a RTP Açores continue a fazer, e cada vez melhor, o retrato das nossas ilhas, das nossas gentes, continuando a aproximar as ilhas dos Açores que o mar separa e que a RTP Açores contribui muito para unir. Também garantindo, como tem feito — umas vezes melhor, outras vezes pior, mas tem feito — a diversidade das nossas gentes, a pluralidade das opiniões, porque isso, de facto, ajuda a consolidar a autonomia e a consolidar a democracia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como o Sr. Deputado António Lima, eu também não sou supersticioso, até porque ser supersticioso dá azar.

Eu queria associar a Iniciativa Liberal a este voto do PPM, seja ele uma ultrapassagem pela esquerda ou pela direita da efeméride, e queria fazê-lo seguindo um pouco a trajetória daquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado. Nunca fui colaborador da RTP Açores, mas colaborei bastante com a RTP Açores no princípio deste século e também me revejo nas suas palavras quanto às referências a Lopes de Araújo e Osvaldo Cabral.

Foram, de facto, duas pessoas que deram um impulso diferente à RTP Açores; foram duas pessoas que se empenharam naquilo que souberam fazer para que a RTP Açores, hoje, tivesse o espaço que tem no panorama da televisão portuguesa. Não é por acaso que, ainda hoje, os açorianos todos acompanham os telejornais da RTP Açores, algumas das produções da RTP Açores.

Também deixar aqui a minha congratulação pelo facto da RTP Açores, a partir de certa altura, ter passado a transmitir em direto estes Plenários. É, de facto, um serviço público, para as coisas boas e para as coisas más, mas é um trabalho que leva todos os dias à casa de todos os Açorianos, aquilo que nós aqui fazemos e não é um trabalho de somenos. Todos aqueles que acompanham a vida política regional, certamente, recebem mensagens, recebem comentários nas suas redes sociais no decorrer do Plenário, isso quer dizer que alguém está lá em casa ou no trabalho com a janelinha aberta a seguir aquilo que nós estamos a fazer. E não há nada de mais importante para a democracia do que os atores principais — que são os cidadãos — acompanharem o trabalho que nós aqui fazemos, como disse há pouco, quer seja para o bem, quer seja para o mal.

Um bem-haja à RTP Açores e obrigado ao PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Pois, naturalmente, o CHEGA também se associa a este voto pelos 50 anos da existência da RTP Açores.

É, sem dúvida, um órgão de comunicação social regional que une todos os açorianos, todas as nove ilhas dos Açores, e que todos os dias coloca na casa de todos tudo o que se passa nos Açores, a qualquer nível — seja político, social, económico.

É através da RTP Açores que ficamos a saber, e todos os açorianos ficam a saber de tudo o que se passa pelas nove ilhas dos Açores.

De um modo particular, também é com algum orgulho que partilho que já contribuí na participando nalguns programas que foram emitidos na RTP Açores, de uma forma indireta, tendo em conta a minha profissão. Importa também nestes 50 anos de existência deste canal não esquecer as dificuldades que a RTP Açores enfrenta. É preciso ter mais solidariedade para com este canal regional; este canal precisa também de ser mais acarinhado e de ter mais apoios. Os seus trabalhadores e os seus funcionários também precisam de ser mais acarinhados. Importa não deixar cair este canal que muita falta faz aos açorianos.

Muitos parabéns à RTP Açores e que venham mais 50 anos.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, apesar de associar-se a este voto, não irá parabenizar a RTP Açores. Antes do tempo, todos nós sabemos, há uma fada que morre. Então eu irei esperar até setembro para também ter o meu voto juntamente com os outros partidos e aí irei dar os parabéns a toda a equipa da RTP Açores tanto do presente como do passado.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para uma interpelação, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, sei que é pedir-lhe muito, mas apelando à sua memória: tem notícia de a RTP, a própria RTP Açores, já ter iniciado as comemorações dos 50 anos do seu aniversário? E, em relação às instituições, as instituições não comemoram exatamente no dia — quando se comemora a descoberta da América ou a descoberta dos Açores — não se faz exatamente naquele dia?

Aliás, gostava de ver, em alguns dos eventos das instituições e dos eventos que são festejados em relação a instituições e eventos históricos, gostava que muitos conseguissem realmente verificar o dia em que aquele acontecimento sucedeu.

Portanto, é diferente um aniversário de pessoas de um aniversário relacionado com instituições.

Mas a pergunta é: Sr. Presidente, tem nota de que a própria instituição já está a comemorar os seus 50 anos?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor falou em nome de quem?

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional, está registada a sua interpelação.

E, de facto, a RTP tem já o seu programa comemorativo a decorrer, é do conhecimento de todos.

Pausa.

Creio não existirem mais intervenções, todos já usaram da palavra.

Vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 50 anos da RTP Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre os 50 anos da Associação Agrícola de São Miguel.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

Pausa.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO **50.º Aniversário da Associação Agrícola de São Miguel**

A Associação Agrícola de São Miguel celebra 50 anos da sua fundação em 12 de março de 1975, marcado por uma intensa atividade desde o início, sempre a favor dos produtores micalenses.

O segredo do seu sucesso prende-se com a independência com que tem imprimido o seu trabalho, enquanto entidade credível e de confiança na defesa dos produtores da ilha de São Miguel, desde a sua constituição.

A própria Associação Agrícola de São Miguel assume que é através de uma postura independente que é possível a reivindicação sustentável do setor, reconhecida, inclusivamente, fora da Região.

É considerada também uma parceira social respeitada e de confiança junto do setor agrícola e pelo próprio Governo Regional, com o qual mantém uma relação de proximidade no encontro de resoluções dos problemas que mais afetam a atividade de modo transversal a todas as ilhas dos Açores.

Para além da voz ativa e interventiva no que ao setor diz respeito, a Associação Agrícola de São Miguel presta um conjunto de serviços fundamentais para a qualidade e atividade, desde a saúde animal, passando pela qualidade do leite, melhoramento

animal, sem esquecer a área comercial, o setor da carne, parque de exposições e restauração, formação profissional e indústria, entre outros.

Nos últimos anos, a Associação Agrícola de São Miguel tem vindo a apostar também no aprofundamento da prestação de serviços aos seus associados através da Cooperativa União Agrícola.

A aposta na nova Fábrica de Rações Santana é uma prova clara do rumo de sucesso que a Associação Agrícola de São Miguel tomou nas suas mãos.

É igualmente promotora do Concurso Micaelense da Raça *Holstein Frísia* que se realiza anualmente no seu pavilhão, numa organização ímpar e reconhecida a nível regional e nacional.

Todo o seu percurso ao longo destes 50 anos de história é pautado pelo rigor e pela excelência na produção, metas que norteiam a sua atividade em toda a sua linha no enalço de melhorar os rendimentos dos seus associados e contribuir para a dinâmica da economia açoriana.

Pelo acima exposto, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação ao 50.º Aniversário da Associação Agrícola de São Miguel.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Associação Agrícola de São Miguel, à Federação Agrícola dos Açores e à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação. Disse.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com orgulho que o Partido Socialista se associa a este Voto de Congratulação pelos 50 anos de aniversário da Associação Agrícola de São Miguel.

De lembrar, que esta associação foi criada numa altura em que era preciso levantar a voz para dar destaque aos nossos agricultores e defender o seu papel e o seu peso na nossa economia.

Gostaria também de relembrar todos os 72 fundadores desta casa que foi há 50 anos, numa altura difícil, estávamos a iniciar os primeiros passos da nossa democracia e gostaria de destacar dois nomes importantes nesta história: João Miranda e Joaquim Miranda, dos dois, o meu avô e o meu tio-avô.

Portanto, duas pessoas das quais também, juntamente com os outros 70 fundadores impulsionaram esta associação e criaram esta casa que nós temos hoje.

Foi nesta casa que eu também dei os meus primeiros passos enquanto médica veterinária, portanto, é pessoalmente, também para mim, um grande orgulho celebrar esta data.

Relembrar o mérito desta casa no desenvolvimento da nossa agricultura, os tempos são difíceis, mas esta casa tem conseguido estar ao lado dos seus agricultores, dar as respostas que são precisas e, lá está, substituindo-se muitas das vezes àquele que seria o papel do Governo Regional dos Açores.

Felicitar também todos os seus sócios, todos os seus agricultores, todos os seus dirigentes e, acima de tudo, todos os seus trabalhadores, porque são eles que fazem desta casa, aquilo que é.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio que não existem.

Vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Associação Agrícola de São Miguel foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo 25.º aniversário da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus. Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

Pausa.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO **25.º aniversário da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus**

A Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus, com sede na freguesia de São Mateus, Concelho da Madalena, fez a sua primeira apresentação ao público com um concerto na Casa do Povo de São Mateus, no dia 27 de maio do ano 2000, sendo uma das mais recentes bandas filarmónicas da Região. Um sonho tornado realidade para alegria da população da freguesia de São Mateus.

No passado dia 27 de maio, aquando das suas celebrações das bodas de prata, foi prestada uma homenagem em memória a todos os músicos, sócios e dirigentes já falecidos, com uma romaria ao cemitério daquela freguesia, seguindo-se uma missa na Igreja do Senhor Bom Jesus.

Os festejos de tão importante acontecimento foram enaltecidos pela Junta de Freguesia de São Mateus, com o descerramento de uma placa alusiva à efeméride instalada na sede da Filarmónica Lira de São Mateus.

As comemorações do 25.º aniversário da Filarmónica Lira de São Mateus findaram com um concerto aberto ao público no salão da Casa do Povo de São Mateus, sob a direção musical a cargo dos quatro maestros que fizeram parte da ainda jovem, mas já grande história desta Filarmónica.

A Filarmónica Lira de São Mateus tem tido uma ação meritória, fomentando a cultura em todos os seus aspetos, especialmente no campo musical, através da sua escola de música com fomento à aprendizagem, promovendo também com as suas atuações o serviço público e a dedicação ao bem-estar da comunidade local e contribuindo para o enriquecimento social e cultural da sua localidade, do seu concelho, da ilha do Pico e dos Açores.

Com apenas 25 anos de atividade, o trabalho desenvolvido traduziu-se em inúmeras atuações não só na comunidade de São Mateus e no Concelho da Madalena, assim como em deslocações a todas as ilhas dos Açores, ao continente português e ao Canadá, preservando e divulgando o nosso património cultural no exterior, sendo de referir a realização de 20 digressões e a participação em 16 festivais.

De realçar também a gravação do seu primeiro CD, “Sementes de um Sonho”, em memória de todos que lutaram e sonharam ao longo dos anos para o nascimento da Filarmónica Lira de São Mateus, lançado em 2003, bem como a organização do primeiro encontro de bandas filarmónicas do Triângulo aquando do seu 5.º aniversário em 2005, com a participação das filarmónicas das ilhas do Pico, Faial e São Jorge, que vieram apadrinhar a jovem recém-nascida Lira de São Mateus.

Destaco ainda para as várias atuações e acontecimentos importantes marcantes para a ilha do Pico, nomeadamente, aquando do voo inaugural da rota aérea entre Lisboa e o Pico no ano 2005, a apresentação do novo navio de passageiros e viaturas *Gilberto Mariano*, no ano 2014 e ainda a participação no programa *Atlântida* da RTP Açores

nos anos 2012 e 2016, bem como a gravação do programa da RDP Açores *Filarmonia* em 2009.

A banda filarmónica é constituída por 38 elementos entre as faixas etárias dos 11 aos 50 anos e é dirigida pela Maestrina Ana Terra, que tem feito um trabalho meritório vindo a melhorar a qualidade do seu nível artístico.

A Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus tem como missão melhorar as diferentes áreas de intervenção da instituição, inovando o seu repertório, formando novos jovens músicos, participando em ações de formação de aperfeiçoamento e intercâmbios e contactos com outras filarmónicas que permitam adquirir novos conhecimentos no desenvolvimento da qualidade da sua execução musical, contribuindo para o ensino, promoção e divulgação da mais universal das artes, que é a música.

As filarmónicas são autênticas instituições de inclusão social, verdadeiras escolas de vida a onde o respeito e a união entre gerações é algo singular. A Filarmónica Lira de São Mateus é um desses exemplos valiosos para toda a sociedade civil.

Neste momento em que se celebram os seus 25 anos de existência, uma palavra de reconhecimento e apreço para os seus sócios e fundadores, para os seus dirigentes, músicos, famílias e entidades que, de uma forma ou de outra, permitiram e permitem que a Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus continue a ser parte integrante da cultura da ilha do Pico e dos Açores.

Assim, e ao abrigo das exposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em Sessão Plenária no período legislativo de junho de 2025, aprove um Voto de Congratulação pela comemoração do 25.º aniversário da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus, à Junta, à Assembleia de Freguesia de São Mateus, à Câmara e Assembleia Municipal da Madalena e à Direção Regional da Cultura.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Não existindo, vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge para a apresentação de um voto pelo aniversário da mesma instituição.

Faça favor, Sra. Deputada.

Pausa.

Deputada Ana Jorge (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO 25 anos da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus

A Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus, sediada na Rua do Santuário, na freguesia de São Mateus da ilha do Pico, concelho da Madalena, desde 2004, assinalou no passado dia 27 de maio, de forma brilhante, o seu vigésimo quinto aniversário, sendo, por isso, uma das mais jovens filarmónicas da ilha do Pico e da Região.

Teve como primeiros líderes Manuel da Rosa Maciel, presidente e Mário Maciel, maestro. Nasceu do esforço da comunidade local que também financiou o seu primeiro

instrumental. É composta maioritariamente por jovens músicos da freguesia de São Mateus e São Caetano.

A Filarmónica tem-se destacado pelo seu dinamismo com cerca de mais de 30 atuações anuais e presenças em eventos regionais destacando-se a sua presença em todas as ilhas, nacionais e internacionais. Gravou um CD, “Sementes de um Sonho”, em 2003 e projeta um outro como forma de comemorar os seus 25 anos.

Promoveu o "Primeiro Encontro de Bandas Filarmónicas do Triângulo" em 2005, no âmbito das comemorações do seu 5.º aniversário.

Hoje, com 38 músicos é presidida por Alexandra Isabel Simas Xavier e dirigida pela Maestrina Ana Filipa Goulart Terra, mantendo viva a missão formativa da sua escola de música.

É um símbolo da identidade local, um elo entre gerações e um exemplo de resiliência e dedicação cultural nos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia legislativa, reunida em Sessão Plenária no mês de junho, a aprovação de um Voto de Congratulação à Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus, aos seus músicos, sócios, Maestrina e Presidente.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 25 anos da Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do CHEGA apresenta um Voto de Congratulação ao Atleta Miguel Vicente. Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

Pausa.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO Ao atleta Miguel Vicente

O jovem nadador Miguel Vicente, do Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada, destacou-se ao conquistar a medalha de bronze nos 200 metros costas — escalão Juvenis A, no Campeonato Nacional de Juvenis, Juniores e Seniores, que decorreu entre 3 e 6 de abril de 2025 no Complexo Olímpico do Jamor, em Lisboa.

Além da medalha de bronze, o jovem atleta também acabou por bater o seu recorde pessoal e estabeleceu um novo recorde absoluto do clube que representa, superando uma marca que se mantinha desde 2010.

Miguel Vicente obteve ainda recorde pessoal nos 400 metros estilos e brilhou no 1.º percurso de estafeta dos 100 metros costas, onde não só garantiu o apuramento para o Campeonato Nacional de Verão, como também bateu outro recorde absoluto do clube, vigente desde 2015.

Graças a este desempenho notável, foi-lhe atribuído o estatuto de Jovem Talento Regional — Nível A.

Na estafeta 4x100 metros estilos, a equipa masculina alcançou o 13.º lugar a nível nacional, com um tempo de 4:06.65, estabelecendo igualmente um novo recorde do clube, anteriormente fixado em 2020.

Estes resultados são reflexo do talento, dedicação e empenho de Miguel Vicente, bem como do trabalho técnico e do espírito de equipa do Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada, cuja atuação tem elevado o nome da cidade e da Região aos palcos nacionais da natação.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Atleta Miguel Vicente, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio, ao Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Natação.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto.

Pergunto se há alguma inscrição.

Sr. Deputado José Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não poderia, obviamente, deixar passar este momento sem se aliar e concordar com este Voto de Congratulação do CHEGA. Embora, o faz porque o atleta Miguel Vicente merece esse destaque, merece um Voto de Congratulação pela conquista que teve no Jamor, no Campeonato Nacional da Medalha de Bronze e pelo contributo que deu para os outros resultados. Também merece o Clube de Atividade Física dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, que muito têm dado à Região.

Aliás, é muito interessante ver que nos diferentes plenários que nós temos tido, existem muitos votos de louvor a muita juventude, o que significa que feliz é o povo que tem jovens que conseguem conquistar títulos de todas as modalidades.

Portanto, nós açorianos devemos ter orgulho nos “Miguel Vicentes” que todos os dias apresentámos a esta Câmara nos diferentes partidos.

E, portanto, não podemos esquecer que por trás dele também estão instrutores e um clube que desde a hidroginástica à competição, à atividade física em geral de ginásio, existe já há alguns anos e também tem conseguido trazer para a nossa Região muitas conquistas a nível nacional e até para além-fronteiras.

É com enorme orgulho que nos aliamos a este Voto de Congratulação do CHEGA que em boa hora foi apresentado.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este voto porque, efetivamente, o Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada tem formado jovens atletas vencedores. E a verdade é que este clube, com mais de 100 atletas federados, tem trazido aos Açores várias medalhas de ouro, prata, bronze e participa várias vezes em seleções nacionais de natação, campeonatos regionais, nacionais, mundiais e europeus até.

Por isso, é com orgulho que nós açorianos devemos ver este clube como um clube que forma pessoas para a vida, e acima de tudo, também forma atletas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não existirem mais intervenções. Vamos votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Atleta Miguel Vicente foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva para a apresentação de um Voto de Congratulação em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP a Norberto Serpa.

Pausa.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Norberto Serpa, Velejador Açoriano, pela Conclusão de uma Volta ao Mundo à Vela

O Grupo Parlamentar do CDS-PP expressa o seu mais profundo louvor a Norberto Serpa, açoriano natural do Pico e residente na ilha do Faial, que concluiu no passado mês de maio de 2025 uma extraordinária volta ao mundo à vela, a bordo do seu iate Taka III.

Ao longo de quase sete anos, desde novembro de 2018 até maio de 2025, Norberto Serpa navegou mais de 50 mil milhas náuticas, cruzando oceanos, enfrentando intempéries e testemunhando a vastidão do planeta com o olhar atento de quem conhece o mar como poucos. Esta façanha, rara e admirável, faz ecoar o nome dos Açores pelos quatro cantos do mundo e deve ser reconhecida como um feito de superação, coragem e profundo amor ao oceano.

Norberto Serpa, biólogo marinho de formação, colaborador do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e empresário ligado ao turismo náutico, não realizou esta viagem apenas como aventura pessoal. Fê-lo também com propósito científico e ambiental: recolhendo dados, observando cetáceos, partilhando conhecimento e alertando para os desafios da preservação dos ecossistemas marinhos,

nomeadamente no Banco Princesa Alice, onde recentemente apelou a uma melhor coordenação de atividades humanas em prol da segurança e da sustentabilidade.

É importante sublinhar que Norberto Serpa navegou grande parte do percurso sem rumo fixo e com meios limitados. Esteve por vezes sozinho durante centenas de milhas, mantendo sempre o espírito sereno, resiliente e livre, símbolo maior das gentes açorianas que, desde sempre, encontraram no mar uma escola de vida e de resistência. A sua viagem é mais do que uma conquista pessoal: é a materialização de um legado identitário que deve ser celebrado. Norberto Serpa personifica o espírito atlântico, explorador e determinado dos açorianos, que nunca temeram o desconhecido, e que no mar encontraram sempre um caminho, seja ele de sustento, de descoberta ou de regresso.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação a Norberto Serpa, velejador açoriano, pela conclusão de uma volta ao mundo à vela.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, à Câmara Municipal da Horta e ao Clube Naval da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá. Faça favor Sra. Deputada.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com profundo apreço ao Voto de Congratulação dirigido ao Velejador Norberto Serpa, mais conhecido localmente pelo “Lobo do Mar”, um verdadeiro embaixador dos Açores no mar do mundo.

A sua coragem, a sua determinação e paixão pela aventura náutica não apenas eleva o nome da nossa Região como inspira gerações a acreditar na força dos sonhos e no poder da resiliência.

O percurso de Norberto Serpa é testemunho vivo do que significa ser açoriano: amar o mar, respeitá-lo e, acima de tudo, navegar com um propósito.

Que o seu exemplo continue a motivar-nos a valorizar o nosso património marítimo e apoiar aqueles que, com ele desafiam os limites com bravura e humildade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente ao voto aqui apresentado, o Voto de Congratulação ao velejador Norberto Serpa.

Nascido no Pico, fez do Faial a sua casa, é uma figura carismática sobejamente conhecido de todos nas nossas ilhas, como ele próprio gosta de se identificar, foi pescador, *skyper*, operador marítimo turístico, mergulhador profissional, tem um percurso associado ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. Vive do mar, vive para o mar, recentemente, concluiu mais uma inesquecível enriquecedora experiência, terminou uma volta ao mundo em iate, uma viagem que lhe durou quase 7 anos, concluindo assim aquele que era um sonho de navegar sem rumo certo e fazendo justiça ao nome pelo qual é carinhosamente conhecido de todos: o “Lobo do Mar”.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação a Norberto Serpa, Velejador Açoriano, pela Conclusão de uma Volta ao Mundo à Vela, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação aos Estabelecimentos de Ensino nos Açores inscritos na "Escola Electrão" é apresentado pelo PAN. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Pausa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos Estabelecimentos de Ensino nos Açores inscritos na "Escola Electrão"

Com a missão de proporcionar soluções para o fim de vida dos resíduos, transformando-os em oportunidades valiosas, o projeto “Escola Electrão” tem sido, ao longo de quase duas décadas, força motriz na promoção da economia circular em Portugal, com valores fundamentais que incluem a responsabilidade ambiental, a cooperatividade e o respeito pela comunidade, enquanto modelo de referência na gestão de resíduos.

Desde então, a “Escola Electrão” tem desempenhado um papel fundamental na sensibilização da comunidade escolar para a importância da reciclagem de equipamentos elétricos, pilhas, baterias e embalagens, contribuindo significativamente para a redução do impacto ambiental destes resíduos e com um compromisso inabalável com a educação ambiental, que se reflete no papel meritório que congratulo e enalteço, por parte das escolas básicas e secundárias, professores, alunos e toda a comunidade escolar que, enquanto verdadeiros embaixadores da sustentabilidade, incentivam a população a adotar práticas sustentáveis, garantindo que os resíduos não sejam vistos como fim, mas como recursos para um novo ciclo de vida.

Sob a égide da gestão eficiente e responsável de resíduos, a “Escola Electrão” promove uma abordagem integrada que maximiza os benefícios ambientais, sociais e económicos — prova disso são as mais de 85 toneladas de resíduos recolhidos e reciclados em 2023 —, evidenciando o impacto extraordinário deste projeto, que assume a responsabilidade de garantir que cada material recolhido seja tratado de forma adequada, reduzindo o desperdício e impulsionando soluções inovadoras para um futuro mais sustentável, a par de participar na gestão do sistema de fim de vida de resíduos plásticos de uso único, demonstrando capacidade de resposta perante os desafios que o panorama ambiental atual nos impõe.

Fomentar a conscientização sobre a reciclagem, contribuir para a redução da quantidade de resíduos gerados e promover a importância da reutilização são também pilares que sustentam esta iniciativa, realizada em 18 estabelecimentos de ensino em 4 ilhas açorianas — no Faial, Pico, Terceira e São Miguel — através de uma ação contínua e solidária, fomentando a adoção de práticas sustentáveis que valorizam a economia circular, em prol de um bem comum: a preservação do nosso planeta, a nossa casa.

Neste sentido, manifesto o meu profundo reconhecimento a todos os alunos, professores e membros da comunidade escolar na Região Autónoma dos Açores que integram este projeto, enquanto iniciativa de referência e verdadeiro exemplo de como a educação, a inovação e o compromisso ambientais podem tornar-se verdadeiros aliados no combate à crise climática, abrindo caminho para um futuro mais sustentável para todos.

São eles os verdadeiros agentes de mudança que, norteados pelos valores da sustentabilidade, responsabilidade e cidadania ativa, contribuem para o fortalecimento da responsabilidade ambiental, a quem dirijo uma palavra de apreço especial pelo empenho na construção de um futuro mais ecológico e consciente, enquanto verdadeiros exemplos de mobilização social, em prol da transição para modelos de negócio baseados na autossuficiência e maximização dos benefícios ambientais.

Hoje, no Dia Mundial do Ambiente o nosso muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto. Estamos aqui perante um exemplo de cidadania, ou de educação para a cidadania, e sustentabilidade ambiental. Este projeto é mais que uma campanha de recolha de resíduos elétricos, estamos aqui perante uma lição prática de responsabilidade, de consciência ecológica e participação ativa, portanto, não poderíamos deixar de dar os parabéns a todos os envolvidos pela ação levada a cabo, num tempo que se fala tanto de mudança climática, de transição ecológica, é reconfortante, de facto, ver que esta mudança já acontece na escola com ações concretas.

Portanto, parabéns a todos os envolvidos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista claramente só se poderia associar a este Voto de Congratulação, realçando realmente a importância da educação ambiental no contexto escolar. Educação ambiental esta, que foi sempre um dos grandes pontos basilares da área ambiental dos governos do Partido Socialista porque consideram que é através da educação ambiental que os mais novos adquirem a responsabilidade e compreendem a preocupação da proteção do nosso ambiente.

Sem dúvida que estes tipos de resíduos causam grandes danos no ambiente e, que se, desde cedo, perceberem essa responsabilidade é, sem dúvida, trabalhar para uma geração futura preocupada e em prol do ambiente, ainda mais neste dia em que celebramos o Dia Mundial do Ambiente, dia 5 de junho.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Creio não existirem mais intervenções. Vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação aos Estabelecimentos de Ensino nos Açores inscritos na “Escola Electrão” foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Terceira Automóvel Clube. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor.

Pausa.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO 50 Anos do Terceira Automóvel Clube (TAC)

Fundado a 26 de maio de 1975, o Terceira Automóvel Clube (TAC) é uma instituição de utilidade pública que se afirmou, nas últimas cinco décadas, como um dos pilares do desporto motorizado na Região Autónoma dos Açores, mantendo sempre intensa atividade organizativa e uma vida social assinalável. Foi o TAC que organizou o

primeiro Rali de asfalto dos Açores, que criou a primeira pista de Karting da Região e que organizou a primeira prova de Todo-o-Terreno no arquipélago.

O seu evento mais antigo é o Rali Ilha Lilás, que em 2025 celebrará a 463.^a edição. A vertente desportiva do Terceira Automóvel Clube estendeu-se a várias outras modalidades, num notável ecletismo.

Mantém hoje ativas, para além da sua secção automóvel, organizações de Karting, Todo-o-Terreno, Clássicos e Motociclismo.

Distinguido várias vezes pelo seu papel inovador, que lhe está na génese desde a criação dos seus primeiros e muito atuais estatutos, pode dizer-se que o TAC é também um fruto da Liberdade, porquanto a sua oficialização como clube só foi possível depois de tentativas frustradas pelas elevadas taxas exigidas pelo Estado Novo.

Pode dizer-se que aquilo que foi um sonho de alguns jovens angrenses, ainda na década de 1960, o TAC é hoje uma associação de grande credibilidade, que representa a Terceira e os Açores no panorama nacional, com créditos formados e reconhecimento consensual.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma, reunida em Sessão Plenária no mês de junho de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos do Terceira Automóvel Clube.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua Direção, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação dos 50 anos do Terceira Automóvel Clube foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um Voto de Congratulação também ao Terceira Automóvel Clube pelo seu 50.º Aniversário tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto pelo CDS-PP.

Pausa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora muito bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO Pelo 50.º aniversário do TAC - Terceira Automóvel Clube

O Grupo Parlamentar do CDS-PP congratula o TAC – Terceira Automóvel Clube pela celebração do seu 50.º aniversário, assinalado no passado dia 26 de maio com cerimónia comemorativa no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo.

Fundado a 26 de maio de 1975, o TAC afirmou-se, ao longo de cinco décadas, como uma instituição de referência no panorama desportivo e associativo da ilha Terceira, contribuindo decisivamente para a promoção do desporto automóvel, da cultura e da identidade local. A sua génese, contudo, remonta a 1973, ano em que a então comissão organizadora remeteu a primeira carta ao Governador do Distrito de Angra do Heroísmo, manifestando a intenção de fundar um clube promotor do desporto automóvel.

Em 1978, após obter o título de Organizador de Provas Desportivas junto do Automóvel Club de Portugal, o TAC organizou oficialmente o seu primeiro rali, o “Rali da Primavera”. Desde então, tem desempenhado um papel fundamental na promoção e desenvolvimento do automobilismo, organizando provas de elevado prestígio, entre as quais se destacam o emblemático “Rali Ilha Lilás” e o “Além Mar Rali TAC”.

A cerimónia comemorativa dos 50 anos contou com a apresentação de um selo e bilhete postal comemorativos, em parceria com o Núcleo Filatélico de Angra do Heroísmo e os CTT – Correios de Portugal, bem como com o lançamento de uma medalha alusiva à efeméride. Entre os momentos mais simbólicos destacou-se a estreia do Hino do TAC, com letra de Álamo Oliveira, música de Antero Ávila e interpretação de Carla Rosado – verdadeiro símbolo do orgulho e da alma deste clube.

Foram ainda prestadas justas homenagens aos sócios fundadores — Amândio Pastor (a título póstumo), Luís Gabriel Martins, Luís Braz, Joaquim do Carmo e Jorge Azevedo — e a diversos colaboradores e parceiros, entre os quais Leandro Rosado, Miguel Almeida (a título póstumo), António e Délia Bettencourt, Ricardo Laureano, Rafael Barcelos e João Toste Paim.

Foram também reconhecidas as duas autarquias da ilha Terceira, o Governo Regional e várias empresas parceiras, pelo apoio contínuo ao clube.

O Terceira Automóvel Clube tem desempenhado um papel relevante na dinamização social, desportiva e cultural do concelho de Angra do Heroísmo, sendo há cinco décadas uma referência incontornável da identidade local e do desporto automóvel.

A vertente desportiva do Terceira Automóvel Clube estendeu-se a várias outras modalidades, num notável ecletismo. Mantém hoje ativas, para além da sua secção automóvel, organizações de Karting, Todo-o-Terreno, Clássicos e Motociclismo.

Através da organização de eventos automobilísticos que mobilizam a comunidade e da sua persistente capacidade de se reinventar, o TAC tem contribuído para afirmar a ilha

Terceira como um centro de atividade, inovação e espírito associativo, valorizando o concelho de Angra do Heroísmo, projetando-o no contexto regional e nacional.

Celebrar 50 anos de história é reconhecer o trabalho, o empenho e a paixão de todos quantos contribuíram para que o Terceira Automóvel Clube se mantivesse uma instituição dinâmica, inovadora e ao serviço da comunidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do TAC – Terceira Automóvel Clube. Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do TAC – Terceira Automóvel Clube, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Direção Regional do Desporto.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, associando-se a este voto apresentado pelo CDS-PP, pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, não pode deixar de saudar o Terceira Automóvel Clube pelos seus 50 anos, saudando o Presidente da sua direção, o Paulo Silveira, e na pessoa dele, todos os órgãos sociais e todos os sócios daquela instituição que têm sido ao longo destes 50 anos tão importantes para a dinâmica desportiva mas também para a dinâmica social e até cultural de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira. Saudamos também os seus sócios fundadores e todos aqueles que ao longo destes 50 anos construíram a história desta instituição, resultando e culminando naquilo que ela é hoje e que pode ser, aliás, constatado, de forma muito clara e muito bonita na sessão

solene que ocorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, nos seus Paços de Concelho em que assinalou em vários momentos, como aqui já foi referido a história desta instituição e deste clube que tem obviamente, e que é reconhecida com um grande peso nos desportos motorizados, sendo expoentes máximos da sua organização anual, o “Rali Ilha Lilás ou o “Rali Além Mar”. Mas é importante também não esquecer que o TAC é e sempre foi ao longo de muitos anos uma instituição eclética do ponto de vista desportivo. O TAC já teve natação, ténis de mesa, voleibol, basquetebol, futsal e, portanto, além da vertente dos desportos motorizados — que é talvez a mais marcante —, tem tido também uma preocupação social e desportiva na formação de jovens em vários escalões de formação de várias modalidades. Merece também por isso, um reconhecimento e uma homenagem deste Parlamento.

E, portanto, associando-nos ao voto do CDS-PP, saudamos esta instituição e desejamos ao TAC longa vida com a pujança que felizmente hoje apresenta num tempo em que, todos sabemos, é cada vez mais difícil que as instituições, as forças vivas da nossa Região tenham órgãos sociais constituídos e, portanto, merece uma homenagem e a solidariedade deste Órgão de Governo Próprio, como é o Parlamento, desejando-lhe um futuro bonito daqui para a frente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário do TAC, Terceira Automóvel Clube foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelos 50 anos do Agrupamento de Escuteiros 433 dos Arrifes. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

Pausa.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 anos do Agrupamento de 433 dos Arrifes do Corpo Nacional de Escutas

Foi em 1974 que germinou, na freguesia dos Arrifes, um projeto de formação e serviço à juventude que viria a marcar profundamente o percurso de centenas de jovens arrifenses e não só: o Agrupamento de Escuteiros 433 dos Arrifes. A sua fundação surgiu na sequência da visita de um grupo de jovens ao acampamento do Agrupamento 107 de Ponta Delgada, no Pinhal da Paz — visita promovida pelo padre José Francisco, então assistente do Agrupamento 107 e colaborador do padre Benjamin Raposo, pároco de Nossa Senhora da Saúde dos Arrifes.

Entusiasmados com o espírito escutista, esses jovens decidiram dar início ao seu próprio agrupamento na sua freguesia. O grupo composto por cinco elementos, a saber: Flávio Couto, Horácio Raposo, João Luís Silva, José Manuel Teixeira e Valdemar Arruda, fundaram o Agrupamento 433 dos Arrifes, a 1 de maio de 1975. A criação do 433 contou com o imprescindível apoio espiritual do padre Benjamin Raposo e com a liderança do primeiro chefe de agrupamento, Manuel António Pereira Correia, cuja entrega foi determinante para o arranque do projeto.

Os primeiros tempos foram marcados por dificuldades significativas: a primeira sede, situada na Canada dos Valados, foi destruída por uma tempestade em 1979. A resiliência do agrupamento foi, contudo, notável. Continuaram as suas atividades, reunindo-se em locais provisórios, como a garagem da Capela de Nossa Senhora da Piedade, até que novas instalações foram generosamente cedidas por um membro da comunidade, José Machado Pacheco, Chefe do Agrupamento entre 1980 e 2018. Em

2008, a inauguração da atual sede na rua Cardeal Dom Humberto de Medeiros veio finalmente dar resposta às necessidades de um agrupamento em crescimento e cada vez mais ativo.

O percurso do Agrupamento 433 é marcado por uma contínua superação de desafios, sempre com espírito de missão, união e fé. A sua história é um exemplo de perseverança, guiada pelos valores que alicerçam o escutismo católico: a responsabilidade, o compromisso com o próximo, a disciplina, a fraternidade, o respeito pela natureza e a vontade de "deixar o mundo um pouco melhor do que o encontramos", como dizia Baden-Powell.

Com uma estrutura sólida, o agrupamento tem sabido manter-se atual, sem nunca abdicar das raízes e dos princípios que o norteiam.

É hoje composto por mais de uma centena de elementos, dos 6 anos à idade adulta, e organiza-se em diferentes secções que promovem o crescimento progressivo e responsável dos jovens, através de atividades práticas, experiências ao ar livre e ação comunitária.

Ao longo de 50 anos, o Agrupamento 433 dos Arrifes tem participado ativamente em iniciativas de âmbito local, regional e nacional, formando escuteiros que transportam consigo valores de cidadania, solidariedade e espírito de serviço. A liderança atual, sob a chefia de Luís Oliveira, tem sido determinante para manter viva esta chama, com especial atenção à captação e formação de novos elementos e ao envolvimento das famílias e da comunidade local.

Congratulamo-nos pelos seus 50 anos de existência e serviço à juventude, homenageando os seus fundadores, dirigentes, escuteiros e todos quantos contribuíram para esta notável caminhada de 50 anos; e ainda, enaltecendo a sua capacidade de resiliência, a força dos seus princípios e o contributo inestimável que tem prestado à formação de cidadãos conscientes, solidários e comprometidos com o bem comum.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

reunida em Sessão Plenária no período legislativo de junho de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos do Agrupamento 433 dos Arrifes do Corpo Nacional de Escutas.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Agrupamento 433 dos Arrifes do Corpo Nacional de Escutas, à Junta de Núcleo de Escutas de São Miguel, à Junta Regional do Corpo Nacional de Escutas, à Assembleia de Freguesia dos Arrifes, à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à Direção Regional da Juventude.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se com a maior das naturalidades a este voto aqui apresentado pela Sra. Deputada e, dizer que este Agrupamento acaba por ser um bom exemplo daquilo que nós temos nos Açores, de superação de desafios, através de um espírito de missão, de fé pelo escutismo católico. Estes movimentos associativos também são exemplos — e bons exemplos — de que através da educação não formal podemos trilhar todos juntos um caminho nos Açores para combater de certa forma aquilo que foi uma das temáticas aqui discutidas essa semana no Parlamento.

Em nome do PSD Açores, congratulo naturalmente, todos os dirigentes e escuteiros, que são mais de 100 elementos neste Agrupamento que acaba por projetar os Açores no contexto nacional, através das suas presenças nos eventos em Portugal continental. Para terminar, gostaria de destacar ainda que estes grupos e movimentos associativos acabam por beneficiar, à data, de mais financiamento, de mais despesas elegíveis, de

mais tempo para as suas candidaturas a apoios para as atividades, o que demonstra que também o Governo está atento a estes movimentos associativos, a estas organizações maioritariamente compostas por jovens que, de certa forma, beneficiam os Açores e toda a sociedade civil.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 50 anos do Agrupamento 433 dos Arrifes do Corpo Nacional de Escutas foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Clube de Karaté Shotokan da Povoação e aos atletas Matilde Pacheco e Santiago Cabral. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar.

Pausa.

Deputado Francisco Gaspar (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos Atletas Matilde Pacheco e Santiago Cabral e ao Clube Karaté Shotokan da Povoação

Nos passados dias 3 e 4 de maio, realizou-se o campeonato Nacional Karaté de Infantis, Iniciados e Juvenis, no Pavilhão Municipal do Entroncamento.

O Clube Karaté Shotokan da Povoação marcou presença neste campeonato com quatro atletas, sagrando-se Matilde Pacheco, Campeã Nacional em Kumate no escalão de iniciados feminino – 44kg e Santiago Cabral, Vice-Campeão Nacional em Kumate no escalão iniciados masculino – 54kg.

A estes atletas, juntam-se tantos outros do Clube, que em anos anteriores também arrebataram honrosas classificações, que determinaram que atletas como Nuno Mendonça, Abel Costa, Martim Arruda, Marcos Sousa, pudessem subir aos pódios das competições nacionais, sendo um motivo de enorme orgulho para o concelho da Povoação, projetando e evidenciando as qualidades dos nossos atletas e do excelente trabalho desenvolvido pelos seus treinadores, Nuno Mendonça, Vítor Pereira e Lídia Mendonça.

Formado oficialmente em 27 de janeiro de 2012, embora tenha iniciado a sua atividade em 2007, o Clube Karaté Shotokan da Povoação, conta atualmente com mais de sete dezenas de atletas dos vários escalões, desde benjamins a seniores, que competem nos campeonatos Regionais, Nacionais, e na Taça de Portugal.

O Clube tem o objetivo de desenvolver a vertente tradicional e competitiva do Karaté, que assenta na aprendizagem técnica da modalidade, com o objetivo de alcançar os melhores resultados, o que tem vindo a acontecer.

Valores como: a disciplina, o respeito, a sinceridade, o esforço, a etiqueta, o autocontrolo, que levam ao aperfeiçoamento do carácter do atleta, fazendo-o crescer como pessoa, evidencia e traduz o brilhante desempenho destes atletas e o meritório trabalho desenvolvido e despendido pelos seus treinadores.

Pelo acima exposto, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação aos Atletas Matilde Pacheco e Santiago Cabral, bem como ao Clube de Karaté Shotokan da Povoação, do qual deve

ser dado conhecimento aos próprios atletas, ao respetivo Clube, à Associação de Karaté dos Açores (AKA), à Federação Nacional de Karaté (FNKP), à Shotokan Karaté Internacional Federação Canadá (SKIF), das quais o Clube é associado bem como à Câmara Municipal da Povoação.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Flávio Pacheco, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Pacheco (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, que o Grupo Parlamentar do PS gostava de se associar a este voto.

O Clube de Karaté Shotokan tem feito um trabalho notável, os seus mestres iniciaram a sua atividade na Academia de Karaté de Vila Franca do Campo, que depois fundaram o Clube de Karaté Shotokan da Povoação.

Não deixa de ser muito interessante todos os votos que temos tido nos últimos tempos relativamente aos resultados dos atletas nestas modalidades. Sou do tempo em que era muito difícil termos, por exemplo, um terceiro lugar a nível nacional e agora já conseguimos ter primeiros lugares e segundos lugares, já quase todos os anos.

É fruto do trabalho também desportivo de todos os atletas, mas também de todos os treinadores, de todos os clubes e de todas as associações.

Os atletas Matilde Pacheco, bem como Santiago Cabral, participaram na modalidade de Kumite, para quem não conhece o Kumite é uma vertente do Karaté que se traduz pela luta, não é fácil ganhar o nacional, depois têm que fazer diversas lutas, seis, sete ou oito lutas consecutivas entre 2 e 3 minutos cada uma.

Por isso, é um feito notável, em que, os atletas e os seus treinadores estão de parabéns.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos avançar então para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação aos atletas Matilde Pacheco e Santiago Cabral e ao Clube de Karaté Shotokan da Povoação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo CHEGA. Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa aos atletas Matilde Pacheco, Maria Cruz e Santiago Cabral. Faz favor, Sr. Deputado.

Pausa.

Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO **Aos Atletas Matilde Pacheco, Maria Cruz e Santiago Cabral**

Dois títulos de Campeão Nacional e um título de Vice-campeão Nacional, num total de três finais disputadas, foi o saldo arrecadado pela comitiva Açoriana da Associação de Karaté dos Açores, que marcou presença no Campeonato Nacional de Karaté para os escalões de Infantis, Iniciados e Juvenis, que decorreu a 3 e 4 de maio no Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento. Uma prova organizada pela Federação Nacional de Karaté e que permitiu que a jovem atleta Matilde Pacheco, do Clube de Karaté Shotokan da Povoação, alcançasse o título de Campeã Nacional de Kumite Iniciados Femininos - 44kg. Mas também a atleta Maria Cruz, do Clube de Karaté Shotokan da Horta, que se sagrou Campeã Nacional de Kumite Iniciados Femininos + 55kg. Já Santiago Cabral, do Clube de Karaté Shotokan da Povoação, alcançou o título de Vice-Campeão Nacional de Kumite Iniciados Masculinos - 54kg.

Estas conquistas refletem o talento e a perseverança reconhecida em várias conquistas recentes.

Destacamos a vitória da atleta Matilde Pacheco que já tinha alcançado a medalha de ouro no Open Karaté Kids Valongo, realizado a 15 de fevereiro de 2025, onde venceu cinco combates na categoria de kumite iniciados femininos + 40kg, demonstrando consistência e excelência no seu percurso competitivo.

No caso da atleta Maria Cruz, em abril de 2024, sagrou-se Campeã Regional de Kumite Iniciados Femininos + 55kg durante o Campeonato Regional de Karaté realizado na ilha do Faial. Além disso, no mesmo ano, a atleta participou em diversas competições regionais e nacionais, onde obteve classificações de relevo, consolidando a sua posição como uma das promessas do karaté açoriano. Em março de 2025, Santiago Cabral sagrou-se Campeão Regional de Kumite Iniciados Masculinos - 54kg no Campeonato Regional de Infantis, Iniciados e Juvenis, realizado na ilha do Faial. Esta vitória destacou-se como um dos momentos mais emblemáticos da prova, evidenciando o seu talento e dedicação à modalidade. Além disso, Santiago Cabral conquistou o terceiro lugar em Kata Iniciados na mesma competição, demonstrando excelência tanto no combate quanto nas formas técnicas do karaté.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de Congratulação aos atletas Matilde Pacheco, Maria Cruz e Santiago Cabral, do qual deve ser dado conhecimento aos próprios, à Associação de Karaté dos Açores, ao Clube de Karaté Shotokan da Povoação, ao Clube de Karaté Shotokan da Horta, à Câmara Municipal da Povoação, à Câmara Municipal da Horta e à Direção Regional do Desporto.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD aproveita esta oportunidade para associar-se ao Voto de Congratulação aqui apresentado, saudando todos os atletas já mencionados no voto do Grupo Parlamentar do PSD anteriormente lido, mas gostava de aproveitar esta oportunidade para saudar em particular a atleta Maria Cruz, uma jovem promissora na modalidade de 11 anos, pelo título de Campeã Nacional de Kumite Iniciados Femininos + 54 kg.

Sabendo a importância que os treinadores e as instituições têm também na vida e nos sucessos destes atletas, deixo uma palavra de reconhecimento ao treinador Marco Maciel, do Clube de Karaté Shotokan da Horta e também a João Castro, Diretor Técnico da Associação de Karaté dos Açores, pelo papel impulsionador que têm tido na modalidade nos Açores e que têm permitido a estes jovens somarem vitórias, pódios, mas acima de tudo, experiências para a vida.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não existindo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação aos Atletas Matilde Pacheco, Maria Cruz e Santiago Cabral foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos fazer um intervalo regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à apresentação e votação de votos.

Eram 12 horas e 3 minutos.

O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares para a apresentação de um Voto pelo 50.º Aniversário de Ordenação Sacerdotal do Sr. Padre Agostinho Lima.

Pausa.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50.º Aniversário da Ordenação Sacerdotal do Rev.do Padre Agostinho de Jesus de Sousa Lima

Agostinho de Jesus de Sousa Lima nasceu no dia 6 de julho de 1952 na Ribeira Seca, Ribeira Grande.

Cresceu num ambiente profundamente marcado pela fé, pela oração, pelo trabalho e pela convivência. Foi ainda muito jovem que sentiu o chamamento para a vida sacerdotal, ingressando no Seminário aos 11 anos de idade.

Foi ordenado sacerdote a 29 de maio de 1975 e em agosto desse mesmo ano iniciou o seu ministério sacerdotal nas paróquias de São Pedro e São Roque, em Ponta Delgada. Em agosto de 1976, assume funções no Nordeste, comunidade que continua a servir com dedicação e empenho.

Ao longo destas cinco décadas o Padre Agostinho Lima tem sido um pilar espiritual e social para as comunidades onde serve, assumindo responsabilidades relevantes, nomeadamente como ouvidor, assistente de agrupamentos de escoteiros, Capelão do Centro de Saúde e da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste, e atualmente como pároco das paróquias de Matriz de São Jorge da Vila de Nordeste, de Nossa Senhora da Luz da Pedreira e de Santo António, em Santo António Nordestinho.

A sua dedicação ultrapassa o âmbito estritamente pastoral, tendo sido professor na Escola Básica e Integrada de Nordeste e Diretor Pedagógico da Escola Profissional de Nordeste.

Consciente de que nas terras mais pequenas e isoladas a união de esforços é fundamental para a sobrevivência e sustentabilidade das instituições, foi e continua a ser um forte apoiante, incentivador e participante na vida destas e de associações locais com especial destaque para a Filarmónica Eco Edificante e o Clube União Desportiva do Nordeste.

Homem com o dom da palavra, a palavra forte, verdadeira e confortante ao serviço da catequese bíblica do Povo Nordestense e em outras comunidades, sempre com um profundo amor pela sua terra e pelas suas gentes.

Sacerdote, professor e formador, o Padre Agostinho Lima irradiou empatia, curou feridas, aqueceu corações, defendeu os mais necessitados e promoveu a dignidade humana no Nordeste.

O Nordeste e os Nordestenses evidenciam o maior respeito e gratidão por tudo o que fez e continua a fazer em prol da nossa terra e do seu desenvolvimento, muito em especial na área do Ensino e Formação Profissional.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Ordenação Sacerdotal do Reverendo Padre Agostinho de Jesus de Sousa Lima.

Do presente voto seja dado conhecimento ao próprio, às Igrejas da Matriz de São Jorge da Vila de Nordeste, da Pedreira e de Santo António Nordestinho, às Juntas e Assembleias de Freguesia de Nordeste e Santo António Nordestinho, à Câmara e Assembleia Municipal de Nordeste e ao Governo Regional.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se este Voto de Congratulação ao Padre Agostinho de Sousa Lima pelo seu Jubileu Sacerdotal e pelo seu percurso de vida pessoal e profissional, fortemente ligado à Igreja e também à educação. Foi um impulsionador de muitos trabalhos junto dos mais jovens e uma pessoa a quem nós temos o reconhecido mérito de distingui-lo como uma pessoa de grande proximidade às comunidades por onde trabalhou.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação 50.º Aniversário da Ordenação Sacerdotal do Reverendo Padre Agostinho de Jesus de Sousa Lima foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Martins.

Pausa.

Deputado Marco Martins (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal Pela conquista do Campeonato
Nacional Feminino de Tênis de Mesa - Época 2024/2025

Fundado a 13 de fevereiro de 2003, o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal tem vindo a afirmar-se como uma instituição de referência no desporto regional e nacional, construindo, com esforço e paixão, um palmarés notável nos vários escalões do tênis de mesa e projetando o nome da Região além-fronteiras. A extraordinária recente conquista desta coletividade — o Campeonato Nacional Feminino da Primeira Divisão de Tênis de Mesa da época 2024/2025 —, assume-se como um feito de enorme mérito e relevo, que representa o segundo título nacional da história do clube, e que muito honra a cidade da Praia da Vitória, a ilha Terceira e a Região Autónoma dos Açores.

Foi no sábado transato, dia 31 de maio de 2025, que a equipa feminina do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal venceu, por parciais de 3-2, o Clube Tênis de Mesa Mirandela, no segundo Jogo da final do *play-off*, vitória que culminou no título nacional da modalidade. Este feito histórico foi alcançado pela dedicação, talento e espírito coletivo das atletas Gabriela Feher, Joana Coelho, Júlia Leal e Tatiana Garnova, sob a brilhante orientação técnica do treinador Luís Sousa, num percurso competitivo exigente e desafiante, cuja participação foi absolutamente exemplar.

Mais do que uma conquista desportiva, este título é o reflexo de um projeto sólido, com uma base formativa e humanista, que se encontra profundamente enraizada na comunidade.

No caso vertente, importa destacar a Direção do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, que com visão e compromisso estratégico assegura a sustentabilidade do clube; a sua equipa técnica, que orienta com manifesta competência e humanidade os percursos dos atletas; os voluntários e familiares, que apoiam e acompanham a vida do clube de forma constante e, finalmente, a comunidade que acredita no valor transformador do desporto.

Estas conquistas são também o triunfo de todos aqueles que, direta ou indiretamente, dão o melhor de si em prol dos clubes, dos atletas e das localidades que representam, muitas vezes sem visibilidade ou reconhecimento, mas cujo contributo é absolutamente essencial para o êxito coletivo.

O Juncal é, assim, exemplo do que de melhor se faz no desporto regional: um projeto formador, integrador, promotor de valores cívicos e morais, e um embaixador de excelência dos Açores no contexto nacional e internacional.

Este momento histórico, justifica o justíssimo reconhecimento ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal — às suas atletas, equipa técnica, direção, agentes desportivos, apoiantes e toda a comunidade envolvente — por elevarem, com orgulho e excelência, o nome da Praia da Vitória, da ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária no dia 5 de junho de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo feito alcançado pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, na época desportiva de 2024/2025.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Clube, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Federação Portuguesa de Tênis de Mesa e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr.

Membro do Governo:

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal já é um *habitué* dos votos de congratulação nesta Casa. Resta apenas nos associarmos ao voto, congratular todos os dirigentes, atletas e treinadores do grupo e, de facto, reconhecer todo o trabalho que têm junto de todos os jovens, o papel social que o clube tem. Ainda ontem discutiu-se aqui muito as dependências, e, naturalmente, que é sempre importante realçar, relembrar a importância que o desporto tem nesta matéria, bem como as questões de saúde.

E, portanto, cabe também a nós trabalharmos sempre para valorizar cada vez mais o desporto, em especial, a formação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Não existindo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pela Conquista do Campeonato Nacional Feminino de Ténis de Mesa na época 2425, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo CHEGA. Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para apresentar um Voto de Congratulação aos atletas Helena Rodrigues e Celestino Pacheco.

Pausa.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos Atletas Helena Rodrigues e Celestino Pacheco

No passado mês de março de 2025, os atletas Helena Rodrigues e Celestino Pacheco, ambos representantes do Clube Desportivo e Cultural Ilha Verde, participaram nos Campeonatos Nacionais de Marcha em Estrada — Absolutos, realizados no Algarve. Conquistaram ambos os títulos nacionais na prova de Marcha de 5 km, na categoria sub-18, Helena Rodrigues com 25:32 e Celestino Pacheco com 25:47, sendo um recorde pessoal para Helena Rodrigues.

A jovem atleta Helena Rodrigues tem-se distinguido pelo seu percurso promissor, fruto de uma entrega consistente à prática desportiva, demonstrando capacidades técnicas que a projetam como uma referência desta modalidade.

O atleta Celestino Pacheco, com igual mérito, tem evidenciado grande evolução, sendo exemplo de dedicação, resiliência e talento, qualidades que são agora reconhecidas com a conquista deste título nacional.

Ambos os atletas honram não só o Clube Desportivo e Cultural Ilha Verde, como também os seus treinadores, famílias e toda a comunidade desportiva açoriana, reforçando o valor do desporto de formação, sendo um exemplo inspirador para toda a comunidade, em especial para os mais novos, mostrando que com trabalho, perseverança e paixão, é possível alcançar grandes conquistas.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação aos atletas Helena Rodrigues e Celestino Pacheco, pelo título de Campeões Nacionais de Marcha de 5 km sub-18, do qual deve ser dado conhecimento

aos próprios atletas, ao Clube Desportivo e Cultural Ilha Verde, à Associação de Atletismo de São Miguel, bem como à Direção Regional do Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Creio não existirem.

Vamos passar então à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação aos Atletas Helena Rodrigues e Celestino Pacheco foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado pelas Bodas Sacerdotais do Cónego João Maria de Brum.

Pausa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelas Bodas Sacerdotais do Cónego João Maria Vieira Tavares de Brum

Natural de Rabo de Peixe, João Maria Brum foi ordenado Presbítero em 29 de maio de 1975, por provisão do Bispo de Angra.

De imediato, tornou-se vigário paroquial da igreja Matriz, de Ponta Delgada, e, no ano seguinte, como pároco da zona pastoral de Santo Amaro, Beira, Toledo e Senhora da Boa Nova, na ilha de São Jorge.

Em 1977 tomou a seu cargo a paróquia da Fajã de Baixo, onde empreendeu notável obra pastoral e social, destacando-se, entre outras, a criação de um grupo de escutismo para formação humana e cristã de jovens e adolescentes.

O mesmo viria a fazer na paróquia de São Pedro de Ponta Delgada, onde foi empossado como pároco em 1994 e onde também desenvolveu intensa obra social, sobretudo nas zonas mais problemáticas da freguesia, cabendo-lhe também por inerência a função de Capelão do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Durante muitos anos João Maria Brum foi assistente religioso do núcleo do escutismo católico de São Miguel e Santa Maria e assistente da Cáritas de São Miguel, entre outros cargos de natureza eclesiástica.

Em 2015 foi feito Cónego Capitular da Sé. De 1982 até à idade da aposentação, o Cónego João Maria Brum exerceu a atividade docente, na disciplina de Educação Moral e Religião Católica, nas escolas secundárias Domingos Rebelo e das Laranjeiras, acompanhando inúmeras gerações de estudantes, sempre com espírito jovial e profunda empatia, fazendo generosas amizades para a vida.

Atualmente, é Capelão da Casa de Saúde de São Miguel, do Instituto de São João de Deus.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos de sacerdócio do Padre João Maria Brum, que representam meio século de serviço à comunidade, e de modo muito particular à juventude e aos mais fragilizados da nossa sociedade.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também neste voto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a estas Bodas Sacerdotais, pela entrega e pelo percurso de vida pessoal e profissional do Cónego João Maria Brum, pela integridade e pelo serviço pastoral que prestou nas várias comunidades no serviço que também se entregou e também pela referência que é para todos nós, em termos de humanidade, por ter um compromisso com os valores morais que todos nós preconizamos.

E é nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também se associa a este voto relacionado com a ordenação do Sr. Cónego João Maria Brum.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Creio não existirem, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelas Bodas Sacerdotais do Cónego João Maria Vieira Tavares de Brum, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação à Atleta Sandra Brum. É apresentado pelo CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Pausa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**À atleta Sandra Brum pelos dois recordes nacionais alcançados
no Campeonato do Mundo de Apneia**

A atleta Sandra Brum, representante da Seleção Nacional de Mergulho em Apneia da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas e atleta do Clube Naval de Rabo de Peixe, voltou a elevar o nome dos Açores e de Portugal no panorama internacional, com uma prestação de grande mérito no Campeonato do Mundo de Apneia, realizado recentemente na Grécia, entre os dias 18 e 25 de maio do presente ano.

Sandra Brum alcançou dois novos recordes nacionais: Disciplina Dinâmica (DYN): 156 metros e Disciplina Dinâmica com Barbatanas Frontais (DYNBF): 152,5 metros. A estas marcas excecionais somam-se os notáveis resultados de: 4 minutos e 50 segundos na disciplina de Estática (STA) e 80 metros na disciplina de Dinâmica sem Barbatanas (DNF).

Esta participação sólida e inspiradora confirma Sandra Brum como uma das maiores referências nacionais na modalidade de apneia *indoor*, acrescentando mais uma página brilhante ao seu percurso desportivo — que já inclui seis recordes nacionais, um título de campeã nacional e a vitória na Taça de Portugal, conquistados em 2024.

O talento, a perseverança e a excelência da atleta honram não só o Clube Naval de Rabo de Peixe, como também a Região Autónoma dos Açores, sendo um exemplo de dedicação e superação que merece todo o reconhecimento público.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Sandra Brum pelos dois novos recordes nacionais alcançados no Campeonato do Mundo de Apneia de 2025.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à atleta, ao Clube Naval de Rabo de Peixe e à Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para naturalmente associar a bancada do Partido Socialista a este voto apresentado pelo CDS-PP.

A Sandra é natural daqui, da ilha do Faial. Bem recentemente, já foi aprovado um voto também aqui à Sandra Brum pelos feitos desportivos que tem feito, e a verdade é que provavelmente vai continuar a acontecer.

A Sandra foi praticante de basquetebol durante muitos anos e impõe nas modalidades uma exigência muito grande, que também na sua vida o faz, e, naturalmente, os resultados vão continuar a aparecer.

A Sandra também representou o Clube Naval da Horta, que também foi um gosto para este clube ter a Sandra nas suas fileiras. Hoje representa o Clube Naval de Rabo de Peixe, e, naturalmente, continuará a levar o nome da Região Autónoma dos Açores para esse mundo fora. A este voto, naturalmente, foi bem apresentado pelo CDS-PP e, nesse sentido, o Partido Socialista associa-se ao voto.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o PSD se associa a este voto e, também dizer que no próximo período legislativo, irá entregar a esta Mesa um voto de igual teor.

Mas, deixe-me também aproveitar para dizer que isto é fruto do trabalho e dos jovens talentos que se tem na Região Autónoma. O Clube Naval de Rabo de Peixe e a Sandra Brum têm sabido levar, quer o nome da Vila, quer o nome do Concelho, quer o nome dos Açores por fora desta Região e quando assim o é, só temos que estar, de certa

forma, vaidosos e, acima de tudo, reconhecer o trabalho que os diversos clubes fazem, quer pelo desporto, quer noutras áreas aqui nos Açores.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo vamos votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à Atleta Sandra Brum pelos dois recordes nacionais alcançados no Campeonato do Mundo de Apneia foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Rubén Cabral para a apresentação de um voto pela obtenção da Chave Michelin.

Pausa.

Deputado Rubén Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao White Exclusive Suites & Villas pela Obtenção da Chave Michelin

Em abril de 2024, o Guia MICHELIN apresentou uma nova distinção: a Chave MICHELIN. Enquanto a Estrela MICHELIN reconhece os melhores restaurantes do mundo, a Chave MICHELIN reconhece os melhores hotéis do mundo.

Este reconhecimento é consequência de um processo autónomo e independente, que conta com diversos inspetores que experienciam *in loco* vários hotéis em todo o mundo.

Em 2025, existem somente 55 hotéis portugueses distinguidos com Chave MICHELIN e um destes hotéis é o *WHITE Exclusive Suites & Villas*, no concelho da Lagoa.

O *WHITE Exclusive*, como é comumente conhecido, é um hotel que procura proporcionar experiências ímpares em cada uma das suas unidades, pertence a grupo hoteleiro *Singular Properties* que foi desenhado com base nos valores da autenticidade, da exclusividade, da sustentabilidade e da excelência, como consequência da paixão, visão e compromisso de João e Catarina Reis, os proprietários.

Temos, portanto, na Lagoa, o primeiro e, até ao momento, único hotel dos Açores distinguido com Chave MICHELIN: *WHITE Exclusive Suites & Villas*, um pequeno hotel de charme, muito exclusivo, com somente nove suites e uma vila, e, mais recentemente a *La Maison*, uma casa de férias com todas as comodidades de um hotel. Face ao exposto, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária no período legislativo do mês de junho de 2025, a aprovação deste Voto de Congratulação ao hotel *WHITE Exclusive Suites & Villas* pela obtenção da primeira Chave MICHELIN na Região Autónoma dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cristina Calisto. Faça favor, tem a palavra

(*) **Deputada Cristina Calisto (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto que agora é atribuído ao *WHITE & Villas* na Lagoa, deixando aqui expresso o trabalho que esta unidade hoteleira tem feito, quer ao nível dos Açores, mas em particular no Concelho da Lagoa, para posicionar o turismo dos Açores num segmento de elevada qualidade.

E por isso, este reconhecimento é um reflexo do trabalho que esta unidade hoteleira tem feito a este nível.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição para intervenção.

Pausa.

Não existindo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao *White Exclusive Suites & Villas* pela Obtenção da Chave Michelin, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Juventude Desportiva Lajense. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Martins.

Pausa.

Deputado Marco Martins (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Juventude Desportiva Lajense Pela conquista do Campeonato de Futebol dos Açores - Época 2024/2025

O Juventude Desportiva Lajense, fundado a 18 de maio de 1958, tem sido, ao longo das décadas, um pilar do desporto na Vila das Lajes, no concelho da Praia da Vitória, e em toda a ilha Terceira. Mais do que um clube desportivo, é um verdadeiro símbolo

identitário da sua comunidade, promovendo valores como a dedicação, a superação, o espírito coletivo e o orgulho local.

Com uma trajetória marcada pelo investimento na formação, pela valorização do talento local e pela promoção dos valores do associativismo, o clube alcançou, na época desportiva de 2024/2025, ora finda, um feito histórico: a conquista do Campeonato de Futebol dos Açores e a consequente subida ao Campeonato de Portugal, pela primeira vez na sua história.

Este marco resulta do trabalho incansável de toda a estrutura do clube, liderada pelo presidente Paulo Aguiar, que, ao longo de dois anos de mandato, conseguiu, juntamente com a sua direção, alcançar um feito absolutamente histórico. Também o diretor desportivo Simão Fonseca teve um papel determinante, contribuindo para a construção de uma equipa competitiva e para a implementação de uma estratégia vencedora, assente na seriedade, na ambição e no amor à camisola — onde o sonho sempre foi possível e fomentado, constituindo, aliás, um verdadeiro alicerce de todo o projeto desportivo.

A época 2024/2025 foi ainda enriquecida com outras conquistas significativas como a vitória na Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, a conquista da Taça da ilha Terceira e o apuramento inédito para a 3.^a eliminatória da Taça de Portugal.

Estes resultados refletem a competência da equipa técnica, a entrega dos jogadores e o apoio fervoroso de uma massa associativa que nunca deixou de acreditar no potencial, nos valores e na alma do seu clube.

O Juventude Desportiva Lajense é também sinónimo de mobilização comunitária. Em todos os jogos, mesmo fora de casa — e num campeonato como o dos Açores isso significa atravessar ilhas — a equipa nunca parecia estar longe do seu reduto. A força e a presença constante dos seus adeptos deram sempre voz e alma à equipa, tornando-a verdadeiramente, inabalável.

Esta massa associativa representa com orgulho e paixão as gentes da Vila das Lajes e é parte essencial do sucesso alcançado.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária no dia 5 de junho de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos feitos alcançados pelo Juventude Desportiva Lajense na época desportiva de 2024/2025.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Juventude Desportiva Lajense, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, à Federação Portuguesa de Futebol e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A grandeza de um clube constata-se, muitas vezes, pela grandeza da sua massa associativa e, neste contexto, o Juventude Desportiva Lajense é um dos grandes clubes dos Açores. Tem uma massa associativa apaixonante e que se diz sempre presente.

Esta época, no Campeonato de Futebol dos Açores, foi claramente o clube que mais adeptos deslocou fora da ilha Terceira e isso é demonstrativo da paixão e do amor que têm pelo clube.

Também quem se desloca ao Campo de Jogos das Lajes — o Campo Manuel Linhares de Lima —, pode constatar aquela mancha amarela que se estende pelas bancadas, onde todos os adeptos têm uma camisola amarela, quer nos jogos que as equipas fazem, as seniores e as de formação, bem como no torneio do Ramo Grande, que também é outro grande momento protagonizado pelo Juventude Desportiva Lajense.

Portanto, quero dar o reconhecimento aos atuais dirigentes, aos anteriores dirigentes que tiveram um bom papel na criação da base para o sucesso desta época, aos treinadores, atletas e toda a sua massa associativa.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA, naturalmente, associa-se a este Voto de Congratulação, e, mais uma vez, chamo a atenção da importância de os jovens abraçarem a causa do desporto, porque o desporto não só tem essa vertente de ganhar prémios e ganhar campeonatos, como tem a questão social: a importância de os jovens terem a mente ocupada, faz bem à saúde. E, portanto, nós temos que, em várias áreas, apostar, cada vez mais, no desporto para não ter que gastar em outras áreas que não nos interessam e que já foram aqui discutidas nesta Assembleia, nomeadamente, a questão da prevenção das drogas e questões afins.

E, nesse sentido, nós queremos-nos associar a esse voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Juventude Desportiva Lajense teve, efetivamente, ao nível do futebol, este ano, uma época em cheio ao vencer a Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, a Taça da ilha Terceira e o apuramento inédito para a terceira eliminatória da Taça de Portugal.

Culminou a época com a vitória da conquista do campeonato de Futebol dos Açores, e, portanto, a consequente subida de divisão ao campeonato de Portugal, pela primeira vez na história deste clube. Este clube é um clube que se tem vindo a afirmar no campo

da formação. Anualmente, realiza por altura das férias escolares da Páscoa, um torneio internacional, a edição organizada este ano foi a 17.^a.

Portanto, há 17 anos consecutivos que este clube, os seus dirigentes, as suas equipas técnicas, mas também os jovens atletas e as famílias empenham-se arduamente para bem receber as equipas que visitam as Lajes e a ilha Terceira por essa altura.

A conquista dos seniores por estes resultados desportivos, nesta época, é o exemplo e a consequência desse trabalho de formação dos nossos jovens, que começou há muitos anos e tem sido um trabalho muito persistente na Vila das Lajes.

Está de parabéns o clube, a sua massa associativa, os atletas e todos aqueles que, no presente, mas no passado, fazem e fizeram deste clube um grande clube regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Creio não existirem.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à Juventude Desportiva Lajense pela conquista do Campeonato de Futebol dos Açores época de 2024/2025, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelos 25 anos do Festival Baleia de Marfim. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

Pausa.

Deputada Ana Jorge (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos Festival Baleia de Marfim

O Festival da Canção Infantil Baleia de Marfim, criado em 1997 por iniciativa de Cláudio José Gomes Lopes, com a colaboração dos professores Olga Ávila Pacheco, José Manuel Pacheco e Manuel Emílio Porto, é uma referência cultural nas Lajes do Pico e nos Açores.

Com um formato inovador e uma forte componente educativa e artística, destaca-se pelo seu hino com letra de José Manuel Pacheco, que se tornou símbolo afetivo da comunidade, um parêntese porque eu não vou cantar:

Eis o Festival Baleia de Marfim, / festival p'rá pequenada, / vem que não faz mal / se és benjamim, / faz a tua caçada. / E traz contigo / todo o teu pessoal, / rumem para as Lajes do Pico, / venham cá todos / ver o meu festival, / que para sempre aqui fico!

E, de facto aqui ficou ao longo de 25 anos mais do que um espetáculo é um projeto de cidadania, criatividade e identidade, realizado graças ao empenho dos executivos camarários, da comunidade escolar e local.

A sua longevidade e impacto comprovam o valor deste desígnio cultural que merece ser celebrado e preservado pela forma como valoriza compositores, letristas e intérpretes da música infantil.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação aos Criadores do Festival Baleia de Marfim e a todos aqueles que ao longo dos anos conjugam esforços e vontades para concretizar a cada edição, sob a égide de cada executivo camarário esta iniciativa cultural.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Creio não existir.

Vamos votar então o voto não existindo intervenções.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 25 anos do Festival Baleia de Marfim foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos passar ao próximo Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também pelos 25 anos do Festival Baleia do Marfim. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Pausa.

Deputado Mário Tomé (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO **Pela 25ª Edição do Festival Baleia do Marfim**

O Festival da Canção Infantojuvenil Baleia de Marfim celebrou, no passado dia 31 de maio, a sua 25.ª edição, numa noite repleta de emoção, talento e memórias.

A Sociedade Cultural e Recreativa da Ribeira do Meio foi palco de mais um momento marcante da cultura local, reunindo crianças e jovens dos três concelhos da ilha do Pico.

Nascido em 1997, o Festival afirmou-se ao longo do tempo como uma plataforma de valorização da música e da expressão artística infantojuvenil, com o objetivo de estimular nas crianças o gosto pela música, através da interpretação de temas originais adequados à sua faixa etária, contribuindo também para o aparecimento de novos autores e compositores de temas musicais infantis.

Apesar de alguns anos de interregno, devido ao sismo de 1998 e à pandemia covid-19, o Festival Baleia de Marfim resistiu e cresceu, tornando-se uma referência no panorama musical açoriano.

Nesta vigésima quinta edição participaram 15 jovens interpretes: 9 na categoria infantil e 6 na categoria juvenil, com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, acompanhados por coro, banda e maestrina.

As irmãs Mafalda Serpa e Constança Serpa, com os temas *A menina da ilha* e *Just Dance* venceram, respetivamente, nas categorias infantil e juvenil.

No que respeita ainda à categoria infantil, a melhor Letra e Música foi reconhecida à canção *Canto da Chuva*, com letra de Maria do Carmo Costa, música de Nuno Mendes e orquestração de Hélder Bettencourt.

Na categoria juvenil, a melhor Letra e Música foi *A Baleia Encantada* com letra de Bernardo Macedo, música de Marcus Fernandez e orquestração de Hélder Bettencourt. O Festival Baleia de Marfim, nesta sua vigésima quinta edição, foi além do concurso musical, incluindo momentos marcantes e de reconhecimento, com a homenagem a figuras que ao longo dos anos contribuíram para a criação, crescimento e prestígio do Festival na cena cultural açoriana.

Foram homenageados os fundadores do Festival, Cláudio Lopes, Olga Pacheco, José Pacheco e Manuel Emílio Porto (a título póstumo), bem como o maestro Floriberto Ferreira, que liderou a orquestra entre 2001 e 2017, e o atual maestro Pedro Santos.

Também foi reconhecido o trabalho coral de Sandra Catarina Ferreira, Leonardo Marques, Vera Silva, Inês Duarte e Catarina Paixão, bem como o baixista Fernando Cardoso, presente desde a primeira edição. A sempre incansável Vânia Brum também foi homenageada pelos 19 anos de trabalho, entrega e dedicação à organização do Festival Baleia do Marfim.

Foi ainda prestada homenagem aos autores das 263 canções originais criadas ao longo destas vinte e cinco edições, entre eles Cinira Azevedo, António Bettencourt, Manuel

Emílio Porto (a título póstumo), Sérgio Luís Paixão (a título póstumo) e outros criadores que deixaram a sua marca com sensibilidade e dedicação.

O Festival da Canção infantojuvenil Baleia de Marfim é um verdadeiro trampolim para jovens interpretes, compositores e músicos, que continuam a emocionar plateias com brilho nos olhos e melodias no coração. Uma festa da música que resiste ao tempo e às dificuldades, graças ao apoio incondicional de famílias, educadores, músicos e à paixão pela cultura.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem da vigésima quinta edição (25ª) do Festival Baleia de Marfim organizado pelo Município das Lajes do Pico.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia das Lajes do Pico, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições. Não existindo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pela 25ª Edição do Festival Baleia do Marfim foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos os Votos de Congratulação. Avançamos para o Voto de Protesto, que está na Mesa, Contra a Violência Indiscriminada em Gaza e pela Defesa do Direito Humanitário Internacional. É um Voto de Protesto apresentado pelo PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Pausa.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO
Contra a Violência Indiscriminada em Gaza e Pela Defesa do Direito
Humanitário Internacional

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária, não pode permanecer em silêncio perante a tragédia em Gaza, onde milhares de vidas civis foram mortos, entre eles milhares de crianças, a violência atingiu níveis inaceitáveis.

Condenamos com veemência o ataque terrorista do Hamas em 7 de outubro de 2023. Morreram mais de 1.200 civis, foram feitos reféns, são crimes que repudiamos totalmente. O uso da violência contra civis inocentes deve ser rejeitado, sem exceções. O Estado de Israel tem o direito à sua existência, à sua segurança e à legítima defesa, como qualquer Estado soberano. Este direito está consagrado na Resolução 181 das Nações Unidas e, é justificado pela longa história de sofrimento do povo judeu que culminou no Holocausto.

Recordamos, com respeito esse passado, mas nenhum sofrimento histórico justifica o sofrimento atual, nenhuma memória de dor pode servir para validar punição coletiva ou violência extrema.

A resposta militar israelita em Gaza ultrapassou os limites do direito humanitário, ataques a zonas altamente povoadas, destruição de escolas, hospitais e campos de refugiados, bloqueio de bens essenciais, tudo isto viola princípios fundamentais.

Mais de 35 mil pessoas morreram em Gaza, mais de 14 mil eram crianças. Estas vítimas têm nome, rosto, família e sonhos.

O bloqueio agrava a tragédia: falta comida, medicamentos, eletricidade, pessoas vivem soterradas, deslocadas, sem segurança.

O povo palestino — e em particular a população civil de Gaza — está a pagar um preço inaceitável.

Esta Assembleia reconhece a complexidade do conflito e reconhece, também, o direito do povo palestino à paz, à dignidade e à autodeterminação.

A segurança de Israel não será garantida pela destruição de Gaza, a paz dos palestinos não será alcançada pelo extremismo ou pelo terror, só o diálogo e o respeito mútuo, podem abrir o caminho à paz. A comunidade internacional tem o dever de agir, a passividade é neste momento cumplicidade.

Este é um Voto de Protesto contra a *barbárie* e um apelo à consciência, um grito pela vida, um clamor pela paz.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária: Condena o ataque terrorista do Hamas e reafirma o direito de Israel à sua segurança e à sua existência;

Rejeita a violência indiscriminada contra civis em Gaza, incluindo ataques a hospitais, escolas e campos de refugiados;

Denuncia o bloqueio à ajuda humanitária e apela à paz, abertura imediata de corredores;

Exige um cessar-fogo imediato e à abertura de negociações políticas com mediação internacional;

Manifesta solidariedade com todas as vítimas e defende a responsabilidade por crimes de guerra;

Reafirma o compromisso com a paz e o direito internacional dos direitos humanos universais.

Assim, nos termos estatutários regimentais aplicáveis, propomos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Protesto

contra a Violência Indiscriminada em Gaza e pela defesa do Direito Humanitário Internacional.

Dê-se conhecimento do presente Voto de Protesto às entidades abaixo referidas, como expressão da solidariedade do povo Açoriano com todas as vítimas do conflito, e do compromisso desta Assembleia com os princípios universais da dignidade humana, da paz e do direito humanitário internacional: Presidente da República, Assembleia da República, Governo da República, Provedoria de Justiça, Parlamento Europeu, Presidente da Comissão Europeia, Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, Secretário-Geral das Nações Unidas (António Guterres), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Comissão de Inquérito da ONU sobre os Territórios Palestinos Ocupados, Cruz Vermelha Internacional, Amnistia Internacional – secções portuguesa e internacional, *Human Rights Watch*, UNICEF Portugal e sede global, Embaixada de Israel em Lisboa, Missão Diplomática da Palestina em Lisboa e Tribunal Penal Internacional.

Horta, Sala das Sessões, 5 de junho de 2025.

Os Deputados Regionais.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Dora Valadão faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Dora Valadão** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao Voto de Protesto apresentado pelo PPM, repudiando com firmeza a violência indiscriminada que se tem abatido sobre a população da Faixa de Gaza.

Nós condenamos o ataque do Hamas, organização terrorista, mas também a retaliação feita por parte de Israel de forma sistemática em que o sofrimento humano atinge níveis intoleráveis.

É imperativo reafirmar a defesa intransigente do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, da proteção dos civis em situação de conflito e da urgência de um cessar imediato das hostilidades.

O que acontece na Faixa de Gaza é um genocídio, sendo fundamental reconhecer a Palestina como um Estado de pleno direito. Nenhum princípio moral ou político pode justificar a violação dos Direitos Humanos mais elementares.

A comunidade internacional não pode permanecer indiferente perante esta tragédia e todos os que defendem a dignidade humana têm o dever e o direito de levantar a voz.

É impossível permanecer em silêncio perante o sofrimento de milhares de civis, homens, mulheres e, sobretudo, crianças que vivem sob bombardeamentos diários, privados de proteção, alimento, água e dignidade.

A violência não pode ser combatida com violência.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se a este voto do PPM, que está extremamente bem escrito e associamo-nos na íntegra de todos os pontos e das condenações que foram feitas. Quero deixar só uma ressalva: o PAN e eu como pessoa condenamos o Hamas, não quem vive na Faixa de Gaza; condenamos o Governo de Israel, não as pessoas israelitas e esta é a diferença. A vontade de quem está no poder e não a vontade da população como um todo e, basta

olharmos também para a quantidade de israelitas que vêm para a rua agindo contra aquilo que o Governo Israelita está a fazer, o genocídio que está a fazer na Faixa de Gaza, à Palestina.

E por isso nós só temos é que condenar e espero que seja de uma forma unânime, porque este genocídio tem que acabar seja de que nação for.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se ao Voto de Protesto apresentado pela representação parlamentar do PPM.

O que se passa em Gaza é reconhecido por todos aqueles que têm um pingão de humanidade como um crime de guerra, como um genocídio, como uma das maiores atrocidades de que há memória. E, de facto, é tristemente irónico que o povo que sofreu as maiores atrocidades do século XX, esteja agora a impor a outro povo atrocidades exatamente com a mesma gravidade — chegando ao ponto de utilizar a fome contra crianças, contra mulheres e homens como arma de guerra.

A fome, utilizando o bloqueio à ajuda humanitária para matar à fome, e, pior, para atrair pessoas para armadilhas, matando-as à bomba quando vão buscar a comida para dar de comer aos seus filhos.

E, de facto, todos aqueles que ainda têm um pingão de humanidade não podem fazer outra coisa, senão condenar os crimes horríveis que se cometem na Faixa de Gaza. Há 140 países que reconhecem o direito à Palestina e o povo palestino a existir — um

desses países não é Portugal. É lamentável que Portugal continue dessa forma a ser cúmplice do que se passa em Gaza, porque ficar calado, dizer que se condena a violência, mas não dar um único passo para evitar a morte, a chacina e para impor também sanções a quem está a violar todos os princípios dos Direitos Humanos e do Direito Internacional, é realmente lamentável.

Quando Portugal e a União Europeia impuseram sanções à Rússia — e bem —, pela invasão à Ucrânia, todos concordámos.

Aquilo que se passa em Gaza, é dez vezes pior e Portugal e o Governo português, — o Governo português não é Portugal e não é o povo português — permanece do alto da sua hipocrisia, sentado na sua cadeira a dizer apenas que é condenável o que se passa em Gaza. Não é apenas condenável, é pior do que condenável, tem que ter ação e é lamentável que assim seja.

A Palestina será livre!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA, naturalmente, não podia deixar de se associar a este Voto de Protesto.

De facto, qualquer tipo de violência é condenável e tudo o que a violência traz — em concreto neste caso —, crianças e idosos a morrerem, famílias inteiras destruídas, casas destruídas, hospitais, tudo. Não se pode continuar a aceitar que os governos continuem impunes e a manter estas guerras, que muito mal têm feito, à sociedade em geral e a todo o mundo.

Associamo-nos a esse voto com a esperança de que os governantes e as pessoas que governam este mundo inteiro e os principais decisores, metam a mão na consciência e que vejam o quanto estão a prejudicar o mundo inteiro.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Creio que não existem.

Vamos então passar à votação deste Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Protesto Contra a Violência Indiscriminada em Gaza e pela Defesa do Direito Humanitário Internacional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 2 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 4 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos entrando no ponto 10 da nossa agenda:

Petição n.º 12/XIII — “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”, apresentada pelo Sr. Rui Jorge Parece Baptista na qualidade de primeiro subscritor.

Esta petição foi analisada pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge para a apresentação do relatório. Faça favor, Sra. Deputada.

Pausa.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Boa tarde. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Petição n.º 12/XIII — “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”.

A 6 de novembro de 2024, deu entrada, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a presente petição, subscrita por 451 cidadãos com correta identificação, cujo primeiro signatário é o Sr. Rui Jorge Parece Baptista.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria de ambiente e orla costeira.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na lei, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 6 de dezembro de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, destacar a necessidade urgente de ações para proteger a Baía da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria, afetada por deslizamentos de terra devido à agitação marítima e à fragilidade da muralha de proteção.

Os peticionários apelam à reabilitação da orla costeira, evitando o agravamento dos problemas existentes, e à requalificação urbanística da área, visando melhorar o ambiente e garantir condições seguras e dignas para todos os marienses e para quem visita Santa Maria.

Na reunião da Comissão, ocorrida a 6 de dezembro de 2024, esta deliberou ouvir o primeiro subscritor da Petição, o Sr. Rui Jorge Parece Baptista, a Câmara Municipal de Vila do Porto, a Junta de Freguesia de Almagreira, a Comissão Instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa e o membro do Governo Regional competente em razão da matéria. Deliberou igualmente solicitar pareceres escritos à

Associação Cultural Maré de Agosto e ao Conselho de Ilha de Santa Maria e realizar uma visita ao local.

Os membros desta Comissão, acompanhados pelo primeiro peticionário, a Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, a Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, o Diretor Regional de Obras Públicas e a Comissão Instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa procederam à visita ao local com o objetivo de verificar as preocupações dos peticionários e dos restantes membros presentes na visita.

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 12/XIII — “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo por trezentos cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

As pretensões dos peticionários têm origem na necessidade de solicitar às entidades competentes para que unam esforços na criação das condições para a reabilitação da proteção da orla costeira e a requalificação urbanística que permita dignificar a Praia Formosa e garantir um ambiente seguro e agradável;

O primeiro peticionário, o Sr. Rui Jorge Parece Baptista, reforçou a urgência de uma intervenção estruturada, sustentada em estudos rigorosos e num esforço conjunto entre o Governo Regional, a Câmara Municipal e demais entidades competentes no encontro de soluções;

A Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, a Eng.^a Bárbara Chaves, esclareceu que a autarquia, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, remeteu ao Governo Regional diversos relatórios de ocorrências, sem, contudo, terem sido

informados acerca de qualquer estudo prévio ou projeto de execução promovido pelo Governo Regional para a zona em causa;

A audição da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, a Sra. Carmélia Moura Sousa Melo, evidenciou a degradação da orla costeira e das infraestruturas adjacentes, colocando em risco residentes e visitantes. Foi reiterada a disponibilidade da Junta para colaborar com todos os intervenientes em parceria entre Junta de Freguesia, Câmara Municipal, Governo Regional e sociedade civil, designadamente através da Associação dos Amigos da Praia;

A Comissão Instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa sublinhou a necessidade de estudos técnicos credíveis, em colaboração com entidades como o Laboratório Regional de Engenharia Civil, que fundamentem a revisão dos instrumentos de ordenamento e articulem os diversos interesses locais;

A audição da Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, a Dra. Berta Cabral, esclareceu que o Governo Regional, competente pela proteção da orla costeira, investiu cerca de 550 mil euros em intervenções desde 2021 e encontra-se a ultimar um projeto de execução, a concluir até ao final do 1.º semestre de 2025, que cobrirá a totalidade do troço entre o Forte de São João Batista e a Laracha. Salientou a articulação com a Associação de Surf e a comunidade local. A governante enfatizou o carácter técnico das intervenções, a monitorização contínua das condições de risco e a abertura ao diálogo com todas as partes interessadas;

Do presente relatório, deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 12/XIII/1.ª

PELA PROTEÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA FORMOSA, ILHA DE SANTA MARIA

INTRODUÇÃO

A 6 de novembro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 12/XIII, intitulada “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria”, subscrita por 451 cidadãos, cujo primeiro signatário é o senhor Rui Jorge Parece Baptista.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 22 de abril de 2025, presencialmente e com recurso a meios telemáticos, para audição do primeiro subscritor, apreciação e relato da Petição n.º 12/XIII - Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre ambiente e orla costeira, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do artigo 2.º da

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 6 de dezembro de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da Petição apresentar 544 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 451 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar “às entidades competentes para que unam esforços na criação das condições necessárias, primeiramente, para a reabilitação da proteção da orla costeira, evitando a agravamento dos problemas existentes, e em segundo lugar, a requalificação urbanística, que permitirá dignificar a Praia Formosa e garantir um ambiente seguro e agradável para todos”.

Os Peticionários, no documento entregue, justificam que “Na Baía da Praia Formosa, em Santa Maria, os deslizamentos de terra ao longo da orla costeira têm sido um problema recorrente nos últimos anos, tendo o mais recente acontecido no passado dia 20 de outubro. Esses deslizamentos são causados, principalmente, pela erosão marítima, que desgasta constantemente as falésias e encostas da região, e pela ação das águas pluviais, que intensificam o processo de degradação do solo. Essas mudanças geológicas representam um risco, tanto para o meio ambiente, quanto para a segurança de quem frequenta a praia.

A Praia Formosa, com a sua famosa faixa de areia clara e mar azul-turquesa, continua a ser um dos destinos turísticos mais procurados dos Açores. O contraste da areia branca com as águas límpidas faz desta praia uma atração imperdível, valorizada por muitos turistas e locais, especialmente durante os meses de verão. Além das belezas naturais, a praia formosa é palco do Festival Maré de Agosto, o festival de música mais antigo de Portugal, em continuidade, que agrega valor cultural à experiência dos visitantes. Esse evento anual não só celebra a diversidade musical, mas também fortalece a Praia Formosa como um importante centro de entretenimento no arquipélago.

Dada a relevância deste destino para o turismo e a cultura local, é essencial investir em medidas que garantam segurança, conforto e bem-estar para todos os que frequentam a praia, sejam eles marienses ou turistas.

É imperativo, portanto, que se avance com a reabilitação da proteção de toda a orla costeira, desde o Forte de São João Baptista até à zona da Laracha. Os constantes deslizamentos de terra na Praia Formosa, agravados pela vulnerabilidade e fragilidade da muralha de proteção existente, promovem um risco de deterioração contínua e de eventuais danos mais graves, tornando urgente a implementação de ações preventivas que garantam a preservação de toda a orla costeira, bem como a segurança da população e das infraestruturas locais.

Partindo do pressuposto de que a requalificação urbanística da marginal da Praia Formosa será a próxima etapa após a reabilitação da orla costeira, esta ação representa um passo crucial na valorização da baía. A intervenção deverá ter como foco a melhoria das condições de oferta dos espaços balneares, otimização dos acessos e criação de novas áreas de estacionamento, bem como, a construção de circuitos pedonais e cicláveis, promovendo a mobilidade sustentável e o lazer ao longo da marginal. Este conjunto de ações visa não só o embelezamento da zona, mas também o aumento da sua atratividade e funcionalidade para residentes e turistas, dando assim cumprimento ao previsto no Plano de Pormenor da Praia Formosa.

Assim, mais do que a aspiração dos marienses em ver a Praia Formosa valorizada, trata-se de uma questão urgente e emergente que não comporta mais esperas ou indecisões, uma vez que esta situação coloca em risco a segurança de todos os que frequentam a Baía (...).”

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 6 de dezembro de 2024, esta deliberou ouvir presencialmente e por meios telemáticos o primeiro subscritor da Petição, além da Câmara Municipal de Vila do Porto, Junta de Freguesia de Almagreira, Comissão Instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa e o membro competente do Governo Regional. Também solicitou pareceres escritos à Associação Cultural Maré de Agosto e ao Conselho de Ilha de Santa Maria. Ademais, foi deliberada uma visita à Praia Formosa, com a presença do primeiro subscritor da Petição e representantes locais, municipais e regionais.

Da Audição do 1.º peticionário o Senhor Rui Jorge Parece Baptista, ocorrida a 22 de abril de 2025, disponível em: [Parlamento online - Audição do Primeiro peticionário, Sr. Rui Jorge Parece Baptista - Petição n.º 12/XIII – “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”](#)

Iniciou a sua intervenção o 1º Peticionário, o Senhor Rui Jorge Parece Baptista, destacando a importância desta petição, sobretudo numa perspetiva de criar condições, e acima de tudo, segurança para quem frequenta a praia. Reconhecendo que não se trata de um projeto fácil nem económico, acrescentou que apenas uma entidade não conseguirá concretizá-lo e que será necessário a envolvimento de todos, incluindo a população. Referiu também a importância de sessões públicas abertas à população, para que o projeto possa ir ao encontro das necessidades e ambições da maioria, dando o exemplo da discussão do plano de pormenor, em que considerou um processo positivo e participativo.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a Deputada Joana Pombo Tavares (PS), que questionou o que, para os peticionários, seria uma ação aceitável em termos de medidas e extensão temporal.

Para responder às questões colocadas, o Senhor Rui Baptista referiu que a pretensão é que seja feito um estudo, um projeto integral, que envolva a orla costeira e a consolidação de falésia, que vá desde o Forte São Joao Batista até à Laracha e que, possivelmente, terá de ser faseado.

Sublinhou ainda a necessidade de um estudo prévio da marginal, anterior ao projeto integral, para colmatar falhas já identificadas no plano de pormenor. Assim, a concertação e união de esforços proposta na petição visa precisamente a execução desse plano, que ao ser revisto, poderá já integrar as propostas do novo projeto.

No âmbito da primeira ronda, pediu a palavra o Deputado Carlos Rodrigues (PSD) que observou que o problema da Praia tem duas partes muito distintas, por um lado os deslizamentos e o outro, a frente do mar. Defendeu que deve existir um rigor maior na construção, pois há zonas onde efetivamente não se deve permitir construir. Concordou que uma obra desta envergadura deverá ser realizada de forma faseada.

Para responder ao Deputado o 1º Peticionário concordou que nunca poderá tratar-se de uma obra integral. Partilha da opinião sobre a necessidade de sondagem da marginal, pois,

segundo a Proteção Civil, existem 17 buracos cuja origem tem de ser identificada. O que tem sido feito, quando ocorrem deslizamentos é efetivamente a sua resolução. Mas esta solução tem custo. E, segundo o Senhor Rui Baptista, há ainda a questão de se perceber a quem cabe essa resolução e esses custos.

A praia tem duas concessões. Até ao Largo do “Francisquinho” a estrada é regional, do “Francisquinho” até à Ribeira da Laracha é municipal. A parte que tem cedido é municipal. Mas surge então a questão de saber quem tem a responsabilidade de construir. Sendo a frente de mar da competência do Governo, já ocorreu o caso de o Governo reparar a muralha, devido a derrocadas, e depois a estrada ficar por asfaltar durante 3 ou 4 meses, por ser da responsabilidade municipal. Certo é, referiu o Senhor Rui Baptista, é que as estradas têm sido repavimentadas por quem realiza as obras, a Secretaria Regional.

Atendendo a que o custo de cada intervenção ronda os 100 a 300 mil euros, considera o 1º Peticionário que esse mesmo valor deveria ser investido para um estudo aprofundado, para se compreender, desde a origem, o que provoca estas derrocadas e para a elaboração de um projeto conjunto com o plano pormenor, envolvendo a Autarquia, o Governo e a população, numa união de esforços com sessões públicas.

No uso da réplica, o Deputado Carlos Rodrigues (PSD) concordou com a necessidade de se realizar um diagnóstico antes de se tomarem decisões.

O 1º Peticionário acrescentou que não se deve ter receio de colocar esse plano em discussão, pois os Marienses têm essa consciência e sabem o que querem. E, para a Praia,

sabem efetivamente o que desejam, que é um local agradável, de bem-estar, com conforto e com bolsas de estacionamento.

Referiu que é necessária coragem política, pois existem zonas com risco de deslizamento que colocam em perigo a vida das pessoas. E que o momento certo para agir é agora, com a revisão do Plano.

Ainda no âmbito da primeira ronda, pediu a palavra o Deputado José Sousa (CH) que questionou se a presença de água doce naquela zona resulta de desvios ou se se trata de lençóis de água e, se já foi feito algum levantamento hidrográfico.

Para responder às questões colocadas, o Senhor Rui Baptista referiu não ter conhecimento de qualquer estudo e que a existência da água referida provavelmente sempre deve existiu.

No uso de réplica, o Deputado José Sousa (CH) questionou qual a extensão entre o Forte de São João Baptista à Laracha. Para responder à questão, o Senhor Rui Baptista referiu que deve ser de aproximadamente 1.5 km.

Passando à segunda ronda, pediu a palavra o Deputado Carlos Rodrigues (PSD), que referiu existem três participantes no futuro da praia. Reafirmou a importância do envolvimento de todos, inclusive da Câmara Municipal.

Pediu a palavra a Deputada Joana Pombo Tavares (PS), que concordou com o anteriormente dito, que o projeto e o estudo deveriam ser do conhecimento público e concertados. Considerou que deveria ter sido feito um estudo prévio de prospeção das falésias e do terreno, o que infelizmente não aconteceu. No requerimento do PS, em outubro de 2024, foi enviado pelo Governo o estudo prévio onde constam os locais identificados como necessitados de intervenção. Segundo o requerimento, essas intervenções tiveram em conta a opinião dos surfistas, visto que a frente de mar é uma zona eleita por estes. Foi igualmente informado que o projeto já está em execução e que até final do ano 2025 será aberto concurso público para a realização das intervenções ao longo de toda a muralha da Praia Formosa.

Para responder, o Senhor Rui Baptista voltou a reafirmar a importância de reunir à mesma mesa os Marienses, os proprietários, a Câmara Municipal e o Governo Regional. Relativamente à questão da Deputada Joana Pombo Tavares (PS), o Senho Rui Baptista reafirmou não ter conhecimento de qualquer projeto nem de que tenha sido aberto à discussão pública. Referiu, com estranheza, que apenas os surfistas tenham sido ouvidos,

quando já existia uma petição. Frisou que ainda é tempo de ser dado conhecimento do ponto de situação às entidades e população.

Aberta a terceira ronda, pediu a palavra o Deputado Carlos Rodrigues (PSD), que referiu também não ter conhecimento do ponto de situação atual. Considerou, no entanto, que é um ponto de partida, dado que, em 12 anos, enviaram vários relatórios documentados com fotografias ao Governo e nunca obtiveram resposta. Sublinhou que ainda há tempo para ouvir os interessados.

Não tendo sido apresentada qualquer nova questão, o Sr. Presidente deu por concluída a Audição do 1.º Peticionário.

Da Audição da Câmara Municipal de Vila do Porto, ocorrida a 22 de abril de 2025, disponível em: [Parlamento online - Audição da Câmara Municipal de Vila do Porto - Petição n.º 12/XIII – “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”](#)

Iniciou a primeira intervenção a Senhora Engenheira Bárbara Chaves, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, concordando com a necessidade de proteção da orla costeira da Praia Formosa, que beneficiará não só a consolidação da orla costeira, mas também beneficiará todos aqueles que usufruem daquela zona balnear ou daquele espaço. A Praia Formosa é mais do que uma simples zona balnear. É um espaço de fruição, referiu.

Aberta a primeira ronda de questões, a Deputada Joana Pombo Tavares (PS) pediu a palavra e questionou a Senhora Presidente sobre se a Câmara Municipal enviou ao Governo Regional as situações identificadas pelo município, quantas foram essas comunicações e se obteve alguma resposta. Perguntou ainda se a Câmara teve conhecimento, partilhou informação ou foi consultada relativamente ao estudo prévio, ao projeto de execução e ao processo de contratação pública.

Para responder às questões colocadas, a Senhora Presidente da Câmara Municipal confirmou que, desde que tomou posse em 2021, foram enviados oito relatórios de ocorrência ao Governo Regional sobre esta matéria: três em 2024, três em 2023 e dois em 2022. Anteriormente, entre 2019 e 2021, e segundo dados facultados pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, já tinham sido enviados outros cinco relatórios, apenas sobre a zona da praia. Assim, entre 2019 e 2025, foram reportados ao Governo Regional um

total de 13 relatórios de ocorrência, pela Câmara Municipal ou pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

A Senhora Presidente acrescentou ainda que, no início de 2022, antes de todos esses relatórios, foi realizado um levantamento exaustivo de todas as infraescavações na zona balnear, desde a orla costeira, e que esse levantamento foi enviado ao Governo Regional, à parte dos relatórios de ocorrência. Nesse processo, foi identificada uma infraescavação particularmente profunda, assinalada como preocupante, que acabou por agravar-se por não ter sido reabilitada atempadamente.

Relativamente à questão do estudo prévio, a Senhora Presidente afirmou que a Câmara Municipal não teve conhecimento de qualquer estudo prévio para uma intervenção na Praia Formosa por parte do Governo Regional. Referiu que apenas foi solicitado um parecer para a reparação da muralha da Praia Formosa, ao qual a Câmara não apresentou objeções.

Reconhecendo que a gestão da orla costeira é da responsabilidade da Autoridade Marítima e do Governo Regional, considerou importante que fosse integrada também a zona do caminho de Malbusca — uma estrada municipal — à semelhança do que aconteceu em São Lourenço, onde foi desenvolvido um projeto integrado, não só para a proteção costeira, mas também para a requalificação terrestre.

Aberta a segunda ronda de questões, o Deputado Carlos Rodrigues (PSD) tomou a palavra, afirmando que tudo indica que o estudo prévio apresentado — e que se encontra disponível no site da Assembleia — foi elaborado com base nos relatórios da Câmara. Sublinhou a importância de esse estudo ser partilhado antes de qualquer concurso ou adjudicação, especialmente com as pessoas e entidades que conhecem bem o local. Por fim, o Sr. Deputado questionou a Câmara Municipal sobre a sua disponibilidade para participar em todo o processo.

Para responder à questão colocada, a Senhora Presidente destacou a disponibilidade da Câmara Municipal para colaborar e ser parceira em projetos e soluções conjuntas para aquela zona. Reforçou que a autarquia quer ser parte ativa no processo, mas sem substituir as funções que competem ao Governo. Quanto à gestão da orla costeira, sublinhou que a lei é clara ao atribuir essa responsabilidade, de forma exclusiva, ao Governo Regional.

Na sua declaração final, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que a autarquia está totalmente disponível para colaborar com a Assembleia Legislativa

Regional, o Governo Regional e todas as outras entidades envolvidas. Enfatizou que está em causa um bem maior: os Marienses, o seu bem-estar, a sua qualidade de vida e ambiental e os seus recursos.

Da Audição da Junta de Freguesia de Almagreira, ocorrida a 22 de abril de 2025 disponível em: [Parlamento online - Audição da Junta de Freguesia de Almagreira - Petição n.º 12/XIII – “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”](#)

Na sua primeira intervenção, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira destacou a urgência de uma intervenção naquela zona, sublinhando que não tem sido alvo de obras há muito tempo e que se tem vindo a degradar ao longo dos anos. Essa degradação coloca em risco tanto os residentes como os visitantes. Por essa razão, foi apresentada uma petição a solicitar a requalificação total da zona, incluindo toda a orla costeira, áreas adjacentes e respetivas infraestruturas.

Aberta a primeira ronda de questões, o Deputado José Sousa (CH) pediu a palavra e questionou se existe um diálogo aberto entre as entidades competentes — Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Governo Regional — para definirem em conjunto as melhores soluções para a orla costeira e para toda a área envolvente.

Em resposta, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira afirmou que a Junta está disponível para acolher qualquer contributo, tanto da Câmara Municipal como do Governo Regional. Informou que a Câmara realizou uma visita à freguesia em janeiro de 2022 e que, nesse mesmo ano, o Governo Regional também se deslocou ao local, aquando da autorização da construção de um muro de proteção na zona da Laracha. Contudo, considerou essas iniciativas insuficientes e reforçou a disponibilidade da Junta para manter conversações com vista a encontrar uma melhor solução.

No uso da réplica, o Deputado José Sousa (CH) questionou se existe um canal de comunicação ativo e contínuo, no qual o Governo informe a Junta sobre as decisões tomadas, os passos em curso e as soluções propostas, e se, por sua vez, a Junta tem partilhado as dificuldades e sugerido propostas.

Respondendo, a Senhora Presidente referiu que, até ao momento, não tem recebido qualquer informação formal. No entanto, destacou que o município está ciente de que se trata de uma zona de risco e tem vindo a intervir. Reiterou que a solução não passa por

intervenções pontuais, mas sim por uma requalificação integral da zona, que permita salvaguardar bens e proteger as pessoas.

Aberta a segunda ronda de questões, o Deputado José Sousa (CH) referiu que já tinha sido destacada a urgência de uma reestruturação total de toda a zona envolvente — incluindo a orla costeira, a proteção marítima e o muro, questionando a Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre o que considera ser a prioridade na intervenção nessa área.

Ainda nesta ronda, o Deputado Carlos Rodrigues (PSD) pediu a palavra e questionou se a Junta de Freguesia tem mantido contactos, acompanhado a constituição e se conhece os objetivos da nova Associação dos Amigos da Praia. O Deputado sublinhou que uma intervenção de fundo só será possível se todas as partes se sentarem à mesma mesa com um objetivo comum: Santa Maria — Praia Formosa. Acrescentou que, sendo uma intervenção de grande dimensão, implicará a articulação de vários departamentos do Governo. Questionou também se a Junta pondera assumir a liderança do processo numa fase inicial, eventualmente em parceria com a Associação dos Amigos da Praia.

Em resposta à questão do Deputado José Sousa (CH), a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira afirmou que não é possível definir uma prioridade isolada, uma vez que a orla costeira e a estrada estão interligadas e não podem ser tratadas separadamente.

Quanto às questões colocadas pelo Deputado Carlos Rodrigues (PSD), reafirmou a total disponibilidade da Junta para participar no processo, apesar da falta de recursos financeiros. Referiu ainda que foi a própria Junta que propôs a criação da Associação dos Amigos da Praia.

Da Audição da Comissão Instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa, ocorrida a 22 de abril de 2025 disponível em: [Parlamento online - Audição da Comissão instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa - Petição n.º 12/XIII – “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”](#)

Iniciou a sua intervenção o Senhor Álvaro Antunes, Presidente da Comissão Instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa, explicando que, apesar de recentemente formada, a associação já está legalmente constituída e aguarda a realização de uma Assembleia Geral para eleger os seus corpos sociais. Esclareceu que a petição em questão não foi promovida diretamente pela associação nem pela comissão instaladora. Enquanto associação, pretendem representar os interesses dos residentes e colaborar com as

entidades competentes para melhorar as condições de habitabilidade e o espaço balnear, que é amplamente utilizado tanto por residentes como por visitantes.

A associação propõe intervenções consideradas urgentes devido à ocorrência de acidentes repetidos na Ribeira da Praia, especialmente a partir da ponte. Em relação à limpeza das ribeiras, propõem uma intervenção profunda que envolva também os proprietários.

Para intervenções de maior envergadura, a médio e longo prazo, a associação sugere que, antes das três revisões dos Planos de Pormenor, seja realizado um estudo técnico credível, em colaboração com o Laboratório Regional de Engenharia Civil ou outras entidades competentes. O objetivo é compatibilizar o Plano de Pormenor e Salvaguarda da Praia Formosa com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, reorganizando o ordenamento costeiro e melhorando a ligação entre a marginal e a estrada da Malbusca.

Aberta a primeira ronda de questões, o Deputado José Sousa (CH) questionou quem pode associar-se à Associação dos Utentes da Praia Formosa.

Em resposta, o Senhor Álvaro Antunes esclareceu que a associação está aberta a todos. O seu objetivo social é contribuir para a construção e sugestão de alternativas que visem a melhoria do espaço e do seu usufruto.

No uso da réplica, o Deputado José Sousa (CH) perguntou se as alternativas e soluções apresentadas nesta audição foram consensualizadas por um número significativo de pessoas

O Senhor Álvaro Antunes respondeu que os pré-sócios debateram várias questões, sendo consensual a necessidade de realizar um estudo técnico para encontrar a melhor solução para a recuperação do areal da Praia Formosa.

No âmbito da primeira ronda, a Deputada Joana Pombo Tavares (PS) referiu que, após o dia 20 de outubro, o PS apresentou um requerimento ao Governo Regional com várias questões. Questionou o Senhor Álvaro Antunes se a associação foi informada de que o estudo prévio já está concluído, que o projeto está em elaboração e que, até ao próximo ano, será lançado o processo de contratação pública.

Para responder à questão colocada, o Senhor Álvaro Antunes confirmou que não teve conhecimento específico sobre o projeto.

Inscreveu-se na primeira ronda o Deputado Carlos Rodrigues (PSD) onde mencionou que o anteprojeto entregue na Assembleia pelo Governo Regional está em fase de revisão e foi elaborado com base num levantamento georreferenciado das anomalias existentes na

muralha, realizado pela Proteção Civil Municipal. Reafirmou a importância de realizar um levantamento pormenorizado, salientando que só funcionará com a concordância de todos os envolvidos.

Em resposta, o Senhor Álvaro Antunes reiterou a importância de um estudo prévio, considerando que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado. Destacou que a associação tem como função procurar soluções que convençam os proprietários da importância de implementar medidas para o bem comum. Para alcançar um maior número de pessoas, a associação está a estabelecer protocolos com outras entidades, visando construir um interesse coletivo.

Passando-se à segunda ronda, o Deputado José Sousa (CH) observou que, embora o problema seja antigo e sejam necessárias soluções, é contraproducente criticar a existência de um estudo preliminar que, apesar de não agradar a todos e de não ter sido amplamente discutido, representa um passo na resolução do problema.

No âmbito da segunda ronda, a Deputada Joana Pombo Tavares (PS) esclareceu que refere o projeto e a sua existência, devido à intenção e importância de um trabalho articulado entre os intervenientes. Reafirmou a necessidade de esclarecimentos por parte da Secretária Regional sobre se o projeto será submetido a consulta pública e em que fase se encontra.

Em resposta ao Deputado José Sousa (CH), o Senhor Álvaro Antunes afirmou que as decisões políticas devem ser o mais participadas possível. Explicou que não emitiram opinião sobre o projeto por desconhecerem a sua existência e conteúdo. Expressou preocupação de que a intervenção se limite à manutenção do muro, considerando que esta seria uma medida de emergência e não uma solução de fundo.

No âmbito da terceira ronda, o Deputado Carlos Rodrigues (PSD), questionou sobre o estudo relativo à retenção de areia na praia. Referindo-se ao levantamento elaborado pela Câmara Municipal, destacou que esta entidade, ao reunir anualmente com o Governo Regional durante as visitas estatutárias, tem a oportunidade de apresentar todas as questões pertinentes.

O Deputado José Sousa (CH) para esclarecer a importância de apresentação de soluções para a proteção e requalificação da Praia Formosa. Considerou que, embora a Comissão Instaladora esteja numa fase inicial, deve ser ouvida, tal como todos os restantes interessados e envolvidos.

Para nota final, o Senhor Álvaro Antunes, considerou que a solução atualmente proposta foca-se no muro, o que, em termos de urgência, é compreensível. No entanto, enfatizou a necessidade de procurar um estudo técnico que vá ao encontro da revisão dos planos. Destacou a importância de se realizar encontros com várias instituições da ilha – associações, Junta de Freguesia e a Câmara Municipal – para que, quando a Câmara se reunir com o Governo Regional, tenha uma base de trabalho e sugestões das várias entidades da ilha para apresentar.

Da Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, ocorrida a 23 de abril de 2025 disponível em: [Parlamento online - Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Petição n.º 12/XIII – “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”](#)

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, iniciou a sua intervenção explicando que a petição discutida pede a reabilitação da orla costeira entre o Forte de São João Batista e a zona da Laracha, além da requalificação urbanística da marginal da Praia Formosa. A Secretária Regional destacou que a parte urbanística cabe à Câmara Municipal, mas o Governo dos Açores é responsável pela proteção da orla costeira e tem atuado ativamente nessa área.

Desde 2021, já foram feitas várias obras para conter os efeitos da erosão e da agitação marítima, intensificados pelas mudanças climáticas. As intervenções mais recentes ocorreram em resposta a danos graves, como o colapso de parte da muralha da Praia Formosa em outubro de 2024. No total, o Governo Regional já investiu cerca de 550 mil euros na zona.

Atualmente, está a ser finalizado um projeto de execução, que será concluído até final do 1º semestre de 2025, que incide na proteção e reabilitação de toda a costa junto ao Forte de São João Baptista, toda a proteção da orla costeira até à Laracha, requalificar uma passagem hidráulica numa foz da ribeira junto ao Forte de São João Baptista, reabilitar toda a muralha de pedra que delimita a Praia Formosa e colmatar as locas, todo estas intervenção tendo o cuidado de não prejudicar a prática de surf atendendo que foram envolvidas neste projeto a Surfrider Foundation e a comunidade dos surfistas locais. O projeto de execução quando estiver concluído será apresentado à Câmara Municipal para que esta articule com o seu projeto ou estudo prévio de requalificação urbanística da zona da Praia Formosa. O concurso público para a obra será lançado no segundo semestre de

2025 e o Governo mantém acompanhamento constante da área até que os trabalhos definitivos sejam realizados.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a Deputada Joana Pombo Tavares (PS) que destacou pontos relevantes trazidos pelo primeiro peticionário na audiência anterior. Desde já, o Peticionário desconhecia o estudo prévio já feito, Segundo ele, seria necessário um estudo mais aprofundado para identificar o tipo de solo existente sob a estrada e o passeio da Praia Formosa, já que tem havido abatimentos nessas estruturas. Ele também defendeu que o futuro projeto deveria envolver o Governo Regional, o município e os proprietários locais, e que o plano fosse tornado público.

A deputada mencionou que, segundo resposta ao requerimento feito pelo PS, o Governo já possui um estudo prévio e um projeto em elaboração, com previsão de conclusão até o final do primeiro semestre de 2025 e que a empreitada deve ser lançada até o final do ano. No entanto, a Deputada chamou a atenção para o fato da Câmara Municipal e os peticionários, apesar de envolvidos diretamente com o tema, não foram ouvidos, ao contrário dos surfistas locais, que foram devidamente consultados.

A Deputada, questionou se os prazos apresentados se se confirmam, se a obra será feita por fases e pediu informações sobre as medidas de segurança previstas para este ano, até que a obra principal comece. Alertou que há muitos pontos críticos não abrangidos pela última intervenção e que a simples monitorização não é suficiente, sendo necessárias ações concretas para proteger quem frequenta aquela zona balnear.

Para responder às questões, a Sra. Secretária Regional referiu que o Governo está a agir desde 2021 e que a sua intervenção se limita à proteção da orla costeira, com base em estudos técnicos elaborados por uma empresa especializada e que farão intervenções absolutamente técnicas.

Compreendendo o objetivo principal da petição, que é proteger a orla costeira e fazer toda a reabilitação urbanística, a Secretária esclareceu que a intervenção do Governo será feita com base em projetos técnicos, sendo extremamente técnica, de proteção da orla costeira e de segurança de toda a muralha que separa a via da orla costeira. A articulação com a Câmara terá de ser feita após o projeto de execução técnico nos locais de intervenção. Com base nisso terão todos os dados para assentar depois o projeto de reabilitação urbana, e com certeza que os moradores, as comunidades locais, os próprios peticionários vão querer ter uma palavra a dizer sobre essa reabilitação urbana, referiu.

No uso da réplica, a Deputada Joana Pombo Tavares (PS) salientou que os deslizamentos colocam em risco a segurança de pessoas e bens questionando que medidas preventivas vão ser tomadas pelo Governo Regional antes das obras sem ser a simples monitorização. Por fim, solicitou o envio do estudo prévio completo, alegando que o material atualmente disponível é insuficiente.

Para responder às questões colocadas, a Sra. Secretária Regional esclareceu que a informação enviada anteriormente era a que estava disponível na altura, mas que atualmente já existe mais documentação e que a documentação será disponibilizada. Quanto às questões de segurança, destacou que "monitorizar" significa acompanhar ativamente qualquer sinal de instabilidade e que não se realizarão obras sem um projeto técnico completo. Explicou que os serviços da Direção das Obras Públicas e os Serviços do Laboratório Regional de Engenharia Civil estão constantemente no terreno e que, se necessário, serão interditadas áreas de risco ao público. Reforçou que mesmo pequenas intervenções precisam de base técnica e que as obras devem ser feitas com rigor técnico e financeiro. Finalizou dizendo que esperam iniciar as obras no próximo inverno.

No âmbito da primeira ronda, pediu a palavra o Deputado Carlos Rodrigues (PSD) onde solicitou que a Sra. Secretária confirme se o projeto em discussão teve como base o relatório georreferenciado enviado pela Câmara Municipal, dado que os pontos críticos coincidem. Questionou, também, se o projeto foi apresentado na habitual reunião entre o Governo e o Município durante a visita estatutária, considerando pertinente que a próxima visita estatutária seria uma oportunidade para articular intervenções. Ressaltou ainda que, segundo os vários intervenientes, será necessário muito diálogo e a intervenção de outros departamentos do Governo para abordar adequadamente a situação da Praia Formosa.

Para responder às questões colocadas a Sra. Secretária referiu que toda a informação que foi remetida pela Câmara Municipal foi tida em consideração e que o Governo está sempre disponível para qualquer esclarecimento ou informação e, neste caso concreto, com estas vulnerabilidades e estas situações que têm de ser articuladas e rapidamente resolvidas, estão totalmente disponíveis. A Secretária Regional destacou que as obras previstas para a ilha de Santa Maria são grandes, complexas, caras e de execução plurianual, com início em 2025 e possível conclusão até 2026. Esclareceu que nem sempre é necessário ter todo o orçamento disponível para iniciar uma obra, pois há etapas preparatórias. Reafirmou a disponibilidade do Governo Regional para dialogar sobre os

projetos, nomeadamente em relação a questões como deslizamentos, encaminhamento de águas e zonas críticas, incluindo acessos e segurança na orla costeira. Saliu que todas as intervenções devem ser feitas com base técnica e científica, respeitando a segurança, sobretudo devido à agitação marítima. Encerrou reforçando a abertura para ouvir e trabalhar em consenso com as forças locais.

Por fim, importa referenciar que a Comissão recebeu parecer escrito do Conselho da Ilha de Santa Maria, o qual se encontra anexo ao presente relatório.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 12/XIII, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
2. As pretensões dos peticionários têm origem na necessidade de solicitar às entidades competentes para que unam esforços na criação das condições para a reabilitação da proteção da orla costeira e a requalificação urbanística que permita dignificar a Praia Formosa e garantir um ambiente seguro e agradável;
3. O Primeiro Peticionário, Senhor Rui Jorge Parece Baptista, reforçou a urgência de uma intervenção estruturada, sustentada em estudos rigorosos e num esforço conjunto entre Governo Regional, Câmara Municipal e demais entidades competentes no encontro de soluções;
4. A Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, Eng.ª Bárbara Chaves, esclareceu que a autarquia, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, remeteu ao Governo Regional diversos relatórios de ocorrências, sem, contudo, terem sido informados acerca de qualquer estudo prévio ou projeto de execução promovido pelo Governo Regional para a zona em causa;
5. A audição da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, Carmélia Moura Sousa Melo, evidenciou a degradação da orla costeira e das infraestruturas

adjacentes, colocando em risco residentes e visitantes. Foi reiterada a disponibilidade da Junta para colaborar com todos os intervenientes em parceria entre Junta de Freguesia, Câmara Municipal, Governo Regional e sociedade civil, designadamente através da Associação dos Amigos da Praia;

6. A Comissão Instaladora da Associação dos Utentes da Praia Formosa sublinhou a necessidade de estudos técnicos credíveis, em colaboração com entidades como o Laboratório Regional de Engenharia Civil, que fundamentem a revisão dos instrumentos de ordenamento e articulem os diversos interesses locais;

7. A audição da Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, esclareceu que o Governo Regional, competente pela proteção da orla costeira, investiu cerca de 550 000 € em intervenções desde 2021 e encontra-se a ultimar um projeto de execução, a concluir até ao final do 1.º semestre de 2025, que cobrirá a totalidade do troço entre o Forte de São João Batista e a Laracha. Salientou a articulação com a Associação de Surf e a comunidade local. A governante enfatizou o carácter técnico das intervenções, a monitorização contínua das condições de risco e a abertura ao diálogo com todas as partes interessadas;

8. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Angra do Heroísmo, 9 de maio de 2025.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma palavra agradecimento aos subscritores desta petição, em

especial ao Sr. Rui Jorge Parece Baptista, pela sua dedicação na defesa da Praia Formosa e da sua orla costeira.

Como é do conhecimento público, a Praia Formosa tem enfrentado sérias dificuldades ao longo dos anos, com sucessivos deslizamentos de terras e, mais recentemente, o colapso parcial da muralha de proteção, em outubro de 2024.

A urgência em proteger a população, assegurar a estabilidade das infraestruturas e requalificar urbanisticamente a área não pode e não está a ser ignorada.

A Sra. Secretária Regional, Dra. Berta Cabral, tem reiterado o compromisso do Governo dos Açores com a proteção da orla costeira e já destacou que, desde 2021, foram realizados investimentos significativos para conter a erosão e mitigar os efeitos da agitação marítima. Estas intervenções preliminares foram fundamentais para responder, de forma imediata, aos problemas mais críticos e garantir maior segurança. No presente momento, está a ser finalizado um projeto de execução técnica abrangente, que visa não só a proteção costeira, desde o Forte de São João Batista até à Laracha, mas também a reabilitação da muralha de pedra da Praia Formosa e a requalificação urbanística de toda a área envolvente.

Para o ano de 2025, o Plano Regional Anual contempla um investimento global de 250 mil euros destinados à Praia Formosa.

Prevê-se a conclusão do projeto técnico até ao final do 1.º semestre de 2025 e o lançamento do concurso público no 2.º semestre, permitindo que as obras se iniciem entre 2025 e 2026. Estas terão execução plurianual e serão acompanhadas tecnicamente com o rigor que esta obra exige.

É, assim, evidente que o Governo Regional está consciente da importância desta intervenção e da necessidade de manter a monitorização contínua e, sempre que necessário, interditar zonas de risco para salvaguardar vidas e património.

A Praia Formosa é um símbolo de Santa Maria e merece todo o nosso empenho. Reafirmamos o nosso compromisso com a sua proteção e requalificação, em articulação permanente com a Câmara Municipal e os Marienses.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Paulo Sousa (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero congratular todos os peticionários, representados pelo primeiro signatário, o Sr. Rui Jorge Parece Batista, que, através deste instrumento de participação cívica, nos apresentou esta petição para a proteção e requalificação da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria.

Solicitou, primeiramente, uma união de esforços entre as entidades competentes, em vez de estarem, sempre, a empurrar a culpa de uns para os outros, por uma reabilitação da orla costeira e até por uma requalificação urbanística daquela zona (como sabe quem lá foi da comissão), que é um local emblemático, com uma baía fantástica, que merece toda a atenção deste e de qualquer governo.

E o que se está a passar ali, nomeadamente da erosão marítima e dos deslizamentos de terra, é algo comum em todas as ilhas dos Açores. É um problema que se arrasta há vários anos, não é um problema de agora nem de há 2 ou 3 dias. É um problema que tem servido para debater ideias, apresentar soluções e até tem servido, muitas vezes, para promessas eleitorais, campanha após campanha.

E o que realmente é necessário, que é o que essas pessoas pedem, é colocar mãos à obra. E ao que parece, pelo que vi na comissão, que não posso deixar de o dizer aqui, a Dra. Berta Cabral, nomeadamente, apresentou um projeto de execução. Ou seja, podemos até dizer que estão a fazer qualquer coisa, mas quem esteve 24 anos no Governo, simplesmente, criticou tudo e todos a dizer que não serve, que está mal, que não atende ao que as pessoas querem. Nunca vai atender a todos, a realidade é esta.

Portanto, eu reconheço o mérito dessas pessoas que se manifestaram e que participaram civicamente com sugestões e propostas para a melhoria da sua vida, com diferentes visões, que até podem ser acatadas ou não por quem está a governar, ou serem partilhadas ou não por nós também.

Mas espero, simplesmente e verdadeiramente, que este Governo dê a atenção necessária a este e a outros problemas de igual teor, que se arrastam há muitos anos na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma saudação especial ao Sr. Rui Parece Batista, um ativo cidadão, não só por este ato de cidadania que é essa petição, mas um homem que já esteve ligado à Associação Maré de Agosto e a um conjunto amplo de agremiações. Entretanto, retomou as suas funções, numa altura em que a Associação Maré de Agosto estava em situação de vacatura das suas direções, que ninguém queria pegar. E merece, da nossa parte, não só por esta petição, mas por toda a sua atividade cívica, uma saudação especial.

A Praia Formosa, ao longo dos anos, sofreu, por parte dos poderes públicos, quer autárquicos, quer regionais, algumas agressões, que vieram a culminar precisamente naquilo que aconteceu agora, há pouco tempo: o areal foi ocupado por parques de estacionamento, por um restaurante, uma série de intervenções que, infelizmente, provocaram uma redução drástica da zona do areal.

E, mais uma vez, uma obra que até era de pequena monta, uma intervenção que nem sequer exigia um grande esforço financeiro por parte da Região, foi preciso um grupo de cidadãos (e um cidadão, penso, até militante do partido do poder) se organizar civicamente para chamar a atenção dos poderes públicos para a necessidade de uma intervenção na proteção daquela muralha.

Eu já, aqui, esta semana, a respeito das dependências, fiz uma alusão ao porto da Ribeirinha. E não posso deixar, aqui, de dizer a mesma coisa: se a Praia Formosa e o Forte de São João Batista da Praia Formosa fosse noutra qualquer ilha dos Açores, que não fosse Santa Maria ou São Miguel, provavelmente, já estava o assunto resolvido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, faça favor, tem a palavra.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por saudar o Sr. Rui Baptista, primeiro subscritor desta petição, assim como todos os cidadãos que com ele subscreveram esta iniciativa. Trata-se de um gesto de participação cívica que merece ser reconhecido e valorizado.

Importa, no entanto, esclarecer que grande parte das preocupações aqui expressas já foram atendidas pelo Governo Regional dos Açores, que concluiu, a 23 de abril de 2025, a requalificação da orla costeira na zona da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria.

Este facto demonstra que a petição, embora pertinente, peca por extemporaneidade relativamente à parte do que é requerido. Ainda assim, reconhecemos que esta iniciativa surge do legítimo interesse dos cidadãos em ver o seu território protegido, seguro e valorizado — especialmente num local emblemático como é a Praia Formosa, com importância ambiental, turística e cultural, e que acolhe eventos como o Festival Maré de Agosto.

Gostaria também de sublinhar um aspeto legal relevante: a Lei da Água é clara quanto à atribuição de responsabilidades pela gestão da orla costeira. Nos núcleos urbanos, essa competência cabe aos municípios; nas falésias, aos proprietários privados; e no restante território, ao Governo Regional.

Neste caso, foi o Governo Regional quem assumiu a responsabilidade de intervir, apesar da competência caber ao município. E fê-lo com celeridade e sentido de responsabilidade. Por isso, também, aqui, deixamos o nosso reconhecimento ao Governo pela pronta resposta dada a uma necessidade concreta da população mariense. Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Começo, como é óbvio, por saudar os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, o Sr. Rui Parece Batista, que trouxe, com sentido de responsabilidade e de intervenção cívica, um problema que, obviamente, preocupa (e preocupava ainda mais à data) os marienses, pois a Praia Formosa é, de facto, um símbolo da ilha e uma zona que merece ser preservada. E, sendo um símbolo da ilha, é também um dos sítios mais emblemáticos da Região, cujas características paisagísticas e até históricas merecem toda a atenção dos poderes públicos.

No contexto atual, ainda por cima, de uma pressão que será cada vez maior sobre a orla costeira, até decorrente da natural erosão costeira e potencialmente dos riscos maiores derivados das alterações climáticas, as zonas costeiras terão, necessariamente e cada vez mais, uma pressão maior por parte do mar que nos rodeia.

Por isso, a petição veio a tempo, veio alertar para um problema que era cada vez mais urgente. E se chega agora ao Parlamento quando parte dos problemas estão a ser resolvidos ou já foram, de facto, quando ela surgiu, não era assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obviamente, senão não faria sentido.

O Orador: Nós estamos, aqui, agora, a debater este assunto e não podemos, de modo algum, deixar de dizer que as intervenções que são reivindicadas são necessárias. A devida proteção da orla costeira, com respeito pelo enquadramento, pela delicadeza e pela importância daquele local, tem de ser feita tendo em conta essas características.

De facto, não só junto à orla costeira, mas também a montante, há questões que têm de ter, até de várias entidades, não apenas do Governo, do Município também, intervenções, porque são conhecidos também os problemas ligados à instabilidade dos taludes na via que por ali passa. E esta matéria tem de ser, naturalmente, resolvida. Sabemos que nem tudo é possível resolver de um momento para o outro, mas, de facto,

o problema não surgiu agora, está há muito identificado. E a população da ilha de Santa Maria há muito que reivindica a sua resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a apreciação desta petição.

Pausa.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem dúvida, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula o grupo de cidadãos que assinaram esta petição, que se encontra em análise para a proteção e requalificação da praia Formosa, na ilha de Santa Maria.

O recurso a uma petição é, sem dúvida, uma ferramenta fundamental de participação cívica numa sociedade democrática, onde os cidadãos expressam as suas preocupações, reivindicam direitos e propõem mudanças. Através dela, os cidadãos envolvem-se diretamente nas decisões que afetam a sua vida quotidiana.

Esta petição é mais do que um simples documento, é um exercício legítimo de cidadania ativa. E é com este propósito que surge esta petição. Através desta petição e após os deslizamentos de terra que ocorreram, no dia 20 de outubro de 2024, no estacionamento da frente mar da Baía da Praia Formosa, adjacente a areal, os peticionários solicitam a urgente reabilitação da proteção de toda a orla costeira, desde o Forte de São João Batista até à zona da Laracha.

Os peticionários consideram que “os constantes deslizamentos de terra na Praia Formosa, agravados pela vulnerabilidade e fragilidade da muralha de proteção existente, promovem um risco de deterioração contínua e de eventuais danos mais graves”.

A Praia Formosa, como todos sabem, é, sem dúvida, um *ex-libris* da ilha, que, para além de acolher o Festival Maré de Agosto, é igualmente um dos sítios mais visitados da ilha, senão o mais visitado, pelas características das suas praias — praias de areia branca, únicas na Região.

Pelo estado de degradação muito grave que já se encontrava o caminho da Laracha, que colocava em causa o acesso a imóveis e a terrenos de cultivo, foi efetuada, em 2010, uma obra de proteção da orla costeira na zona da Laracha, intervenção esta que teve um projeto de segunda fase contratualizado pelo Governo do Partido Socialista em 2019/2020 e executado pelo atual Governo Regional, isto porque a orla costeira é da tutela do Governo Regional e não do Município de Vila do Porto.

Nas evidências da degradação da muralha de proteção, muralha esta que confina com o areal da Praia Formosa, colocando em risco a segurança dos seus utilizadores, o Município de Vila do Porto enviou 13 relatórios do Serviço Municipal de Proteção Civil indicando as zonas de maior erosão e, conseqüentemente, de risco, sendo que oito desses relatórios foram enviados entre 2022 e 2024. Os relatórios enviados identificavam pontos da muralha de maior erosão, evidenciando a evolução da degradação da muralha, com risco iminente para os utilizadores do areal da Praia Formosa, sem qualquer resposta do Governo Regional aos documentos enviados.

Apartes impercetíveis dos Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD).

Em audição, o primeiro peticionário, o Sr. Rui Jorge Parece Batista, referiu ser importante que esta reabilitação surja de uma intervenção articulada com todas as entidades e seja mais alargada, uma vez que a zona da Praia Formosa demonstra graves evidências de movimentação de terras que poderão colocar em risco pessoas e bens.

Considera ainda, o peticionário, que o estudo prévio a efetuar na zona da Praia Formosa seja um estudo que envolva o Governo Regional, o Município de Vila do Porto e os proprietários.

A intervenção do peticionário na comissão foi uma intervenção que mereceu a concordância de todos os grupos parlamentares. E saliento: de todos. Foi unânime que a intervenção devia ser uma intervenção articulada com todas as entidades. Esta foi também a opinião unânime das entidades ouvidas em comissão: o Município de Vila do Porto, a Comissão Instaladora da Associação de Utentes da Praia Formosa e a Junta de Freguesia de Almagreira.

Mas, no seguimento do requerimento ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que apresentou em outubro de 2024, fomos informados, na resposta do Governo Regional à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que o estudo prévio tinha já resultados, do qual inclusive foram entregues algumas peças já executadas e que o projeto de execução já se encontrava em laboração. Infelizmente, estes dados, à data das audições em comissão, eram desconhecidos pelo Deputado do partido que compunha este Governo de coligação. Desconhecia também que, em março de 2025, o Governo tinha já anunciado que a execução da empreitada das intervenções de reparação da muralha da Praia Formosa e requalificação das infraestruturas será lançada até ao final de 2025.

Este era um projeto que, desde o início deste Governo de coligação, foi incluído em orçamentos anuais para a ilha e que constantemente foi retirado, à semelhança de tantos outros valores e projetos afetos a investimentos na ilha. São constantemente colocados e nada tem sido feito, iludindo, assim, à data da apresentação do Plano e Orçamento, os Marienses, que depois os abandonam.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É preciso ter descaramento!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Através das audições, a comissão foi informada que todos esses procedimentos — estudo prévio e projeto de execução — foram unilaterais, feitos de portas para dentro do Governo Regional, sem qualquer diálogo com o Município, Junta de Freguesia ou até mesmo com a já existente Comissão Instaladora da Associação de Utentes da Praia Formosa.

Apartes impercetíveis dos Deputados da bancada do PSD.

Das portas para dentro, o Governo Regional elaborou um projeto que não apresenta uma resposta efetiva em prol da proteção da orla costeira, fruto da erosão costeira, mas, sim, um projeto de remendos.

Esta intervenção será uma manta de retalhos, que não resultou da articulação de todas entidades competentes na matéria para que fosse encontrada uma solução adequada aos efeitos das alterações climáticas, que cada vez mais testemunhamos, contrariando, assim, o que é a pretensão dos peticionários e dos Marienses.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Começo por saudar todos os peticionários na pessoa do primeiro subscritor, o Sr. Rui Jorge Parece Batista. O direito à petição vem consagrado na Constituição Portuguesa, através do seu artigo 52.º. Qualifico pessoalmente também esta participação como um ato de cidadania.

Nas diligências efetuadas foi dito, pelo primeiro peticionário, que solicitam às entidades competentes para que unam esforços na criação das condições necessárias para a reabilitação e proteção da orla costeira da Praia Formosa, desde o Forte de São João Batista à Laracha. Alertam para os problemas de vária ordem que têm afetado a referida zona, tais como quebradas, quedas de taludes, alguns deslizamentos e abatimentos de passeios e estrada.

Partem, os peticionários, do pressuposto que a requalificação da marginal será uma etapa que se segue após a reabilitação da orla costeira. Em resumo, propõe que essa intervenção tenha por base o que está proposto no Plano de Pormenor da Praia Formosa, elaborado pela Câmara Municipal, com grande participação dos Marienses, e executado em 2015, nomeadamente: espaços balneares, otimização de acessos, criação de novas áreas de estacionamento e construção de circuitos pedonais e cicláveis.

Sem dúvida que entendemos a ambição como justa. Lamentamos, no entanto... E, agora, aproveito para fazer uma pequena introdução: parece que a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares não esteve na mesma comissão que nós estivemos.

Risos dos Deputados da bancada do PSD.

Aliás, o mesmo quase que acontecia com a Sra. Presidente da Câmara, que até nas águas do IROA (Instituto Regional de Ordenamento Agrário) falou na sua audição.

Lamentamos, no entanto, que, até 2020, os sucessivos governos de então, durante mais de 20 anos, não tenham demonstrado qualquer disponibilidade de cooperação, nem mesmo com os executivos camarários da mesma cor política.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não ouviu a minha intervenção!

O Orador: Contrariando o atrás referido, tem o atual Governo respondido prontamente a todas as situações anómalas causadas por efeitos erosivos no muro de proteção da marginal sobranceira à praia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: Temos como exemplo a última situação ocorrida, que, num prazo muito curto, foi devidamente reposta, com um custo aproximado de 160 mil euros. Importa referir que estamos a falar da orla marítima, onde as condições do mar nem sempre permitem trabalhar.

No âmbito do trabalho da comissão, houve também uma visita à praia, onde, além dos

elementos que compõem a mesma, estiveram presentes praticamente todos os que tiveram participação nas audições propostas pelas diligências. Foi possível tomar conhecimento do anteprojeto elaborado pelas Obras Públicas, apresentado pelo Sr. Diretor Regional, que prevê a tão aguardada (tem dezenas de anos) proteção do Forte de São João Batista e a reparação e melhoria de todo o muro de proteção. Onde foi explicado que haverá muitos pontos ao longo do projeto que só vão ser identificados com o decorrer da obra, que é aquilo que padece aquela muralha há muitos anos. Vão ser identificados com o decorrer da obra, com previsão de lançamento de concursos para o final deste ano, início do próximo.

Mais uma vez, o atual Governo demonstra a grande preocupação que tem tido com esta situação. E há expansão das palavras aos atos. Caminhando se faz o caminho. E se todos cumprirem com a sua parte, sem dúvida, chegaremos a bom porto.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a apreciação desta petição.

Pausa.

Creio não existirem. Consideramo-la apreciada.

Avançamos para o ponto 11 da nossa agenda: **Relatório sobre o pedido de autorização para que a Sra. Deputada Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito**

de um Processo Comum.

Este processo, como é da sua competência, foi apreciado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo a comissão deliberado, por unanimidade, dar parecer no sentido de autorizar a Sra. Deputada Marlene Damião a prestar depoimento na qualidade de testemunha.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos votar este relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório sobre o pedido de autorização para que a Sra. Deputada Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros possa prestar depoimento na qualidade de testemunha foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 12: **Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII — “Estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico da Região Autónoma dos Açores, adaptando o regime previsto no Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro”.** É uma iniciativa do Governo Regional dos Açores.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral):
Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores apresenta, nesta Assembleia, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII, que adapta o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, à Região. E esse diploma nacional, que é o sistema elétrico nacional, estabelece a organização e o funcionamento do sistema nacional, adaptando a Portugal, ao Estado-membro, diretivas da União Europeia sobre as regras comuns do mercado interno de eletricidade e sobre energias renováveis.

Impõe-se, agora, através desta nossa proposta de decreto legislativo regional, adaptar à Região o diploma que estabelece o sistema elétrico nacional. Este diploma foi

entregue, está na Assembleia, mas nós consideramos que há muita urgência em aprová-lo, preferencialmente antes das férias parlamentares, para podermos dar seguimento a um conjunto de propostas de investimento, umas de empresa pública, outras de privados, que não estão a ser viabilizadas porque a Entidade Reguladora do Sistema Elétrico (ERSE) inviabiliza a validação dos contratos de venda de energia à empresa de eletricidade enquanto não tivermos esta adaptação aprovada.

E, portanto, a urgência funda-se exatamente nesta razão: estando a ERSE a inviabilizar a validação dos contratos de venda de energia à empresa de eletricidade, não podendo ser licenciados novos investimentos sem a garantia de que a energia que vier a ser produzida vai entrar na rede e vai ser vendida à única entidade que tem competência para distribuir e comercializar eletricidade, nós temos um conjunto de investimentos que estão a aguardar. Por isso mesmo, nós propomos a esta Assembleia que, com a máxima urgência, possamos fazer todas as diligências necessárias para podermos ter o sistema elétrico dos Açores em funcionamento o mais rapidamente possível.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Sousa, tem a palavra.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de DLR, que nos traz aqui o Governo, que estabelece a organização e o funcionamento do sistema elétrico da Região Autónoma dos Açores, tem como fundamento, apresentado aqui pela Sra. Secretária, a necessidade de alterar o DLR que

enquadra o Solenerge, de modo a aproveitar...

Ruído na Câmara.

Estou a explicar o porquê da urgência. Quase que me fizeram perder o que eu estava a dizer.

E seguir a tramitação das candidaturas que estavam em suspenso. Esta alteração é necessária para dar seguimento ao resto...

Ruído na Câmara.

Então, está aqui errado.

Sr. Presidente, prescindo da palavra.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu entendo a urgência que foi justificada por parte de V. Exa., mas tenho dúvidas sobre a própria iniciativa. Acho que esta iniciativa devia ser, neste caso, não analisada, mas mais dialogada, para termos mais tempo na comissão, porque acho que é demasiado importante.

Aparte impercetível.

Não, mas a comissão vai ter um espaço demasiado curto para uma iniciativa que é de demasiada importância, não só de rede elétrica, bem como também de injeção das energias renováveis.

E tem outro problema, que para mim é o maior problema: as energias renováveis, das

quais nós podemos captar, não queremos fazer injeção de energia elétrica à rede pública, mas vamos ser obrigados a essa justificação e a uma fiscalização da parte do Governo. Tenho algumas dúvidas relativamente a essa urgência, acho que devia ser mais debatida, mas não é por causa disso que nós vamos votar contra. Espero que seja bem debatida, o mais rapidamente, mas que tenha, pelo menos, bastante conteúdo na parte da comissão.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para sintetizar um pouco aquilo que é a iniciativa e dizer, desde logo, que nós compreendemos, aceitamos e acompanhamos a preocupação do Governo relativamente à necessidade de aprovação — se bem que a Iniciativa Liberal não seja muito amiga de novas entidades — desta adaptação ao sistema jurídico regional, no sentido de fazer face aos tais investimentos que são necessários serem feitos e que estão pendentes da aprovação deste documento para terem prossecução.

No entanto, devo dizer que comungo das preocupações do Sr. Deputado Pedro Neves. E não obstante aprovar a urgência, irei acompanhar os trabalhos da comissão, até porque nós sabemos que a Sra. Secretária Regional, os seus serviços, por exemplo, ouviram a Associação de Municípios, conversaram com os Municípios, conversaram com a EDA, conversaram provavelmente com outros produtores independentes, mas nós não ouvimos essas conversações, não conhecemos a opinião deles, não sabemos ao certo o que é que eles pensam sobre a iniciativa.

Nesse sentido, sim, acompanhamos a urgência, mas é bom realçar que é importante que esta iniciativa, até pela importância que tem, seja bastante escarpada, passo a expressão, pela comissão competente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito do pedido de urgência.

Pausa.

Não existindo, vamos então votar este pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII.

Pausa.

Sras. e Srs. Deputados, podemos avançar para a votação do pedido de urgência? Não há problema? Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o ponto 13 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII — “Procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2022/A, de 25 de maio, que estabelece o sistema de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas fotovoltaicos, designado SOLENERGE”**.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral): Obrigada, Sr. Presidente.

Efetivamente, apresentámos, aqui, uma alteração ao Decreto Legislativo Regional que aprovou o Solenerge, é a segunda alteração. A primeira, como se recordarão, teve a ver com a alteração dos *plafonds* anuais, porque a execução do programa foi mais rápida

do que os *plafonds* que estavam previstos para cada ano. E houve que antecipar esses *plafonds*. Esta é a segunda alteração, para nós aumentarmos o valor de investimento previsto no decreto original. Originalmente, como se recordam, estavam previstos 19 milhões de euros. Estes 19 milhões de euros estão todos executados neste momento. E por força e por virtude, digamos assim, de uma reprogramação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), foi possível alocar mais 41 milhões de euros a este projeto, a este programa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: É um programa que, efetivamente, tem muitas virtualidades. Há já muitas famílias praticamente com autonomia de eletricidade nas suas casas. Nós temos mais de 12 *megawatts* já instalados em termos de autoprodução e para autoconsumo. Podem debitar na rede, mas marginalmente, portanto, não carecem de nenhum contrato visado pela ERSE.

Faço aqui um parênteses para dizer que a ERSE, como entidade reguladora, quer visar os contratos porque quer ter em conta o preço a fixar, para, depois, fazer os tarifários regionais e as respetivas compensações. Não se coloca esta situação no Solenerge, a energia elétrica que entra é absolutamente residual. E, preferencialmente, não deve entrar nenhuma, é mesmo considerado autoprodução para autoconsumo.

Mas voltando à questão da urgência, funda-se, obviamente, na necessidade de começarmos a dar seguimento à quantidade de candidaturas que estão pendentes, porque nós tivemos, obviamente, de suspender a análise de candidaturas até ter a certeza de que haveria um reforço. O reforço foi aprovado, estamos em condições de avançar para essa apreciação. E aqui, sim, já pedimos não só urgência, como dispensa em comissão, porque é também um diploma sobejamente conhecido de todos nesta

Casa.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições no âmbito do pedido de urgência. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Então, vamos avançar para a votação do pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra à Sra. Secretária Regional para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral):
Muito obrigada, Sr. Presidente.

Não me queria alongar muito, porque, de facto, quando fiz o pedido de urgência, acabei por fazer a contextualização desta alteração.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

A Oradora: Portanto, diria, só para relembrar, que este foi um projeto aprovado, com 19 milhões de euros de *plafond*, que teve uma grande adesão, fundamentalmente por

parte das famílias, e de algumas empresas, mas as empresas, como sabem, também estavam limitadas ao valor *de minimis*. Portanto, isto praticamente atingiu as famílias. Estão instalados mais de 12 *megawatts*. De acordo com o próprio relatório do Solenerge, que está disponível para todos, nós temos: de incentivos pagos, 16 milhões; de incentivos aprovados, 18,8 milhões; de candidaturas de potência aprovada, neste momento, 14 milhões; de potência efetivamente instalada, 12,2 *megawatts*.

E, portanto, temos tudo isto em velocidade de cruzeiro. Felizmente, foi possível reforçar, em termos de reprogramação do PRR, este nosso programa com 41 milhões de euros.

Eu só espero, e isto é um parênteses, que o mercado consiga responder a esta enorme solicitação que vai decorrer deste reforço, mas nós temos de fazer a nossa parte, as famílias têm de fazer a sua e o mercado tem que fazer a sua. Nós não podemos controlar tudo.

O que nós podemos, neste momento, é dizer a esta Câmara que estamos satisfeitos com este reforço de 41 milhões de euros. Portanto, este programa passa para 60 milhões de euros. E vamos continuar a analisar as candidaturas que estão pendentes. Neste momento, temos cerca de 3 mil candidaturas e, portanto, não se vai abrir a novas candidaturas até se perceber estas. Fomos sempre recebendo candidaturas e colocámo-las em *standby*, porque, se não o tivéssemos feito, podíamos, hoje, abrir candidaturas e ficarem algumas pessoas que, no *pipeline*, não seguiam a sua ordem. Recebemos sempre, suspendemos quando tivermos de suspender e, agora, vamos continuar a seguir a ordem que, desde o início, tem sido seguida, com toda a justiça para os candidatos.

Muito obrigada.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é importante.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se quiserem, podem gravar aquilo que eu vou dizer. Para mim, isto foi das melhores medidas que este Governo já fez. Esta iniciativa é muito importante para nós, para a Região Autónoma dos Açores. E foi com coragem da parte deste Governo, tendo em conta que a União Europeia não queria que nós continuássemos a apoiar, neste caso, placas fotovoltaicas, que é o Solenerge em si. Sem dúvida, isto pode mudar a vida dos açorianos, pelo menos de quem tem alguma oportunidade financeira inicial, porque é necessário. Podemos ir mais além, e esta iniciativa está a fazer isso mesmo.

Eu só tenho uma dúvida, é uma dúvida mesmo honesta, relativamente ao Promédia... aliás, Proenergia...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Estava a ver que sobrava para mim.

O Orador: É verdade, Sr. Secretário.

Não necessitamos também de aumentar essa verba para acompanhar a quantidade de placas que vamos ter disponíveis?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até na sequência do que o meu colega disse anteriormente, penso que o Governo se devia orgulhar disto e até devia fazer alguma comunicação, porque isto, sim, é daquelas medidas que foi um sucesso. Até foi sucesso a mais, não é? Agora, temos de corrigir isso pondo mais algum dinheiro. Foi uma boa iniciativa.

Eu ouço falar de muitas coisas de energias alternativas, nem todas são verdade e nem todas são aquilo que são. Esta é uma verdade. Nós podemos ter painéis fotovoltaicos que possam produzir parte da energia que consumimos e podemos fazer esta transição, e devíamos, nos automóveis, etc., desde que (atenção, esta é a parte que às vezes falha), ao cidadão, lhe retire alguma carga financeira de cima. Quando assim é, estamos todos felizes. Às vezes, só pensar nos passarinhos e pagar mais por isso é que não dá muito certo. Este resulta e há muitos que também podem vir a resultar. E como dizia o meu colega, e bem, o Proenergia, se calhar, também precisa de algum reforço.

E, já agora, olhe, a geotermia também, se calhar, precisava, porque só o PRR não vai dar. E acho que na geotermia era só rodar o botão, mas, pronto, sou eu a pensar assim. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como tinha previsto aquando do debate do Solenerge e das propostas de alteração que foram introduzidas, havia, de facto, de alguns membros na Câmara, algum receio de que não se atingissem os 19 milhões de euros de investimento. E como ficou bem patente, não só se atingiram os 19 milhões de euros, como se chegou aos 60 milhões de euros nesse investimento.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ele vê muito à frente.

O Orador: Foi com agrado que vi a proposta de alteração da Iniciativa Liberal aprovada neste Parlamento, com os riscos que ela continha de não ser aceite pela Unidade de Gestão do PRR, mas que permite que algumas famílias que não têm disponibilidade financeira recorram ao financiamento através do instalador.

Foi também com agrado que vimos limitar esses investimentos aos apoios *de minimis*, porque, provavelmente, se não o tivéssemos feito, eles tinham sido aproveitados por grandes indústrias e não tinham chegado às famílias.

Neste sentido, penso que é sempre bom realçar o empenho do Governo Regional nesta matéria, o empenho deste Parlamento neste assunto e termos chegado a uma forma, que a todos vem alegrar, que a todos deixa satisfeitos, de contribuirmos para um planeta melhor e para, paralelamente, reduzir a fatura energética de uma boa parte das famílias açorianas, ainda que essas sejam aquelas que menos precisam de apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, nós vamos aprovar a iniciativa...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O quê? Vai aprovar uma iniciativa deste Governo?!

O Orador: ... não sem antes lembrar duas coisas: em primeiro lugar, o Governo, sobre a transição energética e com os fundos do PRR, andou a patinar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas disseste isso há um ano!

O Orador: Continua muito mau.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Andou a patinar, porque estes valores eram, inicialmente, para barcos elétricos, que nunca saíram do papel. Já se esqueceram, ali daquela bancada, dos barcos elétricos, anunciados com pompa e circunstância, que, depois, não saíram do papel. Aliás, dizem, ali daquela bancada, que nós éramos contra. Nós nem tivemos tempo de ser contra, porque os barcos elétricos não saíram do papel, muito menos do porto. Isso dá nota da tal desorientação do Governo e das bancadas que o apoiam nesta matéria.

Mas eu deixo uma reflexão sobre a transição energética justa que é preciso fazer: é fundamental, naturalmente, reduzir a fatura, ter menos emissões de gases com efeito de estufa. Isso é importante, mas, quando as medidas não conseguem chegar a todos,

estamos a criar, claramente, uma injustiça relativa, porque há muita gente que não terá acesso ao Solenerge. E será, naturalmente, aliás, como disse, aqui, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Nuno Barata, muita gente — são aqueles que menos têm — que não tem acesso à redução da fatura que isso permite.

Por isso, essa questão é que tem de ser vista, porque há muita gente que continuará a pagar 80, 90, 100 euros de fatura elétrica e não terá um cêntimo de desconto.

Ruído na Câmara.

E essa injustiça relativa leva-nos a dizer que a transição energética tem de ser justa. E essa assim não é justa. Por isso, efetivamente, é preciso que, quem não teve acesso ao Solenerge, também tenha acesso à redução da sua fatura, porque a transição energética tem de ser para todos, não pode ser só para alguns.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

Ruído na Câmara.

Sras. e Srs. Deputados!

Faça favor, Sr. Deputado Russell Sousa, tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sra. Secretária e Srs. Secretários, Sras. e Srs. Deputados:

Ruído na Câmara.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários:

Vivemos, efetivamente, numa era de transição energética. E numa região como a nossa, com insularidade, tudo o que é bem feito merece ser ressalvado.

Na parte das energias renováveis, temos o histórico do Partido Socialista, que investiu nas renováveis. Tivemos uma boa projeção de renováveis no nosso arquipélago ao longo dos últimos anos, algo que este Governo tem procurado manter. Não com o mesmo sucesso do Partido Socialista no passado, mas tem tentado manter.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Relativamente ao programa Solenerge, efetivamente, este nasceu como uma oportunidade concreta de transformar a realidade das energias renováveis nos Açores. No entanto, embora seja uma boa medida... E o Partido Socialista, sempre que tiver de elogiar, elogia; sempre que tiver de criticar, critica. Nós somos uma oposição construtiva e o que procuramos é um projeto para os Açores, para o bem comum.

Efetivamente, o programa Solenerge é uma oportunidade única para os açorianos, para os empresários e para os cidadãos comuns que desejam investir na energia renovável e ter menos custos com energia na sua fatura final. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que, embora este programa seja feito para os açorianos, para transformar em energias renováveis e termos potencial energético nos Açores, também temos de reconhecer que, ao longo destes anos, no Solenerge, houve vários percalços, nomeadamente: atrasos nos pagamentos, atrasos das candidaturas, candidaturas que já foram publicadas em Jornal Oficial e ainda não receberam nem um cêntimo das suas candidaturas aprovadas e, inclusive, relembro, houve empresários e pessoas que fizeram investimentos avultados, recorreram a empréstimos bancários à espera que o Governo cumprisse com o seu pagamento no momento certo, e isto não foi feito.

Esperemos que, agora, na nova fornada de dinheiro que existe (41 milhões), e ainda bem que existe — reforço que o Partido Socialista, quando tiver de elogiar, elogia;

quando tiver de criticar, critica —, na nova vertente do Solenerge, os pagamentos aconteçam atempadamente e que as pessoas tenham contacto direto quer com a Direção Regional do Tesouro, quer com a Direção Regional da Energia. Uma das queixas que existia antigamente era: quando se esperava muito tempo por uma candidatura, não havia resposta nem na Direção Regional de Energia nem da Direção Regional do Tesouro e não se sabia bem onde é que andava o processo. E esperamos, genuinamente, e estaremos atentos a isso, que corra tudo bem com o prosseguimento do Solenerge. Que assim seja.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Freitas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com muita satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD vê que, em boa hora, o Governo Regional nos traz esta proposta de alteração a este decreto legislativo regional, que, como já foi dito aqui e repito, tem sido mesmo um caso de sucesso na nossa Região.

Nos Açores, com este Governo Regional, estamos a construir, deveras, um futuro mais sustentável, mais resiliente e muito mais eficiente para todos os açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Com este programa do Solenerge, o Governo está a apoiar as famílias e as empresas na instalação de sistemas solares fotovoltaicos, uma aposta forte na energia a partir de fontes renováveis, que já está a apresentar resultados muito positivos e a baixar a fatura de eletricidade, que era aquilo que se pretendia para muitas famílias e empresas, para muitos açorianos.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Afinal, é para baixar a fatura?

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não percebeu!

O Orador: Apenas para lembrar a quem nos está a ouvir, este não é mais do que um incentivo que se traduz na forma de atribuição de um apoio não reembolsável, correspondendo a 100 % das despesas elegíveis, até ao máximo de 1500 *quilowatts* a instalar. Teve o seu início com uma dotação de 19 milhões de euros, que poderia chegar, perspetivava-se, aos 11,2 *megawatts* de potência instalada. É um programa que seria para 4 anos, mas que foi esgotado o seu *plafond* a mais de 1 ano da vigência deste mesmo programa, o que vem provar também, mais uma vez, o sucesso que tem sido. E os resultados assim o demonstram: a 30 de maio deste ano, de 2025, temos 5321 intenções de investimento, um incentivo aprovado que já ascende aos 14 *megawatts* de potência, 1656 candidaturas pagas, um incentivo pago de aproximadamente 16,5 milhões de euros e uma potência instalada que já ascende aos 12 *megawatts*, superando o valor de 11,2 *megawatts*, que era o que se perspetivava, o que é muito positivo.

Agora, com esta alteração ao artigo 4.º do DLR n.º 12/2022/A, de 25 de maio, que visa dar corpo à reprogramação do PRR, reforça-se a dotação em mais 41 milhões de euros, aumentando também a capacidade instalada em mais 27 *megawatts*.

Somando, na sua totalidade, este programa, temos uma dotação de 60 milhões de euros e mais de 38 *megawatts* de potência instalada, o que é muito significativo.

Esta foi e é uma iniciativa deste Governo Regional, como disse o Sr. Deputado Pedro Neves, inovadora, única e deveras arrojada. Para aqueles que achavam que 19 milhões de euros era um exagero e que se ia desperdiçar verba do Plano de Recuperação e Resiliência, espero que agora reconheçam e que votem a favor deste reforço de mais 41 milhões para este fim.

Sabemos que não podemos ficar por aqui, mas estamos certos de que o caminho que o Governo Regional está a trilhar continuará a liderar na sustentabilidade, na descarbonização e na construção de um futuro energético mais limpo e mais resiliente

na nossa Região.

Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição sobre este diploma.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor.

(*) **Deputado João Mendonça (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O programa Solenerge tem vindo a demonstrar a sua eficácia. Em pouco tempo, foram aprovados mais de 60 % dos projetos previstos, com mais de 9,7 milhões de euros já atribuídos. Este programa permitiu a centenas de famílias e a empresas produzirem a sua própria energia. Geraram poupança, reduziram emissões, tornaram-se parte da solução.

A proposta que, hoje, aqui, discutimos visa precisamente alocar uma nova dotação orçamental, viabilizada pelo PRR, a uma procura que superou todas as expectativas e também o reconhecimento de que os Açores podem liderar a sustentabilidade.

Neste contexto, merece destaque o projeto Corvo Renovável, um projeto promovido pelo atual Governo, com o apoio do PRR, que responde a uma velha aspiração: tornar a ilha do Corvo autossustentável em termos energéticos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Durante demasiado tempo, o Corvo foi a única ilha sem produção de energia a partir de fontes renováveis, mas a coligação já mudou esta realidade. Tem um investimento de 3,8 milhões de euros, com o objetivo de atingir 61 % de produção

de renováveis até 2026 e 70 % até 2030.

Mas este avanço não surgiu por acaso, foi exigido, foi preparado. E o PPM esteve na linha da frente nesse combate. Em 2013, pedimos acesso aos estudos técnicos realizados no âmbito do projeto Ilhas Verdes, especialmente para o Corvo. Queríamos saber o que estava a ser feito, queríamos transparência.

Em 2021, voltamos a intervir, denunciámos falhas no parque fotovoltaico. Perguntamos pelas datas de reparação, pelos estudos eólicos, pelo investimento prometido pela EDA. Exigimos respostas e exigimos ação. O nosso esforço valeu a pena. E isso é motivo de satisfação para todos, em especial para os Corvinos, que, durante anos, foram esquecidos neste domínio.

O PPM tem sido um defensor constante da energia limpa. Participámos na construção da atual Estratégia Açoriana para a Energia. Fazemos parte de um Governo que assume diariamente compromissos claros com a sustentabilidade. Fomos fiscalizadores, propusemos, exigimos, apoiámos soluções concretas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

O Orador: E é isso que fazemos hoje ao votar favoravelmente esta proposta de reforço ao Solenerge, um instrumento que tem funcionado e deve ser reforçado, melhorado e replicado.

O projeto do Corvo é uma prova de que é possível fazer diferente. E o contributo do PPM está escrito com clareza na história recente desta mudança.

Votamos, por isso, a favor, com responsabilidade, com coerência e com ambição, para que todos os Açorianos, em todas as ilhas, possam viver numa Região mais limpa, mais justa e energeticamente autónoma.

Disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora, o projeto dos navios elétricos falhou, porque, se não tivesse falhado, não teria sido...

Ruído na Câmara.

Os Srs. Deputados da oposição entusiasmaram-se com a minha intervenção.

Se não tivesse falhado, não teria havido reprogramação do PRR. E não tendo havido reprogramação do PRR, este programa, que é comprovadamente um sucesso, todas as bancadas, aqui, já o admitiram, não teria sido possível reprogramá-lo, atribuir mais verba e, com isso, ajudar mais famílias e mais empresas que tenham o interesse genuíno em mudar. O que está aqui em causa é a vontade genuína de famílias e empresas quererem mudar as suas fontes de energia para fontes de energia mais renováveis.

Significa que os açorianos têm um espírito de preservação ambiental, que muitas vezes julgamos não existir. E o sucesso deste programa revela isso mesmo, revela vontade. Quando existem as oportunidades, essas oportunidades são aproveitadas. Portanto, esta reprogramação é muito bem-vinda, Sra. Secretária. E ainda bem que vamos conseguir apoiar mais famílias e mais empresas na reconversão elétrica.

Nós vivemos numa era onde gastamos cada vez mais energia. Já não é só a energia em nossas casas ou nas empresas, já é a energia nos automóveis. Portanto, isso exige uma produção cada vez maior de energia elétrica. E se não houvesse este programa para a instalação de painéis fotovoltaicos para produção própria e consumo próprio de

energia, significaria isso que as centrais térmicas que existem nas nossas ilhas teriam de produzir mais energia, se calhar, teríamos de reforçar essas centrais, com o conseqüente aumento do consumo de fontes de energia fósseis.

Portanto, este programa consegue dois objetivos ambientais: não aumentar o consumo de fontes fósseis de energia para a produção de energia elétrica, e os cidadãos produzirem a sua própria energia, com todas as vantagens que daí advêm.

Quanto aos números, os números já foram, aqui, muito bem explicitados, quer o que já foi adjudicado, quer o que ainda está pendente para pagamento e à espera da aprovação desta Assembleia para poder dar continuidade aos projetos. E, portanto, está de parabéns o Governo nesta aposta ambiental.

Este programa é financiado por um programa europeu de resiliência. E resiliência é isso mesmo: capacidade de resistência. As famílias e as empresas, tendo a possibilidade de produção de energia própria, também se tornam mais resilientes, mais resistentes, e toda a nossa Região, toda ela, mais ambientalmente amiga.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Pausa.

Sra. Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):**

Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria agradecer, não pessoalmente, mas em nome de toda a equipa da Secretaria Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e da Direção Regional da Energia e também em nome de todos aqueles que instalaram painéis fotovoltaicos e fizeram o seu investimento, as palavras de reconhecimento, elogiosas, que aqui foram tecidas pelos diferentes grupos parlamentares. E devo dizer que entendo isso como uma forma construtiva de nós estarmos nesta Assembleia. Portanto, de forma nenhuma julgo que, quando elogiamos as ações dos nossos adversários, isso nos diminui, pelo contrário, acrescenta-nos a capacidade de reconhecer, de crescermos e de apoiarmos aquilo que está bem feito.

Efetivamente, o Solenerge, com algumas vicissitudes no início... E isso toda a gente sabe que aconteceu, porque, até que isto entrasse em velocidade de cruzeiro, levou algum tempo. Mas, quando entrou em velocidade de cruzeiro, foi de tal forma que se esgotou rapidamente a verba, como aqui já foi dito. E, portanto, este reforço vem responder efetivamente a isso e vai responder a muitas solicitações, que estão pendentes, das famílias e das empresas açorianas.

Queria, contudo, sublinhar aqui duas ou três notas das intervenções que julgo que merecem alguma observação da nossa parte. A primeira delas: o Sr. Deputado Pedro Neves falou no Proenergia. O Proenergia é um ótimo programa também, mas, como sabem, é integralmente financiado pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores. Não pôde ser integrado no PRR e, portanto, não pôde ser reforçado por esta reprogramação, porque é um programa que não estava previsto e, como tal, não pode, neste momento, entrar no PRR. O Solenerge entrou, mas o Proenergia ficou ao nível do Orçamento Regional, apoiando as baterias, que tem tido muita solicitação. E é bom, para o Solenerge não meter na rede e armazenar. E as famílias ganham com isso.

Nós estamos a configurar, neste momento, um sistema de incentivos, a ser apoiado pelo PO 2030 (Programa Operacional 2030), exatamente para aliviar o Orçamento Regional daquilo que tem sido o financiamento do Proenergia. Claro que é um sistema

complexo, tem de ser notificado à comissão, aprovado pela AdC (Autoridade da Concorrência), tem muitas etapas, mas está a ser trabalhado. E, portanto, temos a expectativa de que, até ao final que de 2030, possamos apoiar com fundos comunitários aquilo que, hoje, é elegível no Proenergia.

Outra questão que aqui foi levantada, mas agora pelo Sr. Deputado António Lima, foi a questão da transição justa. Sr. Deputado, a transição justa, todos nós desejamos. E começo por dizer que as famílias mais vulneráveis têm tarifa social de energia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: Às vezes, esquecemos isso. Mas isso é tão automático que as pessoas se esquecem. Isto não é nenhum sistema de incentivos, é automático. Nós, através do Instituto de Segurança Social, indicámos à EDA quem é que está abrangido, e a EDA processa imediatamente a tarifa. E a maior parte das pessoas nem sabe que existe uma tarifa social de energia, mas existe.

Por outro lado, está, neste momento, a ser preparado, para pós-PRR, o chamado Fundo Social do Clima. E o Fundo Social do Clima é exatamente para as famílias vulneráveis e também para as empresas vulneráveis. Ainda não se percebeu muito bem qual é o conceito de empresa vulnerável, mas, neste momento, está a ser definido e logo veremos. Mas para as famílias vulneráveis, nós sabemos muito bem o que é, é um conceito muito comum. E, portanto, a transição justa, que é exatamente isso, será abrangida...

Deputado Nuno Barata (IL): Não é exatamente.

A Oradora: ... pelo Fundo Social do Clima no pós-PRR.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Podemos avançar para a votação?

Pausa.

Vamos então avançar para a votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

O diploma tem seis artigos. Não há propostas de alteração. Pergunta à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Não havendo oposição, vamos votar os seis artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os seis artigos do diploma foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 15: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 39/XIII — “Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde”**. É uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência em comissão deste projeto de resolução prende-se com a necessidade de ele ser analisado com celeridade em comissão e que possa subir a plenário o mais rapidamente possível, nomeadamente, se possível, idealmente, em julho. A carreira de técnicos auxiliares de saúde foi criada, ainda em 2023, pelo Decreto-Lei n.º 120/2023, de 22 de dezembro, que cria uma nova carreira em função das especificidades das funções de vários trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde e Serviço Regional de Saúde. Entendeu bem, a Assembleia da República, em criar esta nova carreira. E o assunto até chegou a ser debatido aqui também.

Esta nova carreira tem, como é óbvio, melhores condições remuneratórias na base e em toda a carreira. Na Região Autónoma dos Açores, nem todos os assistentes operacionais transitaram para a nova carreira. Aliás, um requerimento do Bloco de Esquerda ao Governo Regional sobre estas transições revela que elas ainda não aconteceram nos três hospitais e em várias unidades de saúde de ilha, o que significa que estaremos a falar de largas centenas de trabalhadores que não estão reposicionados na carreira correta desde 1 de janeiro de 2024. Para se ter uma ideia, isso significa, para estes trabalhadores, quebras de rendimento, em cerca de 1 ano e meio, de mais de 700 euros, já deduzindo a redução que terão na remuneração complementar. Ora, estes trabalhadores precisam deste dinheiro agora. E sendo certo que é assumido que o pagamento será feito retroativamente a 1 de janeiro de 2024, estes valores, este dinheiro, este salário destes trabalhadores é preciso é hoje. E estamos a falar, como é óbvio, de remunerações baixas.

É por isso que é urgente que este assunto seja rapidamente debatido em comissão, para se poder debatê-lo com profundidade também em Plenário e, acima de tudo, é urgente que esta transição para a nova carreira se faça, porque o que está a acontecer é que se está a retirar salário, todos os meses, desses trabalhadores.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Vamos passar à votação deste pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 39/XIII — “Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 39/XIII foi aprovado por unanimidade.

Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira substituiu o Deputado Lubélio na Mesa.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 40/XIII — “Auditoria urgente pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos contratos e despesas relacionados com a conceção, construção, apetrechamento e funcionamento do Hospital Modular”**. É um pedido efetuado pelo CHEGA.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

É público e de todos conhecido que o incêndio ocorrido, no dia 4 de maio do ano passado, no Hospital do Divino Espírito Santo foi uma situação que obrigou a respostas rápidas e a tomadas de posição que, na altura, não se questionaram, mas que, pouco tempo depois, suscitaram muitas dúvidas, algumas foram pouco clarificadas, entre estas a construção do hospital modular.

Durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Incêndio no HDES, percebeu-se que teria sido possível proceder à recuperação e reabilitação da unidade

hospitalar afetada. Para além deste facto, também se ficou a saber que não foram realizadas quaisquer consultas ao mercado, quer para a adjudicação do edifício modular, quer para a aquisição de todos os equipamentos. Estima-se que a despesa global atualmente associada ao hospital modular seja de aproximadamente 40 milhões de euros.

Por considerarmos estranho que, num projeto que teve início em 2024, não tenha sido possível realizar uma única consulta ao mercado a três entidades ou adotar um procedimento de concurso público urgente, trazemos esta iniciativa, com carácter de urgência, porque entendemos que se trata de um processo pouco claro, que levanta muitas dúvidas quanto à legalidade e regularidade financeira relativa à contratualização subjacente à conceção, construção, apetrechamento e funcionamento do hospital modular.

Por estes motivos, entendemos que é, deveras, importante que seja aprovada, nesta Assembleia Regional, a solicitação de uma auditoria urgente, à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, aos contratos e despesas relacionados precisamente com a construção, apetrechamento e funcionamento do hospital modular.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD nada tem a obstar em relação à propositura desta iniciativa. Se há quem não esteja esclarecido, esclareça-se. Se é este o mecanismo, se

é isto que pretendem, nada temos contra.

Agora, o mesmo não podemos dizer em relação ao momento em que apresentam esta iniciativa nem ao carácter de urgência que ela se reveste. Isso, porquê? Em primeiro lugar, nós temos ainda a decorrer uma comissão parlamentar de inquérito. E, obviamente, estando a decorrer e não tendo ocorrido o seu fecho formal, porque ainda não há sequer um relatório final produzido, nós consideramos que isto é uma desconsideração pelo processo institucional.

Deputado José Pacheco (CH): Olhe que não!

A Oradora: E, obviamente, isto também poderia abrir aqui precedentes para, no futuro, se proceder da mesma forma. Enquanto está a decorrer uma comissão de inquérito, deveremos respeitar aquelas que são as suas competências e aquele que é o trabalho realizado, para, depois, então, podermos fazer qualquer iniciativa que tenha o mesmo âmbito.

Para além disso, nós consideramos que o próprio relatório que vai ser produzido e que vai sair da comissão de inquérito poderá ser um instrumento interessante e até importante para o Tribunal de Contas ter em conta na possível auditoria que irá realizar, trabalho que é solicitado aqui pelo Grupo Parlamentar do CHEGA. Portanto, nós consideramos que não se justifica esta urgência e a dispensa de exame em comissão.

Para além disso, independentemente desta questão, o Grupo Parlamentar do PSD, na sua ótica, entende que houve sempre transparência e legalidade em todo o processo.

E algumas das questões que foram levantadas no preâmbulo ou nos considerandos...

Eu já não tenho tempo para falar agora, mas, possivelmente, a seguir, teremos tempo para abordar, e aí terei algo a dizer.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição neste pedido de urgência.

Creio que não existe. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência e dispensa

de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 40/XIII foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN, com 23 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Muito obrigado.

Tendo sido aprovado o pedido de urgência, vamos passar à apresentação da iniciativa.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Já diz o ditado popular: “Quem não deve não teme.” E quem não tiver nada a temer, certamente, não terá qualquer problema em aceitar e aprovar esta proposta do CHEGA. A bem da transparência e do rigor das contas públicas, o CHEGA trouxe, hoje, este projeto de resolução, com um único ponto resolutivo, cujo objetivo passa, única e exclusivamente, pelo cabal esclarecimento de um processo que levantou muitas dúvidas e muitas suspeitas quanto ao hospital modular.

Assim, pretendemos que esta Assembleia solicite uma auditoria urgente, à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, aos contratos e despesas relacionados com a conceção, construção, apetrechamento e funcionamento do hospital modular.

Esta pretensão vem na sequência de muitas decisões que foram tomadas no seguimento do incêndio ocorrido, no dia 4 de maio do ano passado, no Hospital Divino Espírito Santo e que levou o Governo Regional a declarar situação de calamidade pública regional.

Nesta conformidade, foi aprovado um regime excecional e temporário de contratação pública, permitindo o recurso ao ajuste direto por razões de urgência imperiosa. Uma vez que, na altura, era necessário dar resposta imediata à situação de calamidade que

se vivia, o Governo Regional anunciou a intenção de construir um hospital modular, orçamentado, à data, em cerca de 12 milhões de euros. Na altura, foi considerado tratar-se de uma única alternativa para garantir a continuidade da prestação de cuidados de saúde. Estima-se que a despesa global, atualmente, associada ao hospital modular, é de aproximadamente 40 milhões de euros.

Deputado Flávio Soares (PSD): Isso não é ser sério!

A Oradora: Como foi possível perceber durante as audições na Comissão de Inquérito ao Incêndio no HDES, teria sido possível proceder à recuperação e à reabilitação da unidade hospitalar afetada. Foi ainda tornado público que não foram realizadas quaisquer consultas ao mercado, quer para a adjudicação do edifício, quer para a aquisição de todos os equipamentos.

Para nós, esta é uma situação estranha. Continuamos com dúvidas. E não percebemos como é que não foi possível realizar uma única consulta ao mercado a três entidades ou adotar um procedimento de concurso público urgente. Todo este processo, incluindo as decisões tomadas, os contratos celebrados, os montantes envolvidos, levanta dúvidas quanto à sua legalidade e à sua regularidade financeira relativamente a este processo. Depois de ouvidos muitos responsáveis e muitos técnicos na comissão de inquérito, ficamos com sérias dúvidas em relação a este processo, motivo pelo qual entendemos que deve ser efetuada uma auditoria urgente pela Secção Regional do Tribunal de Contas, precisamente para que se dissipem todas as dúvidas. Só assim poderemos ficar esclarecidos, só assim os açorianos podem ficar esclarecidos, mostrando, assim, que as contas públicas estão a ser bem geridas, porque este dinheiro sai do bolso de todos os Açorianos e não pode ser gasto de forma irresponsável.

Termino como comecei: “Quem não deve não teme.”

Disse.

Deputado Flávio Soares (PSD): Tanto não tememos, que fizemos uma Comissão de Inquérito!

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, quero dizer que vou votar a favor esta iniciativa, não deixando de dizer exatamente o que a Sra. Deputada Délia Melo disse na altura da urgência. Eu estava à espera de que a iniciativa fosse aprovada para dizer exatamente o mesmo. Não falo de deselegância, porque acho que já há falta de elegância há algum tempo dentro do nosso Parlamento, por isso não é por aí. Eu acho que é mesmo o *timing* usado.

Tendo em conta que é uma comissão de inquérito — da qual eu não faço parte, nem a IL, por razões que todos nós sabemos —, tendo o poder que tem uma comissão de inquérito, estando lá o CHEGA, tendo o poder para determinadas diligências e para questionar, quanto ao *timing*, pelo menos esperava pelo relatório e, depois, seguia com esta iniciativa, com a qual eu concordo.

Temos problemas na casa? Se é para arrumar a casa, arrumamo-la logo. Agora, este *timing*, mesmo na altura em que o relatório vai a público, fazendo isso, é *show off* da parte do CHEGA.

Deputado Francisco Lima (CH): Transparência é *show off*?

O Orador: Apesar de eu concordar com a iniciativa, o *timing* em si...

Ou então está a dar razão à IL e ao PAN, a dizer que esta comissão de inquérito seria (e peço desculpa o vernáculo) uma palhaçada e que nunca iríamos descobrir o real problema, o que se passou no incêndio do HDES. Esse seria o maior problema.

E o CHEGA sempre advogou, desde que chegou a esta Assembleia, em 2020, uma coisa: não quer perder o dinheiro dos contribuintes a fazer coisas em que não conseguimos produzir, nomeadamente, perdermos dinheiro com uma comissão de

inquérito, mas, agora, vamos perder dinheiro com uma auditoria, não à Secção do Tribunal de Contas, mas pela Secção do Tribunal de Contas.

Nós vamos votar a favor, mas não quero deixar de salientar o *show off* do CHEGA, que fica sempre bem para a opinião pública.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Muito assertivo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente a urgência e vamos votar favoravelmente esta iniciativa. Não obstante, eu também entendo que não é o momento mais adequado. Talvez, no plenário de julho, eu diria, isto teria mais ou menos o mesmo impacto e não teria este atropelo à comissão de inquérito.

No entanto, convenhamos, nós sabemos qual é o resultado das comissões de inquérito do Parlamento dos Açores. Eu pergunto à Câmara e aos Deputados que já estiveram aqui noutras legislaturas, desde 1976, quantas comissões de inquérito resultaram em instruções de processos nos tribunais. Eu estive em duas. Em duas que eu estive havia matéria crime para ser julgada em tribunal! Não chegaram a ser julgadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cachalote, Atlântida!

Deputado Carlos Silva (PS): Avals, Agendas!

O Orador: Não chegaram a ser julgadas por interesses partidários, por geometrias variadas, por relatórios enviesados, por uma séria de coisas.

A vantagem que tem a auditoria do Tribunal de Contas é que nós vamos ter um órgão de soberania a fiscalizar um ato de governação sobre o qual todos nós temos dúvidas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E é só por isso que a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente este projeto de resolução do CHEGA, mesmo que ele atropela um pouco o funcionamento da

comissão parlamentar de inquérito, que, como lembrou e bem o Sr. Deputado Pedro Neves, desde o princípio, dissemos o que é que ia dar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Pausa.

Podemos avançar para a votação?

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente do *timing* que foi selecionado pelo CHEGA para apresentar esta iniciativa, nós concordamos com a mesma, até porque, desde o início da comissão de inquérito, temos confirmado algumas dúvidas que tínhamos na fase inicial, que a decisão de construção do hospital modular foi uma decisão, no nosso entender, precipitada, mal planeada, mal fundamentada, que levanta dúvidas acerca da legalidade e também pouco transparente. E, portanto, a iniciativa que o CHEGA aqui apresenta de solicitar uma auditoria ao Tribunal de Contas, uma entidade independente, que possa exatamente avaliar essas dúvidas sobre a legalidade, a falta de transparência, que possa confirmar se deveriam ter sido feitos ou não estudos complementares para essa decisão, é uma iniciativa que, no nosso entender, é bem-vinda. Se seria agora ou no próximo mês, já não é relevante, porque ela está a ser discutida neste momento e, portanto, é sobre isso que nós temos de apreciar.

É também fundamental aproveitar esta oportunidade para esclarecer que esta decisão resultou de promessas e de anúncios do Governo Regional dos Açores, que prometeu uma estrutura modular a ser executada em pouco mais de 3 meses, mas que acabou por durar o dobro do tempo, apenas foi inaugurada em fevereiro de 2025 na sua plenitude.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso!

O Orador: E, mesmo assim, foi uma estrutura modular que sofreu obras de ampliação devido, exatamente, ao mau planeamento de que foi alvo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mentira!

O Orador: E também igualmente relevante é aquilo que já foi aqui mencionado: perante um orçamento inicial que rondava os 12 milhões de euros, nós já temos um custo total estimado de cerca de 40 milhões de euros.

Deputado Flávio Soares (PSD): Seja sério!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mentira! É mentira!

O Orador: De acordo com a informação...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Seja politicamente sério! É mentira!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por amor de Deus!

O Orador: Tenho tempo, tenho 17 minutos ainda...

De acordo com a informação que conseguimos apurar na comissão de inquérito, o custo estimado para toda a infraestrutura do hospital modular, incluindo os equipamentos que lá foram colocados...

Deputada Délia Melo (PSD): Que não podem ser incluídos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É exatamente por isso que estava a mentir!

O Orador: Ó Sr. Presidente, quando eu puder continuar... Eu estou, sistematicamente, a ser acusado de mentiroso, portanto...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Carlos Silva possa fazer a sua intervenção. Vamos criar condições para o efeito.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: De acordo com a informação que foi possível apurar na comissão de inquérito, perante um orçamento inicial de 12 milhões de euros...

Deputado Flávio Soares (PSD): Que não incluía o equipamento!

O Orador: ... nós já estimamos um custo global de todo o hospital modular, incluindo equipamentos, que ronda os 40 milhões de euros. E é exatamente isso que está na

resolução que é apresentada pelo CHEGA e que importa quantificar, avaliar e perceber se todas as decisões que foram tomadas foram decisões tomadas ao abrigo daquilo que dispõe a lei. E sobre a legalidade do processo, muitas dúvidas subsistem. Perante uma execução material que começou no dia 6 de maio, da conceção, conforme foi afirmado pela empresa MBW, a verdade é que o ajuste direto apenas foi assinado a 13 de agosto, 3 meses depois. E, obviamente, isso levanta dúvidas sobre a legalidade de todo o procedimento. Igualmente relevante é uma declaração que foi emitida pela Secretaria Regional da Saúde em que se compromete, perante a empresa MBW, a iniciar um procedimento de ajuste direto ao abrigo do qual apenas vai fazer consulta a uma entidade, nomeadamente, e vem escrito, à própria MBW.

Tudo isso, obviamente, foi possível apurar na comissão de inquérito. A comissão de inquérito foi útil.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Ela não está concluída ainda, é verdade, está em fase de elaboração do relatório, mas tudo isso foi possível apurar. E, portanto, a pertinência de uma comissão de inquérito vê-se também por esses factos.

E não é aceitável nem nos parece um argumento válido dizer que a comissão de inquérito não serve, quando não foi a primeira nem será a última vez que, com base em relatórios de auditorias que foram feitas pelo Tribunal de Contas — e o caso da SATA é um bom exemplo —, depois, se decidiu constituir novas comissões de inquérito.

Portanto, o argumento que foi inicialmente apresentado pelo PSD na justificação da não urgência do assunto não é válido, porque o contrário já aconteceu. E o próprio PSD já decidiu constituir comissões de inquérito com base em relatórios do Tribunal de Contas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem tudo a ver!

O Orador: Portanto, por tudo isso, nós reconhecemos a pertinência da iniciativa e vamos votar a favor. E até ficamos satisfeitos que o partido CHEGA tenha acompanhado a posição do PS desde o início na comissão de inquérito.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Délia Melo, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Querem que o Tribunal de Contas faça o seu trabalho ou querem os senhores fazer o trabalho pelo Tribunal de Contas? É que já houve aqui tantas conclusões, não sei...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Ora, já anteciparam uma série de conclusões vossas, lá está, não da comissão nem do Tribunal de Contas. Parece que já têm aqui o trabalho quase finalizado.

Ora, respondendo à Sra. Deputada Oliveira Santos, que disse aquela tribuna: “Quem não deve não teme”, é exatamente isso, Sra. Deputada, porque fomos nós que criámos a comissão parlamentar de inquérito, não temos nada a esconder!

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Não temos absolutamente nada a esconder. Criámos a comissão de inquérito e, agora, vamos acompanhar aquilo que é proposto pelo CHEGA, apesar daquilo que eu já referi, que também já foi aqui comungado por diferentes bancadas. Ora, aprovada esta urgência, como eu já disse, não vamos criar qualquer obstáculo. Para nós, está claríssimo. Para quem não está, pois, então, se for um instrumento para ajudar a clarificar, que venha esta auditoria e que clarifique aquilo que, para nós, nos parece muito claro.

Ora, daquela tribuna, também foram levantadas algumas questões que importa desconstruir. Temos de lembrar que estávamos em situação de calamidade e isso permitiu a tomada de decisões célebres, ao abrigo do regime especial de contratação pública, portanto, que permite fazer aquilo que foi feito pelo Governo Regional. Não há aqui qualquer ilegalidade. Foi uma decisão urgente. Ainda assim, foi rápida, foi segura e foi disponível.

Para além disso, foi baseada em critérios clínicos. Ora, foi praticamente unânime, cerca de 95 % dos diretores clínicos concordavam e subscreviam esta solução. Aliás, quem foi ouvido na comissão, nós sabemos que os profissionais de saúde manifestaram esta vontade em seguir com esta solução, opinião diferente tiveram aqueles que não são profissionais de saúde. Quem trabalha no espaço e quem lida diariamente com os utentes saberá melhor aquilo que é necessário para um hospital.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além disso, foi feito com conhecimento baseado em experiência nacional e internacional, modernizando as instalações, os equipamentos, cumprindo com todas as normas de funcionalidade e segurança em vigor e, o mais importante de tudo, colocando sempre como prioridade os utentes e também a dignificação dos profissionais de saúde no seu local de trabalho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Portanto, vamos, realmente, aguardar por esta auditoria, para confirmar aquilo que, para nós, é uma evidência muito clara.

Agora, nos considerandos desta iniciativa surgem algumas questões ou conclusões que nos parecem prematuras, que nos podem induzir em erro e semnexo, na realidade, com aquilo que é o propósito desta iniciativa. Quando se diz que teria sido possível proceder à recuperação e reabilitação do HDES em tão pouco tempo, a verdade é que, por um lado, não é uma conclusão formal, portanto, é a vossa opinião; por outro, não é uma auditoria do Tribunal de Contas que também nos vai dizer se era possível abrir ou não. Portanto, este argumento, para aquilo que se propõe a iniciativa, não parece fazer aqui ligação.

Para além disso, quando eu digo que pode induzir em erro, o próprio Partido Socialista gosta muito de falar nos 40 milhões, mas é falso que se possa associar o valor de 40 milhões de euros ao hospital modular.

Deputado Paulo Simões (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto ficou claro, está espelhado e vertido em relatórios. E temos de ser sérios. Se estamos nesta Casa, temos de fazer uma abordagem séria e não podemos admitir que venham aqui dizer que o hospital modular são 40 milhões de euros! O hospital modular, para infraestruturas e terraplanagem, foram cerca de 16 milhões de euros, porque o restante não diz respeito a este valor para o modular. Temos aí um valor que tem a ver com os equipamentos.

Deputado Carlos Silva (PS): Foram para onde?

A Oradora: E os equipamentos são do HDES.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Podem ser depois alocados ao edifício principal. Portanto, não podem, de forma alguma, dizer que o hospital modular são 40 milhões de euros, porque é totalmente falso!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

No fundo, já disse aquilo que tinha a dizer, nós vamos votar favoravelmente, porque, realmente, não temos nada a temer e queremos que tudo isso seja clarificado por esta entidade isenta e, certamente — estamos convictos disso —, vai confirmar aquilo que são também as nossas conclusões e as nossas convicções, aquilo que fomos ouvindo ao longo das audições e aquilo que registámos, que foi a solução mais eficaz, célere e segura para os nossos utentes e para os nossos profissionais de saúde.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Ó Sr. Presidente, quando parece um gato, cheira a gato e mia como um gato, é porque deve ser um gato, a não ser que alguém me venha dizer que não é um gato. E o hospital modular é mais ou menos isto, cheira a gato, mia como um gato, parece um gato, e eu vou ter de pedir ao veterinário que é o Tribunal de Contas, que me explique que não é um gato. Mesmo que ele mie, pode-se dizer que é um tigre. Pronto, é um tigre.

O que é que nós pedimos? O dinheiro foi gasto, isso é garantido. E queremos saber se foi bem gasto. Mas nós não pedimos isso hoje. No final de agosto 2024, este grupo parlamentar (sem gato) foi lá, e ouvimos uma série de argumentos, que não contrariámos porque não somos técnicos. Eu não sei avaliar a qualidade do ar — as UTA (Unidade de Tratamento de Ar). Nem sabia o que era uma UTA, fiquei a saber. Sabem porquê? Porque é que cada macaco no seu galho. Eram gatos, agora passou aos

macacos. Isso respondendo à história, que eu fico muito confuso. Os médicos, decidiram que o hospital modular era a melhor solução, enquanto os engenheiros...

Aparte impercetível.

O que é que eles sabem disso? Pois é. Eles dizem que não, que se podia ter aberto, que se podia fazer...

Então, é assim: o Sr. Deputado é professor e eu sou *designer*. Eu vou ensinar o senhor a dar aulas. Ou seja, os médicos vão ensinar os engenheiros a serem engenheiros. E vão dizer, na área deles, da qualidade do ar, das estruturas, disso, daqui, daquele outro, que eles não percebem nada daquilo, os médicos é que percebem. Ai Jesus, se um engenheiro fosse dizer a um médico como é que ele havia de receitar os supositórios!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que ele havia de organizar um hospital, por exemplo!

O Orador: Ó senhor, eu também vi uma diretora clínica a mandar na administração! Eles iam atrás, pareciam uns carregadores, quer dizer, iam ali como uns pobres, e a senhora dizia isto, dizia aquilo... A qualidade do ar? Ah, não, isto ainda falta. E, depois, vamos à comissão de inquérito e os senhores dizem: estava em condições. E a Sra. Deputada Cristina Calisto insistiu na pergunta: mas estava dentro da legalidade? Com certeza que estava. Mas os médicos dizem que não estava, porque os médicos é que percebem da qualidade do ar! Isto é onde, em Marte?! Nos Açores não é! No mundo das pessoas inteligentes isso não existe! Não me vão dizer que o gato ladra! O gato não ladra, o gato mia! E quem percebe de estruturas e de qualidade do ar são os técnicos. Os senhores estão a tentar enganar quem?

E também me disseram, a mim e aos açorianos, que o hospital facilmente era desmontável em caso de catástrofe e ia ser montado noutra sítio. É mentira! Isto não se aceita! Isto não se pode aceitar!

Agora, já nada disso interessa. O cão há de miar e o gato há de ladrar. E o que nós

quisermos dizer... Também podemos falar de papagaios, senhor, porque eu tenho visto muito papagaio a repetir as asneiradas que são ditas, sem nexos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: Se os senhores querem chumbar isso, chumbem, mas chumbem imediatamente. Agora, não me venham é com argumentos de que o cão mia e o gato, agora, anda a ladrar! Isto é que é inaceitável!

E queremos pedir, já tínhamos pedido, que o Tribunal de Contas faça essa análise.

Por que razão é que, em relação aos equipamentos, não houve consulta pública? Por que razão? Por que razão só aquela empresa vende hospitais modulares? A qualidade do ar, as UTA... Mas nós, que somos políticos — salvo aqui algum técnico —, não temos esta capacidade. Agora, temos a capacidade política de perceber... Acho que é a qualidade do ar, está-me a falhar a voz, vou ter de chamar aqui o senhor doutor do hospital ou a Sra. Dra. Paula Macedo para perceber se o ar desta Assembleia está em condições, porque está-me a falhar a voz.

Isto é inaceitável! Foram 40 milhões, com ajardinamentos, mais isso e mais aquilo, uma porcaria de um contentor, que está a apodrecer a olhos visto, em tão pouco tempo! Até o pladur... Infelizmente, tive de lá ir, falei com os médicos, e eles dizem que as salas são pequenas, mal amanhadas. Eu é que telefonei à Sra. Secretária a dizer que a urgência era uma vergonha, que não cabia lá as pessoas.

Aparte impercetível.

O senhor deixe-me falar e inscreva-se! O senhor inscreva-se!

Eu tive de telefonar à Sra. Secretária a dizer que aquilo é uma pouca-vergonha, ver uma mulher grávida sentada no olho da rua, porque aquela urgência nem tinha capacidade! E os senhores vêm-me dizer que o cão mia?! Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, Deus, nosso Senhor, lhe dê muita saúde, para o senhor não ter de ir lá parar, porque o senhor vai ver com os seus olhos e sentir na pele o que estamos a fazer ao

povo açoriano.

Deputado Paulo Simões (PSD): Eu já lá estive, e funcionou muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): Mas eu não estive nem vou!

Deputado José Pacheco (CH): És rico!

Deputado Nuno Barata (IL): Não sou!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A construção do hospital modular tem sido amplamente debatida, tem sido escrutinada em comissão e continuará a ser. E as questões que se levantam perante a forma como foi decidido e como o processo de contratação pública teve lugar, como é óbvio, e vou ser simpático, levanta, no mínimo, dúvidas, porque o estado de calamidade, a urgência imperiosa — salvo melhor opinião — não desobriga da necessidade de consulta ao mercado perante contratos de ajuste direto. Para comprar uma caneta ou uma caixa de canetas, a Administração Pública tem de fazer consultas ao mercado.

Esta matéria exige, claramente, uma avaliação do Tribunal de Contas. Aliás, em comissão, esta matéria foi, de imediato, referida por mim. E o Tribunal de Contas dirá de sua justiça. É a entidade certa para o fazer.

Mas, aproveitando que o debate já não é propriamente sobre os ajustes diretos...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Não?!

O Orador: ... eu não posso deixar de dizer que aquilo que nos preocupa é mais do que 40 milhões, ou quase 40 milhões, ou o quer que seja que se gastou no hospital modular, que foi muito. O que nos preocupa mesmo é o presente e o futuro, porque, do presente, aquilo que nós vemos e as queixas que temos é que a resposta que o hospital está a dar

é uma resposta que está a anos-luz do que deveria ser.

Deputada Délia Melo (PSD): Onde é que estão as queixas? Estão escritas em algum lado?

O Orador: E não é apenas devido ao incêndio, são problemas estruturais que o incêndio agravou.

Os médicos de família não conseguem encaminhar os seus doentes para o hospital. Aliás, temos requerimentos sobre esta matéria desde abril, com perguntas dirigidas à Sra. Secretária da Saúde. E respostas sobre isso, zero. Os 30 dias, Sr. Secretário, já foram há muito tempo.

E o que nos preocupa ainda mais são as promessas de há pouco mais de 1 ano, em que a Sra. Secretária da Saúde dizia que, em 2025, a partir do 2.º semestre, começariam as obras do tal novo hospital. Onde é que estão as obras? É que andaram aqui a enganar-nos, não foi mais do que isso, a todos, aos açorianos e açorianos, que pensavam que, amanhã, iam ter um hospital novo, quando não vão ter hospital novo nem tão cedo, se tiverem. E espero bem que tenham. Isso é que é grave. Isso é que é preocupante.

Vamos escrutinar a forma como foi investido e como foi contratado o hospital modular, mas, acima de tudo, vamo-nos preocupar com quem espera por respostas do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não obstante, o Sr. Deputado José Pacheco não se encontrar neste momento na sala, não vou deixar de responder a algumas das solicitações que ele fez em termos de confronto de ideias, para que não restem dúvidas sobre o que estamos a falar.

Deputado Francisco Lima (CH): Se for sobre gatos, eu posso falar.

O Orador: Desde a primeira intervenção que a minha colega Délia fez sobre este assunto, na sua primeira intervenção foi dito: nós aprovamos esta iniciativa, mas

discordamos que ela seja colocada em execução antes das conclusões do relatório da comissão de inquérito, que está a decorrer, serem, pelo menos, distribuídas pelas Sras. e Srs. Deputados. E era uma questão apenas de *timing*. No próximo mês, já este assunto não teria esta circunstância de desconsiderar o trabalho deste Parlamento, desta Assembleia, em termos do funcionamento das suas comissões de inquérito.

Mas, independentemente dessa questão, que é procedimental e de respeito institucional, enfim, por uma comissão de inquérito formada neste Parlamento, é importante notar que essa comissão de inquérito foi proposta por nós, foi aprovada por todos, teve os seus requisitos aprovados...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Aprovados?! Foi potestativo!

O Orador: ... as suas formas de trabalhar, as suas inquirições, as pessoas a serem ouvidas, os documentos a serem solicitados, por uma maioria, na comissão, que não é a maioria que suporta o Governo. Ao contrário de muitas outras vezes em que houve comissões de inquérito neste Parlamento que eram, essas sim, condicionadas por uma maioria parlamentar que suportava o Governo, com esta isso não aconteceu.

E, portanto, em termos de transparência, de contributo para a descoberta da verdade e de conhecimento sobre tudo aquilo que está relacionado com uma calamidade que aconteceu nos Açores, que nunca tinha acontecido em Portugal, que foi a primeira vez que estivemos perante a circunstância de um incêndio no maior hospital da Região, ainda para mais de uma região que é isolada no meio do Atlântico e que não tem outros recursos à sua disposição de uma forma tão célere que possam ir ao encontro das necessidades da sua população. Portanto, em relação à auditoria do Tribunal de Contas que o CHEGA aqui propõe, ao modelo e aos procedimentos adotados na aquisição do hospital modular, nós estamos, como foi dito desde o início, perfeitamente de acordo. Se alguém tem dúvidas sobre aqueles procedimentos que foram adotados, que venham todas as entidades, todos os tribunais, todas as auditorias, todos aqueles que têm de verificar se foi cumprida a legalidade, se houve falhas, se houve irregularidades, para elas serem do conhecimento da população e para podermos corrigi-las no futuro se

assim se verificar.

Circunstância diferente, e por isso queria responder ao Sr. Deputado José Pacheco, é tudo aquilo que ainda não está nem vertido no relatório nem é do conhecimento deste Parlamento. Eu, que vi de fora, achei que foi um trabalho exaustivo da comissão, que fez muito trabalho de inquirição e de tratamento de documentos que deve ser respeitado. Portanto, todas aquelas conclusões, — apesar de nós termos as nossas, conforme a Sra. Deputada Délia Melo salientou relativamente à nossa perceção daquilo que foram as audições e sobre aquilo que foi o modelo encontrado para resolver uma situação de calamidade —, apesar de nós termos as nossas convicções e de outros terem as suas, não é esse assunto que está aqui em discussão; não é isso que está aqui em análise, para se tirarem conclusões. O que nós queremos concluir deste processo, nesta votação, é que nós estamos de acordo, com total transparência, que o Tribunal de Contas faça todas as auditorias que esta Assembleia solicitar, porque isso também aconteceu no passado, e nós estivemos sempre do lado daqueles que querem maior transparência e maior dignidade no exercício de funções públicas, nomeadamente nos processos de contratação pública, que são muito importantes de aferir, para o saudável exercício democrático do poder num Parlamento como o nosso.

Aliás, nós até chegámos à circunstância de, atendendo ao evoluir dos trabalhos em comissão, prescindir de algumas personalidades, por parte de outros partidos, que não aqueles que suportam o Governo, é preciso lembrar isto. Portanto, não houve condicionamento da parte dos partidos que suportam o Governo neste processo. Até isso foi permitido, porque, de facto, o trabalho exaustivo foi feito em comissão.

O que eu não posso, realmente, aceitar é que se esteja a transformar este debate numa antecipação de convicções...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como foi feito aqui por algumas intervenções, sobre aquilo que são ou não os resultados do trabalho em comissão, sem ser, pelo menos, escrutinado esse trabalho.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Aquilo que é mesmo importante para nós... E essa é a nossa conclusão política, não é outra conclusão, que nós tivemos de usar para resposta ao conjunto de inverdades que estavam a surgir, quer da bancada do Partido Socialista, quer da bancada do Bloco de Esquerda e as dúvidas levantadas que o Sr. Deputado José Pacheco, que não têm a ver com esta auditoria e têm a ver com outro trabalho, que é o facto de dizerem, por exemplo, pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que estávamos muito melhores sem o modular, porque toda a gente tinha sido metida dentro do HDES e não se tinha gasto este dinheiro, que o modular foi um disparate...

Deputado António Lima (BE): Mas quem é que disse isso?

O Orador: ... ou o que foi dito também pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, que veio falar em 40 milhões quando sabe perfeitamente que mais de metade desse valor pertence ao HDES. Se não estivesse o modular em boas condições de trabalho, como está atualmente, estaria no velho edifício, que é aquilo que alguns gostariam, que nós não evoluíssemos, que não pudéssemos projetar um hospital para o futuro, para os açorianos serem efetivamente servidos em condições nesta Região.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pequena referência para o Sr. Deputado José Pacheco, que foi à loja dos animais, encontrou lá um cão que ladra, um gato que mia e um papagaio. Em relação ao papagaio, faz-me lembrar aquela velha anedota estalinista em que um cidadão se dirigiu a um posto do KGB, a dizer aos agentes da KGB: fugiu-me o papagaio de casa, mas eu não sou responsável pelo que ele possa vir aqui dizer, não foi influenciado por mim. E o Sr. Deputado José Pacheco é a mesma coisa. Dizem por aí, falam nisto, falam naquilo, parecem papagaios, mas, atenção, dizem eles: não sou eu que digo, não é da minha responsabilidade. Ou seja, o Sr. Deputado deixou fugir o papagaio e, agora, a culpa é dos outros. Mas penso que convence pouca gente, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Olhe que não! Foram vinte e tal mil!

O Orador: O senhor disse o senhor disse, afirmou o que afirmou e é responsável por aquilo que afirmou.

Deputado José Pacheco (CH): Olhe que não!

O Orador: Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que, da parte do Governo, nós, em relação a esta iniciativa, evidentemente, só não podemos aplaudir porque não é o momento para aplaudir. Da nossa parte, do Governo Regional, estando absolutamente convictos de os procedimentos que tomámos visaram resolver uma situação de calamidade pública, que tomámos os procedimentos legais dentro do quadro normativo em vigor que foi criado para responder com urgência àquela questão, nós estamos absolutamente convictos que o que fizemos, fizemos corretamente.

Diz V. Exa.: “Bem, mas nós temos dúvidas.” No discurso que foi feito por parte da Sra. Deputada Oliveira não foi apresentado um único facto, foram apresentadas dúvidas, foram feitas insinuações. Agora, em relação a esta matéria, não foi, aqui, apresentada nenhuma prova em contrário daquilo que o Governo tem vindo a dizer.

Da nossa parte, que o Tribunal de Contas venha a fazer, para nós, evidentemente, é um motivo de satisfação, porque quem não deve não teme. E o Governo não teme.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas deve!

Deputado Carlos Silva (PS): Quer dizer, dever? Até deve muito!

O Orador: Por isso, da nossa parte, eu só posso agradecer que o CHEGA tenha tomado esta iniciativa.

Eu também lhe quero dizer que a única coisa que tenho de criticar é que seja — e eu fui deputado durante muitos anos, durante 16 anos — o próprio Parlamento a desprestigiar o seu funcionamento. E dizer: as comissões de inquérito, já sabem como é que são... Apesar de não existir aqui um quadro de nenhuma maioria absoluta, apesar de o CHEGA ter a presença parlamentar que tem, enquanto terceiro partido, portanto, de repente, o que se faz aqui é: antes de o relatório surgir, o Partido Socialista já tem o relatório escrito, já tem as suas próprias conclusões. Já diz: bom, nós já sabemos como é que são as comissões de inquérito, não nos esclarecem. E eu penso que isto não ajuda o debate democrático, não ajuda fundamentalmente o prestígio das instituições.

Por isso, o que eu gostava de dizer é que, evidentemente, a iniciativa é bem-vinda, mas o *timing* não é correto porque ainda não é conhecido sequer o relatório da comissão de inquérito.

E não se deve desprestigiar, principalmente no quadro político em que nós estamos a viver na Região Autónoma dos Açores, aquele que é o trabalho realizado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em que todos os esclarecimentos foram prestados, em que todas as perguntas foram respondidas. E, portanto, com base nessa documentação, poderá fazer-se um relatório daquilo que aconteceu. E os factos foram efetivamente apurados.

Que o Tribunal de Contas o faça também, o Governo agradece a iniciativa, porque só vai reforçar a nossa convicção de que tudo foi feito de forma correta, no âmbito do serviço que temos que prestar à população, a resposta que nós demos, que o Governo dos Açores deu, acompanhado por muitos profissionais de saúde, acompanhado por muitos técnicos das diversas áreas, por muita gente que fez um excelente trabalho e deu uma excelente resposta à calamidade que tivemos de enfrentar. Por isso, da nossa

parte, evidentemente, só podemos enfrentar esta situação com a satisfação, satisfação de ser esta entidade.

Mas, no discurso que foi feito já se colocam algumas dúvidas em relação ao que o Tribunal de Contas vier a apurar, até porque o Tribunal de Contas já tem os documentos. A documentação já foi enviada para o Tribunal de Contas. Por isso, nesse sentido, o que eu penso que é importante é que também não se coloque em causa aquele que vai ser o trabalho do Tribunal de Contas. Porque, depois, pode dizer-se: a comissão de inquérito não serve (continuamos a insinuar); o Tribunal de Contas também não serve; o Ministério Público também não serve. Então, o que é que serve? O que é que serve quando os factos apontam que o que o Governo Regional dos Açores fez foi agir com celeridade, resolver o problema e agir com total seriedade?

Deputado José Pacheco (CH): Ó Sr. Secretário, as eleições resolvem.

O Orador: Por isso, vem aí o Tribunal de Contas, muito bem. A seguir, pode vir o Ministério Público, porque a comissão pode fazer a mesma coisa, pode remeter para o Ministério Público. E, da parte do Governo Regional, nós levantamo-nos, aqui, com orgulho no trabalho feito e com a absoluta convicção de que tudo foi feito com seriedade e na defesa dos interesses dos açorianos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez apenas para desmentir, categoricamente, aquilo que foi afirmado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, que afirmou algo que eu não disse ou que me imputou uma afirmação que eu não fiz. Eu não disse que estaríamos melhor

sem o hospital modular, nem me referi a isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas também não disse que estávamos melhor!

O Orador: E não disse que estaríamos melhor nem com o hospital recuperado, meio recuperado, com o modular ou sem o modular. Não é verdade.

Faremos o debate sobre as decisões, no âmbito do relatório da comissão de inquérito.

Cá estaremos. Agora, não pode fazer afirmações e imputar-me declarações que eu não fiz. E cá estaremos para, no tempo certo, fazer esse debate, com toda a dignidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Podemos avançar para a votação? Vamos então votar o Projeto de Resolução n.º 40/XIII — “Auditoria urgente pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas...

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Falta o Sr. Deputado...

Deputado José Pacheco (CH): O Sr. Deputado Francisco está ausente. Podemos aguardar 1 minuto, se não se importar?

Presidente: Nós aguardamos.

Pausa.

Então, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 40/XIII — “Auditoria urgente pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos contratos e despesas relacionados com a conceção, construção, apetrechamento e funcionamento do Hospital Modular”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 40/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 51 minutos.

Vamos avançar para o ponto 18 da nossa agenda: **Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 11/XIII — “Altera o Regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”**. É uma iniciativa da Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça para justificar a urgência.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A urgência da aprovação da presente anteproposta de lei decorre da necessidade de assegurar que as verbas nelas previstas sejam inscritas antes da aprovação do Orçamento de Estado, da República.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

(*) **Deputado Lubélio Mendonça** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Anteproposta de Lei n.º 11/XIII, que altera o regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é uma proposta que visa corrigir uma

injustiça que afeta o Município do Corvo. Esta proposta pretende alterar a Lei n.º 73/2013, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, garantindo ao município da ilha do Corvo uma dotação equivalente a que receberia se existisse uma freguesia autónoma. O Corvo é o único município do país que, por força da lei, acumula competências de município e freguesia. No entanto, não recebe as verbas do Fundo de Financiamento de Freguesias, o que cria a situação de desigualdade em relação aos restantes municípios e freguesias do país.

Esta omissão legislativa tem prejudicado o Corvo, impedindo de aceder a recursos financeiros essenciais para o desenvolvimento local. A proposta visa, assim, corrigir esta injustiça e assegurar o princípio da igualdade no financiamento público, garantindo uma dotação financeira junto do Município do Corvo, um passo importante para promover a igualdade e o desenvolvimento sustentável desta ilha.

O Município do Corvo, embora pequeno e com reduzido orçamento, não deixa de ser ambicioso na elaboração e concretização de projetos, tendo como prioridade o desenvolvimento económico e social e o impulsionar de projetos empreendedores, melhorando, assim, a vida daqueles que lá habitam.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores votará favoravelmente o pedido aqui apresentado, porque entende que o reforço de verbas que provém desta mesma proposta será importante para dar continuidade a projetos em curso, os que já estão em curso no ano de 2025, como o *Zero Waste*, a obra do mercado municipal, o reforço do muro de suporte da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) no âmbito do projeto da orla costeira, a aquisição de viaturas e equipamentos para a Proteção Civil, a requalificação da zona sul da Praia da Areia, a construção do passadiço de acesso à Poça da Barroca e requalificação para a zona de banhos, ou ainda a construção do Centro de Juventude de Artes Tradicionais e a construção de uma incubadora de empresas. Daí a importância desta proposta aqui apresentada, que visa reforçar as verbas, as quais terá direito a receber o Município do Corvo, facilitando, assim, a realização de mais projetos...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... e obras que terão como objetivo primeiro melhorar as condições de vida daqueles que, com muita resiliência e amor pela sua terra, lá habitam.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Oliveira Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Não conseguimos compreender a urgência desta proposta, mas só vejo uma coisa para ser urgente: o período em que estamos de pré-campanha eleitoral, dinheiro para as freguesias, para se poder andar a distribuir tintas e mais tintas e frigoríficos e máquinas de lavar se for preciso.

Para além deste problema, encontro outro problema neste diploma: é um financiamento ao Município da ilha do Corvo. Acredito, defendo, e o CHEGA acredita que é necessário fazer uma revisão ao regime financeiro, mas de todas as autarquias dos Açores e não apenas da ilha do Corvo. Por este motivo, vamos votar contra esta urgência.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 11/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH.

Presidente: Avançamos para o ponto 19 da nossa agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XIII — “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho — Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores”**. É um pedido de urgência apresentado pelo Partido Socialista.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

No seguimento da petição de ontem, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo do artigo 146.º e 147.º do Regimento desta Assembleia, pede urgência com redução do prazo na apreciação da nossa proposta de alteração referida já pela Mesa, tendo por base o facto de termos o próximo concurso de pessoal docente já em fevereiro e gostaríamos que o que está vertido nesta proposta fosse considerado já nessa altura. Para além disso, sendo um processo de matéria laboral, requer já há algum tempo em consulta pública. Daí que antevemos, com os assuntos que também temos em mãos na Comissão de Assuntos Sociais, que seria muito difícil isto estar atempadamente antes do próximo concurso. Pronto, daí a urgência desta proposta.

Obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Justificada a urgência, abro as inscrições.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta urgência, mas importa relembrar, aqui, e já foi dito, que, realmente, tem de seguir alguns formalismos. Foi dito que é preciso colocar isso à discussão, portanto, a consulta pública, por ser matéria laboral, e a legislação assim obriga, mas também a negociação sindical. Portanto, toda essa tramitação e esses procedimentos têm de ser tidos em conta para este documento. E também só entra em vigor em 2026. Só para relembrar e para as pessoas que nos estão a ouvir perceberem que essa urgência não quer dizer que, de hoje para amanhã...

Deputada Inês Sá (PS): Antes de novembro.

A Oradora: ... ou muito em breve, já fique resolvido. Portanto, a partir do próximo ano, se, de facto, for votado favoravelmente e se nós aprovarmos essa iniciativa, entrará em vigor, depois de cumpridos os procedimentos legais e formais.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo à importância desta matéria, nós também vamos votar favoravelmente, por duas questões essenciais: nesta matéria, tem de ser avaliado o impacto financeiro e, em segundo lugar, para aprofundar e avaliar questões de equidade desta proposta.

Obrigada.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada
Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, encerramos, assim, a nossa agenda.

Em nome da Mesa, proponho que a Assembleia Legislativa declare findo o período legislativo de junho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos. Um bom fim de semana. Encontramo-nos segunda-feira.

Eram 18 horas e 3 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

José Eduardo da Cunha Pacheco

Documentos entrados:

1- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 37/XIII/1.ª <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEjDLR037.pdf>

Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

2- Projetos de Resolução:

N.º 39/XIII/1.ª — <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEjR039.pdf>

Assunto: Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

N.º 40/XIII/1.ª — <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEjR040.pdf>

Assunto: Auditoria urgente pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos contratos e despesas relacionados com a conceção, construção, apetrechamento e

funcionamento do Hospital Modular

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

3- Antepropostas de Lei:

N.º 11/XIII/1.ª — <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEAppL011.pdf>

Assunto: Altera o Regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2025 - 06 - 04

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

4- Requerimentos:

Assunto: Infestação por Têrmitas Monitorização de Infestação e Resposta de candidaturas de apoio financeiro pela Direção Regional da Habitação

Autores: Joana Pombo Tavares, Henrique Melo, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos, Berto Messias, Cristina Calisto, Flávio Pacheco, Inês Sá, José Ávila, Lubélio Mendonça, Marco Martins, Isabel Teixeira, Mário Tomé, Marlene Damião, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2025 – 05 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 353/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque353.pdf

Assunto: Abandono e insucesso escolar persistem face à falta de respostas eficazes

Autores: Flávio Pacheco, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos, Berto Messias, Cristina Calisto, Dora Valadão, Inês Sá, Isabel Teixeira, Joana Pombo Tavares, José Ávila, Marco Martins, Mário Tomé, Patrícia Miranda, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 354/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque354.pdf

5- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Trabalhadores em funções públicas na Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 05 – 30

Referência: 54.09.00 – N.º 336/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp336.pdf

Assunto: Dados sobre o pessoal docente das Escolas Públicas da Região

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 302/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp302.pdf

Assunto: Situações de injustiça laboral na carreira de enfermagem

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 331/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp331.pdf

Assunto: Realização de colonoscopias nos Açores

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 293/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp293.pdf

Assunto: Alterações ao processo de privatização da Azores Airlines levantam dúvidas sobre legalidade

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 324/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp324.pdf

Assunto: Combate à pobreza menstrual: Eco-menstruação

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 03

Referência: 54.08.00 – N.º 325/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp325.pdf

Assunto: Inventariação do património imobiliário para uso habitacional e Bolsa Regional de Imóveis Públicos

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 03

Referência: 54.08.00 – N.º 339/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp339.pdf

Assunto: Falhas e atrasos na aplicação dos benefícios de saúde aos antigos combatentes na ilha do Faial

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 03

Referência: 54.02.07 – N.º 341/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp341.pdf

Assunto: Empresários Açorianos impedidos de apresentar candidaturas ao sistema de incentivos Construir 2030

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 342/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp342.pdf

Assunto: Mapa de pagamentos em atraso - 31 de dezembro

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 344/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp344.pdf

Assunto: Pareceres sobre a criação do suplemento remuneratório para os assistentes técnicos da RIAC

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 348/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp348.pdf

Assunto: Desmazelo do Governo Regional prejudica imagem da ilha de São Jorge

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04

Referência: 54.02.05 – N.º 349/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp349.pdf

6- Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII/1.^a (PS) – Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores e do Projeto de Resolução n.º 35/XIII/1.^a (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada, ambos até 30 de junho de 2025

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025 – 05 – 29;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Marco Martins, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025 – 05 – 30;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Dora Valadão, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025 – 06 – 02;

Assunto: Ofício informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 3 de junho de 2025, se procedeu à eleição do Relator da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo ficado a Mesa assim constituída: Presidente – Deputado Flávio Sores (PSD); Relatora – Deputada Ana Jorge (PSD) e Secretária – Deputada Joana Pombo Tavares (PS)

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025 – 06 – 03;

Assunto: Of. S/085/2025/XIII remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com pedido de urgência com redução do prazo na apreciação da citada proposta, sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XIII/1.ª (PS) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência em Comissão, de modo que a iniciativa seja debatida no plenário do mês de julho de 2025, do Projeto de Resolução n.º 39/XIII/1.ª (BE) - Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 40/XIII/1.ª (CH) - Auditoria urgente pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos contratos e despesas relacionados com a conceção, construção, apetrechamento e funcionamento do Hospital Modular

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e redução do prazo de exame em Comissão, da Anteposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (PPM) - Altera o Regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Proveniência: João Mendonça, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2025 – 06 – 04.

7- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025 – 06 – 02; http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21689.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria Salomé Dias de Matos

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025 – 06 – 02. http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21701.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025 – 06 – 03. http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21702.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025 – 06 – 02. http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21691.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025 – 06 – 02. http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21690.pdf

Diários e Separatas:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 44, 45 e 46/XIII e as Separatas 21, 22, 23 e 24/XIII.

Os Serviços de Redação.